

JOÃO EDSON DE ARRUDA FANAIA
IONE APARECIDA M. CASTILHO PEREIRA
Organizadores

O ESTADO DE MATO GROSSO E A FRONTEIRA OESTE NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado


EDITORA
UNEMAT



JOÃO EDSON DE ARRUDA FANAIA
IONE APARECIDA M. CASTILHO PEREIRA
Organizadores

O ESTADO DE MATO GROSSO E A FRONTEIRA OESTE NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado


EDITORA
U N E M A T

Cáceres - MT
2021

PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORA UNEMAT 2021

Copyright dos autores, 2021.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Editora: Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa

Capa: Potira Manoela de Moraes

Diagramação: Potira Manoela de Moraes

F959e Fanaia, João Edson de Arruda.

O Estado de Mato Grosso e a Fronteira Oeste no debate historiográfico / João Edson de Arruda Fanaia e Ione Aparecida M. Castilho Pereira (orgs.). – Cáceres, Editora UNEMAT, 2021. 129 p.; Il.

ISBN 978-65-86866-43-8

1. Mato Grosso – Fronteira. 2. Mato Grosso – História. 3. Brasil – Fronteira Oeste. I. Pereira, I. A. M. C. (org.).

CDU 94(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar – CRB1 2037.

 <p>UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado</p> <p>Reitor Rodrigo Bruno Zanin</p> <p>Vice-reitora Nilce Maria da Silva</p>	<p>EDITORA UNEMAT</p> <p>Conselho Editorial Presidente Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa</p> <p>Conselheiros Ana Maria de Lima • Carla Monteiro de Souza • Célia Regina Araújo Soares Lopes • Denise da Costa Boamorte Cortela • Fabiano Rodrigues de Melo • Ivete Cevallos • Judite de Azevedo do Carmo • Jussara de Araújo Gonçalves • Maria Aparecida Pereira Pierangeli • Milena Borges de Moraes • Teldo Anderson da Silva Pereira • Wagner Martins Santana Sampaio</p> <p>Suplentes André Luiz Nonato Ferraz • Graciela Constantino • João Aguilar Massaroto • Karina Nonato Mocheuti • Maria Cristina Martins de Figueiredo Bacovis • Nilce Maria da Silva • Ricardo Keich Umetsu • Sérgio Santos Silva Filho</p> <p>Av. Tancredo Neves, 1095 – Cavalhada III – Cáceres-MT – CEP 78217-900 – Fone: (65) 3221-0023 – editora@unemat.br – www.unemat.br</p>
---	--

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>João Edson de Arruda Fanaia</i> <i>Ione Aparecida M. Castilho Pereira</i>	
FRONTEIRAS CULTURAIS, GUARANIZAÇÃO E EUROPEIZAÇÃO: UMA DUPLA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO TERRITÓRIO DAS MISSÕES COLONIAIS DO RIO DA PRATA	7
<i>Arno Alvarez Kern</i>	
PATRONES DEMOGRÁFICOS DE POBLACIONES MISIONALES NO-SEDENTARIAS EN LA FRONTERA NORTE DE LA NUEVA ESPAÑA Y LA PROVINCIA JESUÍTICA DE PARAQUARIA	26
<i>Robert H. Jackson</i>	
A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL MISSIONEIRA E SUAS “INFLUÊNCIAS”	42
<i>Ione Aparecida Martins Castilho Pereira</i>	
UM INSTITUTO HISTÓRICO NA CORTE BRASILEIRA: DE HERDEIRO DA ILUSTRAÇÃO A UM DOS VEÍCULOS DE CONSOLIDAÇÃO DO REGIME MONÁRQUICO DE GOVERNO (1838-1848)	51
<i>Luís César Castrillon Mendes</i>	
ESBULHO E VENDAS DE TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO: OS CASOS DENUNCIADOS POR HÉLIO JORGE BUCKER NO RELATÓRIO FIGUEIREDO (1964-1967)	71
<i>Gabriela Prates Paes da Silva</i> <i>Loiva Canova</i>	
A REPÚBLICA NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: A POLÍTICA MATO-GROSSENSE ENTRE OS CONFRONTOS ARMADOS E A ROTINIZAÇÃO DE SUAS PRÁTICAS POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1910	86
<i>Gilmara Yoshihara Franco</i>	
REPRESENTAÇÕES VIRTUAIS DA FRONTEIRA E DE FRONTEIRIÇOS DA BOLÍVIA E DO BRASIL NO TEMPO PRESENTE	100
<i>João Ivo Puhl</i>	
FRONTEIRA, FRONTEIRAS: DO SINGULAR AO PLURAL	112
<i>João Edson de Arruda Fanaia</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES	128

APRESENTAÇÃO

Os textos reunidos na coletânea são resultados de pesquisas, discussões e eventos realizados pelo Grupo de Pesquisa *Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade*, do curso de história do campus de Cáceres da UNEMAT. O propósito é não apenas difundir as investigações realizadas pelos seus membros, como também utilizá-las nas atividades acadêmicas diurnas, tanto no âmbito das universidades como no ensino de um modo geral.

A temática da fronteira é, do ponto de vista acadêmico, uma necessidade premente pela peculiaridade do espaço onde atua a UNEMAT. Confrontando com outros países, Mato Grosso vivencia cotidianamente relações sociais e contatos com outras nações, o que particulariza a região fronteiriça e instiga distintas áreas do conhecimento, especialmente a historiográfica, sobretudo, para melhor compreender a complexidade dessa vasta região intercambiável, além de qualificar os debates e as eventuais políticas públicas a serem postas em prática.

Outro aspecto a ser observado é o fato de a coletânea reunir, no interior de largo espectro temporal, desde estudos de natureza arqueológica até trabalhos que remetem à contemporaneidade. Quanto mais profundamente os aspectos constitutivos e experienciados em uma determinada região de fronteira forem estudados, sem dúvida, melhores podem ser as repostas às suas inúmeras demandas. Desse modo, a coletânea, tanto do ponto de vista dos temas abordados como da cronologia que os abarca, é diversificada, sem ser, no entanto, eclética. Por fim, cabe salientar o rico diálogo mantido com pesquisadores de diversas universidades ampliando, de modo significativo, o debate sobre o objeto em foco.

O texto que abre a coletânea, de autoria do pesquisador **Arno Kern**, trata das transformações tecnológicas denominadas de neolitização na região do rio da Prata. Enfoca especialmente o grupo Guarani, abordando seu deslocamento territorial da Amazônia para o Sul e seu estabelecimento na foz do Paraná, no rio da Prata. O autor desenvolve importante análise na perspectiva da longa duração sobre as integrações e os conflitos desse grupo com a sociedade hispano-americana e a necessidade de ampliação documental, de forma a enfrentar os desafios no processo de elaboração de novas teorias, problematizando o objeto e descortinando novas perspectivas de produção de conhecimento sobre o tema.

Analisando comparativamente os padrões demográficos das missões da fronteira norte da *Nueva Espanha* (incluindo as missões da baixa Califórnia, alta Califórnia e Texas) com os das missões da província jesuítica da *Paraquaria* (que incorporaram um grande território, composto, hoje, de Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia), o historiador **Robert H. Jackson** busca identificar como essas experiências foram significativamente diferentes entre as populações sedentárias e não sedentárias nesses dois espaços missionais.

Já a pesquisa da historiadora **Ione Aparecida M. Castilho Pereira** desenvolve análise historiográfica sobre povoados missioneiros com base em estudos realizados por diversos pesquisadores sobre o tema. Ela salienta as diferentes concepções presentes na forma como foram conduzidas a formação dos povoados, sobretudo das particularidades presentes desde o traçado

espacial à organização social e produtiva, assim como a capacidade de adaptação dos jesuítas em relação às distintas etnias com as quais mantinham contato.

O capítulo de **Luís César Castrillon Mendes** analisa de que modo a criação e produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundamental na constituição de uma leitura historiográfica da nação como forma de adensamento do regime imperial no Brasil. Nesse texto, ele trabalha o percurso de instituições precedentes ao IHGB, inspiradas em modelos europeus e congêneres. Observa, também, o papel do instituto no projeto de fortalecimento da unidade nacional por meio do conhecimento e das letras.

O texto de **Loiva Canova** e **Gabriela Prates Paes da Silva** trata da questão das ações de ocupação de terras indígenas e sua intensificação no período de 1964 a 1967, que foi marcado pelo avanço das fronteiras agrícolas em território mato-grossense com apoio governamental, expropriando as populações nativas de diferentes etnias. Distintos agentes estão presentes nessa ação, desde o poder público até os representantes dos interesses privados pautados por uma relação com a terra completamente distinta dos habitantes originários. A violenta desterritorialização efetivou a destruição de culturas marcadas pela ancestralidade afetando, de modo profundo, sua relação com o espaço que ocupava.

O trabalho de **Gilmara Yoshihara Franco**, no capítulo 5 da coletânea, analisa a passagem de uma fase das disputas pelo controle do poder político em Mato Grosso, que podemos definir como entrópica, para um período de arrefecimentos dos embates marcados pela violência. A análise da autora toma na devida conta a relação entre questões do campo econômico e forte relação deste com os rearranjos políticos que pautaram o estado durante a Primeira República e apresenta de que forma foi possível estabelecer um ambiente político minimamente rotinizado.

O texto do pesquisador **João Ivo Puhl** trata da forma como os veículos midiáticos abordam as questões atinentes à fronteira na contemporaneidade. O trabalho dele estabelece um profícuo diálogo com outros autores, mesmo que ancorados em temporalidades distintas, ressaltando o fato de o tratamento dispensado pelos periódicos do Mato Grosso reforçar uma percepção que estigmatiza a população fronteiriça.

O último capítulo é de **João Edson Fanaia**, que utiliza os discursos dos parlamentares federais de Mato Grosso durante a Primeira República e examina como uma visão específica da fronteira foi construída pelas elites políticas estaduais. Ao salientar essa percepção, chama a atenção para o fato de outras vivências e experiências da população em região fronteiriça não serem inseridas na agenda do debate. Nesse sentido, podemos afirmar que o silêncio fala e descortina as implicações políticas, sociais e econômicas decorrentes desse viés ao tratar o tema em tela.

*João Edson de Arruda Fanaia
Ione Aparecida M. Castilho Pereira
(Organizadores)*

FRONTEIRAS CULTURAIS, GUARANIZAÇÃO E EUROPEIZAÇÃO: UMA DUPLA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO TERRITÓRIO DAS MISSÕES COLONIAIS DO RIO DA PRATA

Arno Alvarez Kern

Resumo: A fronteira cultural provocada pela neolitização do rio da Prata, sobretudo através da colonização das migrações guaranis, é uma das mais importantes modificações ocorridas no processo de povoamento da região missioneira. Esse processo de inovações culturais deve ser considerado fundamental para a posterior expansão colonizadora ibérica na Idade Moderna, que estabelece outra fronteira cultural. Esta foi uma segunda revolução tecnológica, ocorrida nos povoados do território missioneiro: arquitetura monumental, escrita, metal, armas de fogo, pecuária, agricultura etc. Essa segunda revolução tecnológica teve sucesso exatamente nos territórios já submetidos ao processo de modificações culturais anterior, habitados por aldeões horticultores guaranis. Os dois processos de mudanças tecnológicas estão associados à guaranização e à europeização da região do rio da Prata e são importantes fenômenos históricos ainda pouco estudados.

INTRODUÇÃO

A série de transformações tecnológicas conhecida como o processo de neolitização (pedra polida, cerâmica, horticultura e vida em aldeias) ocorreu em diversos continentes, ao longo dos milênios. É um fenômeno muito complexo, que teve início em alguns centros de origem de invenções, de migrações e da expansão neolitizante por meio de influências culturais. A neolitização do rio da Prata ocorreu, sobretudo, mediante a colonização das migrações guaranis e é uma das mais importantes modificações ocorridas no processo de povoamento da região. Esse fenômeno aconteceu na área que, futuramente, seria conhecida como território missioneiro. Foi uma primeira revolução tecnológica ocorrida na região.

Nas zonas periféricas, outros grupos de caçadores e pescadores, tanto no alto do planalto como nas planícies do pampa, também passaram por transformações semelhantes. Algumas vezes, as mudanças ocorridas são mais amplas (como é o caso dos grupos de fala Jê do planalto), outras vezes, mais limitadas (como é o caso dos grupos nômades pampeanos e patagônicos). Esses episódios devem ser sempre estudados caso a caso.

O processo de neolitização deve ser considerado como fundamental para a posterior urbanização europeia nos princípios da Idade Moderna. Esta foi uma segunda revolução tecnológica, ocorrida, também, nos povoados do território missioneiro: arquitetura monumental, escrita, metal, armas de fogo, pecuária, agricultura etc. Essa segunda revolução tecnológica teve sucesso exatamente nos territórios já submetidos ao processo de neolitização anterior, habitados por aldeões horticultores guaranis. Não se trata da substituição dos resultados do processo anterior, mas sim de uma síntese transcultural provocando uma profunda e ampla soma das mudanças tecnológicas de ambos os processos, bem como uma amplificação dos seus resultados. Essa segunda mudança ocorreu, de maneira limitada, entre os grupos nômades de caçadores e pescadores, ainda existentes tanto no planalto como no pampa.

Os dois processos de mudanças tecnológicas, associados aos fenômenos de guaranização e de europeização da região do rio da Prata, são acontecimentos da maior importância para essa fronteira cultural e para a história indígena que nela se desenrola.

DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA: O PROCESSO DE NEOLITIZAÇÃO

Ao longo do século XIX e durante muitas décadas do século XX, a historiografia tradicional relacionava a passagem da pré-história à história à invenção e ao uso da escrita. Deixava-se à margem da história todos os povos ágrafos, pois apenas a redação dos documentos escritos seria importante para os estudos relacionados às civilizações. Durante muito tempo, acreditou-se que teria ocorrido essa criação da civilização no Oriente Próximo, de maneira explosiva, correspondendo ao surgimento da escrita. A humanidade ágrafa adquiria, agora, o seu maior instrumento cultural para tornar-se letrada. Leis, acordos políticos, obras literárias e científicas tornavam-se agora possíveis. A escrita teria sido tão importante para a história da humanidade como a máquina a vapor foi para o início da Idade Contemporânea. Afirmou-se que, em um período de tempo relativamente curto, por volta de 3.000 a.C., as populações instaladas nas terras baixas da Mesopotâmia e no vale do Nilo teriam inventado, simultaneamente com a escrita, uma série de inovações tecnológicas que teriam dado origem, de maneira “explosiva”, à civilização. Os historiadores tradicionais pensaram que essa transformação cultural, uma vez originada em uma área delimitada do Crescente Fértil, teria se expandido posteriormente por todo o mundo, o que deu origem ao difusionismo, uma teoria que teve muitos adeptos. Chegou-se mesmo a afirmar de maneira categórica:

A julgar pelo que revela a documentação atual, o cultivo de cereais, a charrua, a roda de oleiro, o navio a vela, o tear, a metalurgia do cobre, a matemática abstrata, a observação astronômica exata, o calendário, a escrita e outros modos de discurso inteligível em forma permanente, tudo isto começou a existir mais ou menos ao mesmo tempo, por voltas de 3000 a. C., com erro a mais ou a menos de uns poucos séculos. Os mais antigos restos urbanos até agora conhecidos, com exceção de Jericó, datam deste período. Isto constitui uma singular expansão tecnológica do poder humano, cujo único paralelo é a mudança que se tem verificado em nosso tempo. Em ambos os casos, os homens, subitamente exaltados, comportaram-se como deuses [...]. (MUMFORD, 2004, p. 42).

A extrema simplificação de um processo histórico que, hoje, reconhecemos ser muito complexo levou filósofos da história, como Spengler e Toynbee, a questionarem, de maneira muito simplista, a causalidade dessas transformações:

Uma civilização nasce no momento em que fora das condições psíquicas primitivas de uma humanidade perpetuamente infantil (grosseira), uma alma forte desperta e atua por si mesma: uma forma vinda do informe [...]. (SPENGLER, 1964, p. 153 apud TOYNBEE, 1964, p. 184).

Toynbee segue um caminho semelhante:

Que teria sido que, tão recentemente depois de uma pausa tão longa, de novo pusera vigorosamente em movimento, em direção a um novo e ainda desconhecido destino social e espiritual, as poucas sociedades que se tinham empenhado na tarefa a que chamamos civilização? Que é que as despertara do torpor que a grande maioria das sociedades nunca tinha sacudido de si? (TOYNBEE, 1995, p. 184).

Algumas ideias nos chamam a atenção: os homens, subitamente exaltados, teriam se comportado como deuses; uma alma forte teria manifestado e começado a atuar por si mesma; sociedades teriam despertado do torpor e dado início à civilização. Quando pretendemos analisar e interpretar a transição da aldeia guarani para o povoado missioneiro colonial, no estudo de caso dos denominados Trinta Povos do rio da Prata, uma historicidade absolutamente diversa e uma temporalidade diferente do Egito e da Mesopotâmia, tantas vezes referidos, nos evidencia que essas afirmações anteriores são inaplicáveis. Uma problemática tão complexa como a que transformou aldeias neolíticas em cidades por todo o globo e em tempos históricos muito diferentes nos obriga a repensar o conceito de “processo de urbanização”. Como explicar hoje esse fenômeno de transição da pré-história para a história? Comparando em suas origens as aglomerações pré-urbanas, podemos constatar a coerência das soluções encontradas e colocadas em prática, tanto para uma adaptação ideal aos meios ambientes como para atingir os objetivos das populações locais. Sabemos que algumas das transformações denominadas de “revolucionárias” da transição da pré-história para a história são muito mais antigas do que se imaginava inicialmente. Muitas das invenções atribuídas a esse período são muito posteriores ao ano de 3.000 a.C., o que torna difícil o uso do conceito de “revolução”. Essas transformações culturais ocorrem durante milênios, no decorrer de uma história de longa duração. Por outro lado, ocorreram em diversos lugares, em tempos muito diversos, em todo o planeta. Foram muito mais complexas do que se podia imaginar algum tempo atrás.

Não existiu apenas um centro histórico de transformações, localizado no Oriente Próximo, mas diversos e em todo o planeta, inclusive na Ásia e na América, como é o caso das missões jesuítico-guaranis que pretendemos examinar. Mesmo nessas áreas onde ocorreram invenções tão importantes, continua a ocorrer o que os historiadores denominam de “a contemporaneidade do não contemporâneo”. Isso significa a coexistência de grupos total ou parcialmente equipados com as tecnologias modernizadoras com outros grupos que mantêm, apesar de tudo, as tradições milenares de caça, coleta, pesca, horticultura e pastoreio. Se as inovações dessas novas descobertas se escalonam no tempo ao longo de muitos milênios, podemos continuar a nos referir ao conceito de revolução e imaginar o seu caráter “explosivo” num certo momento dado?

Diversas considerações importantes devem ser levadas em conta, portanto, quando nos referimos aos complexos processos históricos pelos quais passou a humanidade nesse tão importante processo de transformações culturais. Finalmente, em que o “povoado missioneiro” construído por jesuítas e indígenas Guarani difere ou se assemelha às “cidades coloniais” construídas por portugueses e espanhóis na América?

O PROCESSO DE GUARANIZAÇÃO DO RIO DA PRATA

Os portugueses e os espanhóis não foram os primeiros conquistadores da América. Astecas e Incas estavam organizados militarmente e controlavam impérios no México e no Peru, dominando outros grupos indígenas, seus tributários. Muitos séculos antes da denominação colonial ibérica, os grupos Tupi e Guarani realizaram uma intensa atividade de conquista e povoamento de uma enorme área situada no litoral leste do Brasil e em grande parte da região do rio da Prata. A partir da Amazônia e de toda a costa atlântica, migrações de grupos Tupi e Guarani se desenvolveram por volta de 2.000 A.P. Isso ocorreu, aparentemente, após um episódio climático seco importante, possivelmente entre 3.000 e 2.000 A.P., que deve ter provocado uma crise na floresta equatorial amazônica e nas restantes massas florestais do continente.

Rumando, inicialmente, para o nordeste do Brasil e, posteriormente, para o Sul, os grupos de Tupis ocuparam grande parte da costa leste, desde o Equador até o Trópico de Capricórnio, no litoral de São Paulo. Quando os portugueses descobriram o Brasil e se instalaram no litoral, este já estava ocupado pelos Tupinambá. Os Guarani desceram da Amazônia para o Sul, pelos caminhos hidrográficos da bacia Platina. Instalaram-se desde o sul do Mato Grosso e do Trópico de Capricórnio até a foz do rio da Prata, ocupando, ainda, o litoral sul-brasileiro. Eles deixaram intocadas, no entanto, as alturas do planalto meridional e o pampa.

As aldeias e os territórios de caça, pesca e coleta deles ocuparam amplos espaços nos férteis vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como nos de seus afluentes. Já se afirmou que o crescimento demográfico foi uma das razões para essa expansão. Entretanto, ela não teria sido possível sem um número muito grande de guerreiros e o padrão cultural da prática do canibalismo, principalmente a ingestão dos melhores guerreiros inimigos. Foi importante, também, o equipamento bélico que possuíam, constituído por tacapes, lanças, arcos e flechas. Sabe-se que os Guarani faziam continuamente expedições guerreiras, atacando os povos vizinhos para devorá-los em cerimônias de canibalismo. Isso aconteceu em relação aos grupos pampianos dos charruas e dos minuanos, bem como aos grupos de fala Jê do planalto. A partir de um padrão amazônico de instalação das aldeias na paisagem, buscaram os vales quentes e úmidos bordejados pela floresta tropical e subtropical. Subiam os vales dos rios que se lançam pelas encostas do planalto sul-brasileiro até altitudes não superiores a 700 metros, enquanto predominavam as condições de calor e umidade.

Mas não chegaram a penetrar nas matas de araucária que se estendem pelas alturas do planalto, nem mesmo nos campos que ali existem. Todavia, nas partes mais baixas das encostas e no interior dos vales, cobertos pela mata subtropical com araucárias, disputaram, passo a passo, um território ocupado há milênios pelos caçadores-coletores locais. Esses últimos mantiveram as alturas do planalto, onde puderam instalar seu novo modo de vida nas aldeias de casas subterrâneas. Os verões frescos e os invernos frios do planalto não poderiam atrair os Guarani. O clima não era favorável ao plantio das espécies vegetais dos trópicos. Mais para o Norte, os vales dos rios Iguaçu e Paranapanema, mais quentes e úmidos, serviram de caminho para extensas penetrações que levaram os horticultores Guarani através do planalto, de oeste para leste. Seguiam, ainda, os Guarani

as florestas de galeria que acompanham os rios da região Platina, mesmo em zonas de predomínio do pampa.

Atingiram, dessa maneira, a foz do Paraná, no rio da Prata, onde se estabeleceram na margem direita e nas ilhas fronteiras, sempre na estreita faixa de floresta subtropical que acompanha o leito dos rios. Segundo as informações obtidas nas fontes históricas, aparentemente, a chegada dos Guarani à foz do rio da Prata antecedeu muito pouco à dos europeus. Por meio do vale do rio Jacuí, eles atingiram os litorais sul-brasileiro e uruguaio, instalando-se nas matas que bordejam as lagoas, as lagunas e os pequenos rios da costa atlântica, e as encostas da Serra do Sudeste, no Rio Grande do Sul. Nessas áreas-limite com os campos, esses guerreiros provenientes da Amazônia defrontaram-se com os indígenas pampianos, rivalizando com eles pela posse de áreas restritas de floresta (capões de mato e florestas de galeria), onde podiam plantar. Subindo pela planície litorânea, ocupavam os espaços anteriormente povoados pelos grupos sambaquianos, do Rio Grande do Sul até o sul de São Paulo.

Após séculos de migrações, reencontraram os Tupis, no litoral de São Paulo, na altura do Trópico de Capricórnio. No decorrer desse longo tempo, apesar de terem permanecidos ligados ao mesmo tronco cultural comum, os grupos de horticultores tupis e guaranis adquiriram muitas características próprias. Não apenas duas línguas aparentadas surgiram, a partir do tronco comum original, mas igualmente diferenças culturais importantes. Vivendo nos trópicos, os Tupis centraram a sua produção alimentar na mandioca-amarga, da qual extraem a farinha e com a qual produzem o beiju. Muitos recipientes cerâmicos planos e artefatos de fibras vegetais são adaptados a essa produção. Nesses ambientes subtropicais, os grupos tribais Guarani se concentraram na produção do milho e da mandioca-doce (ou aipim), para a qual necessitou de outras formas de recipientes cerâmicos, mais globulares.

As aldeias dos grupos indígenas Guarani eram, geralmente, instaladas em clareiras em meio à floresta subtropical, próximas a fontes de água e sobre colinas situadas junto às várzeas férteis dos rios, num espaço-modelo repetido desde tempos imemoriais. Não apenas se tratava de uma posição estratégica, da qual se podia observar toda a área, mas também da escolha de um lugar mágico. Pela manhã, quando as trevas da noite se dissipavam para dar lugar aos raios do sol Quaraí e quando a neblina começava a subir da calha do rio prenunciando a vida do novo dia, os caciques e pajés pronunciavam as palavras sagradas e inspiradas.

As aldeias compunham-se de casas ovais (“ocas”), onde habitavam diversas famílias nucleares pertencentes à mesma família extensa (clã). As habitações poderiam ser distribuídas em torno de um espaço coletivo de circulação, reunião, danças, bebedeiras sagradas, festins canibais e mesmo desportos. As cabanas poderiam variar em número, mas geralmente eram de três a seis. A população Guarani era bem maior do que a dos grupos de caçadores que os antecederam na região e com os quais disputaram o território. Próximo às cabanas, encontrava-se a zona de enterramentos, onde os mortos eram colocados no interior de grandes urnas funerárias de cerâmica, denominadas de “igaçabas” e eram amarrados em posição fetal. Esse ritual estava associado à explicação que haviam elaborado sobre o nascimento dos homens, retirados de um recipiente cerâmico por um personagem

mítico. O ambiente florestal e das margens fluviais lhes dava condições de realizar em abundância a caça e a coleta. A inexistência de animais domesticados em toda a América atlântica levou aos grupos de horticultores a manter padrões de subsistência baseados na caça em larga escala como forma de suprir as necessidades de proteínas. Os Guarani sempre a mantiveram nos ambientes florestais e ribeirinhos (fluviais, lacustres e marinhos).

Nas águas dos rios, das lagoas, e mesmo do mar, peixes e moluscos podiam complementar a caça. A coleta de vegetais (raízes, frutos e folhas), bem como do mel, foi igualmente importante para completar a dieta alimentar. O ambiente deveria, ainda, ser capaz de suprir outras necessidades dos grupos: argila para a cerâmica, afloramentos de rochas para a elaboração dos implementos líticos, fibras vegetais para a cestaria, penas de aves para a ornamentação pessoal, madeira para as armas, as casas e as canoas feitas de um só tronco de árvore (monóxilas) etc.

Nas pequenas roças abertas pelos homens em meio a clareiras, as mulheres podiam plantar nos férteis solos ricos em húmus. Sua horticultura conhecia uma variedade muito grande de espécies cultivadas. Para os carboidratos da alimentação, plantavam o milho, a mandioca, o feijão, a abóbora e a batata, principalmente. As variações climáticas e a ocorrência de secas, geadas ou enchentes eventuais poderiam pôr em risco essa atividade horticultora. Da mesma maneira que no neolítico europeu, isso trazia sérias ameaças à relativa autonomia desses grupos aldeãos.

Entretanto, o conhecimento amplo dos recursos do ambiente em que viviam terminava fazendo com que, mediante a caça, a pesca, a coleta e a horticultura, os Guarani tivessem uma “economia da abundância”, como todos os demais grupos pré-históricos. O algodão servia de matéria-prima para a tecelagem, gerando uma fibra vegetal fácil de ser trabalhada e tecida. O plantio do fumo e o uso deste em cachimbos de cerâmica estava relacionado com as cerimônias mágicas e, também, com o lazer. Assim como, pela manhã, as névoas do rio prenunciavam, de maneira mágica, o nascimento do novo dia, os pajés inalavam as fumaças do tabaco e as sopravam sobre os recém-nascidos, para favorecer a nova vida. Os porongos ou cabaças eram plantados para servir de recipientes. Quando as contínuas atividades de caça, coleta, pesca e plantio começavam a fazer rarear os recursos, buscava-se um novo local para a instalação de outra aldeia. Esse fato ocorria periodicamente, estabelecendo o que, talvez, se pudesse denominar de horticultura seminômade.

Muitas generalizações feitas no passado em relação à organização social das populações pré-históricas, principalmente por filósofos sociais ou antropólogos, revelaram-se como absolutamente falsas, comprovando apenas a nossa falta de conhecimento e a necessidade de testar continuamente nossas teorias, ao mesmo tempo que os arqueólogos realizam o importante trabalho de desvelar o passado. As pesquisas têm evidenciado uma complexidade bem maior do que se imaginava em relação à vida desses grupos. Algumas das características da organização social dos horticultores guaranis são um bom exemplo de como nossas teorias, em grande parte eurocêntricas, devem ser continuamente revisadas e criticadas. Vejamos alguns dados fundamentais relativos aos aspectos sociais destacados nas interpretações do passado e hoje reinterpretados.

Em primeiro lugar, as relações de parentesco são tão ou mais complicadas do que as nossas atuais e igualmente lógicas. As famílias nucleares são formadas por pai, mãe e dois filhos, no máximo,

graças a um controle demográfico constante que é tradicional dessas populações. Existe um conjunto de famílias nucleares, em que cada uma mora em seu espaço próprio, balizado pelos troncos de sustentação do telhado, no interior das grandes “ocas”. Nessas casas comunais, as famílias nucleares se organizam numa extensa família clânica, com casamentos exogâmicos. Essa unidade social que habita a grande casa é o núcleo fundamental dos grupos horticultores, e não a tribo ou as famílias nucleares. As diversas casas com suas famílias extensas dão vida à aldeia. Em caso de crise econômica, são as unidades familiares extensas que se separarão, em busca do alimento, desfazendo, temporariamente, a aldeia. Teoricamente, isso significa que, entre as esferas do privado e do coletivo, do individual e do comunitário, podem existir outras instâncias tão ou mais importantes para a explicação histórica.

O sistema social não era matriarcal, como já se declarou em relação às populações denominadas de neolíticas. Ao contrário do que já se afirmou, desde o século passado, o papel das mulheres era subalterno. As lideranças familiares de cada oca, de cada aldeia e de cada tribo são sempre masculinas. Os caciques (“tubichás”) e os xamãs (“pajés”) nunca foram atores sociais femininos. Além disso, o que servia de indicador social do prestígio de um guerreiro era o número de mulheres que podia manter.

No caso específico da propriedade, as indicações existentes evidenciam, igualmente, a complexidade e a diversidade das sociedades pré-históricas, em lugar da uniformidade simplista que se oculta sob o conceito de coletivo. Entre os grupos Guarani, existem bens individuais, tais como as redes para dormir, as armas dos guerreiros ou seus adornos plumários para as festas. Muitos desses objetos acompanhavam o seu possuidor, quando este era enterrado nas grandes urnas funerárias. Cada família nuclear tem, também, os pertences localizados na área especial que ocupa dentro das grandes casas, tais como recipientes cerâmicos de cozinha.

Entretanto, a propriedade predominante é denominada de “Abambaé” entre os horticultores guaranis e está relacionada à família extensa e à grande casa. As áreas de produção horticultora pertencem a cada uma dessas grandes casas nas clareiras abertas nas matas. Essas áreas são distribuídas criteriosa e cuidadosamente pelos caciques a cada mudança da aldeia. Esse fato nos evidencia que, entre os dois tipos sempre citados de propriedade, privada ou coletiva, que, para muitos estudiosos, deveriam ter existido, de maneira exclusiva, ao longo de toda a História, existem outras formas ainda pouco estudadas na história econômica. É o caso do “Abambaé” dos grupos Guarani. Outro aspecto a ser destacado e que ilustra melhor essa problemática é o da circularidade dos bens. Trata-se da instituição social da reciprocidade. Internamente, entre os indivíduos da mesma grande casa, existe uma espontaneidade no que se refere ao apoio e ao auxílio que cada membro deve aos demais. A reciprocidade dos bens e dos presentes (ou dons) é obrigatória, irrestrita e espontânea. Entre as casas de uma aldeia, já não ocorre assim. A circulação dos bens é equilibrada, ou seja, a reciprocidade sofre uma espécie de controle pelo qual os bens dados devem ser aproximadamente iguais aos bens recebidos.

Em relação a outras aldeias dos horticultores, a reciprocidade deve ser igualmente equilibrada, havendo trocas quando se julgava satisfatória a equivalência dos bens. Aos inimigos, a reciprocidade será evidentemente negativa, ou seja, as trocas serão substituídas pelo conflito e pelo saque. Os

territórios de caça, de pesca e de coleta são livremente percorridos por todos os habitantes de uma aldeia. Essa situação nos configura uma visão bem complexa da posse dos bens e de sua circulação no conjunto dos grupos horticultores. Isso significa que a análise social que fazemos a partir dos padrões de nossa sociedade atual nem sempre serve de abordagem segura para a compreensão de outras sociedades. A criatividade da humanidade foi bem maior ao longo da história, e não apenas restrita ao campo da arte como normalmente se afirma. Longe de comprovar a teoria da miséria e do subdesenvolvimento no estudo das populações pré-históricas, as pesquisas nos levam à constatação da miséria de nossas teorias, se elas não forem continuamente testadas e submetidas à crítica.

As pesquisas etno-históricas, pouco a pouco, esclarecem outros aspectos do modo de vida desses grupos, principalmente no que diz respeito às formas de organização sociopolítica. As parcialidades dos Guarani eram dirigidas por líderes políticos denominados de “tubichás” e por líderes xamânicos conhecidos por pajés. Os caciques lideravam os grupos na guerra, serviam de poder moderador apaziguando os conflitos internos, assim como eram encarregados da aplicação das leis e dos costumes tradicionais. Lideravam pelo prestígio, que lhes era atribuído pelo desempenho dessas importantes funções. Esse prestígio era conseguido de diversas maneiras: a morte dos inimigos, a capacidade de fazer alianças e solucionar problemas, o domínio da palavra, a distribuição de bens produzidos pelas suas diversas mulheres.

Além disso, nunca tiveram poder político, pois não podiam utilizar a força para se impor aos demais guerreiros. A poligamia era um dos atributos da liderança cacical e está relacionada a outra importante instituição social, a redistribuição dos bens. Pelo processo de redistribuição, a liderança cacical terá tanto mais prestígio quanto mais bens distribuir entre os membros da aldeia. Como todos dão presentes ao líder, este somente poderá fazer a balança pender a seu favor, redistribuindo tudo o que ganha e tendo suas diversas mulheres dando origem a produtos de artesanato destinados a essa finalidade. Para o guerreiro comum, o prestígio somente viria por meio da vitória na guerra contra o inimigo. Quando a memória coletiva começasse a esquecer o feito bélico realizado, o guerreiro deveria partir para outra investida contra seus inimigos. Arriscava-se, contudo, a morrer.

As lideranças xamânicas, desempenhadas pelos pajés, nos evidenciam a complexidade das crenças dos Guarani. Os mais importantes dentre eles, os “karaí”, moravam fora das aldeias, mas nas proximidades destas. Não estavam assim vinculados ao sistema de parentesco e podiam afirmar serem filhos dos deuses. Esses “karaí” e os pajés das aldeias desempenhavam o papel de intermediários entre os Guarani e as forças da natureza e os mitos em que acreditavam. Eram feiticeiros e praticavam magia branca e negra. Ao praticar a primeira, portavam-se como curandeiros que tentavam livrar as pessoas das doenças mediante práticas mágicas. Seu prestígio vinha do uso das palavras inspiradas e das danças religiosas que faziam. Foram sempre os defensores do modo de ser tradicional dos Guarani, antepondo-se, de maneira radical, às mudanças de hábitos e costumes, quando ocorriam os contatos com a sociedade dos brancos luso-espanhóis. Os grupos indígenas Guarani e seus pajés defendiam a busca da “terra sem mal”, uma espécie de paraíso imaginado como sendo a floresta tropical cheia de caça e frutos, ainda intocada pela mão do homem. Muitas vezes, a liderança política cacical e a liderança religiosa xamânica estavam concentradas na mesma pessoa, o que dava a esse líder muito mais poder.

Os arqueólogos encontraram uma cultura material muito diversificada e com uma série de inovações culturais nos sítios arqueológicos dos Guarani. Esse contraste se evidencia quando fazemos uma análise comparativa em relação aos vestígios achados nos locais de habitação das demais sociedades indígenas até então instaladas na região. Comprovam-se muitas semelhanças com outras populações que ainda hoje se encontram no Amazonas. Todas as populações que se instalam em zonas de florestas utilizam, em larga escala, as madeiras e as fibras vegetais, os ossos dos animais e as penas de aves como fontes de matérias-primas.

Entretanto, em ambiente tropical e subtropical, esses materiais são muito perecíveis. Os adornos de penas, os arcos e as pontas de flechas de madeira, as canoas, as cabanas de troncos de árvores e tantos outros elementos culturais do cotidiano dessas culturas desaparecem devido às variações de calor e de umidade, às ações nocivas dos insetos e mesmo à acidez do solo. Assim, o arqueólogo tem dificuldades para a reconstituição dessas culturas do passado, na medida em que os dados e as informações necessários são restritos aos vestígios remanescentes, quase sempre artefatos líticos ou recipientes cerâmicos. A interdisciplinaridade e a interface das evidências oportunizadas pelas pesquisas históricas, arqueológicas e antropológicas é o que nos permite discernir mais possibilidades e ultrapassar os limites das análises tradicionais de cada uma das ciências isoladas.

São muito restritos os implementos em pedra lascada ou polida, devido à utilização da madeira em larga escala. Contudo, ao lado dos núcleos e dos percutores, das lascas e das talhadeiras de tipologia mais simples, encontram-se artefatos de rara confecção e beleza. Dois tipos de artefatos seriam bem característicos: as lâminas de machados polidos e os “tembetás”. As lâminas de machados polidos são robustas, possuem, algumas vezes, um entalhe para a fixação, outras vezes, evidenciam o encabamento em uma forte haste de madeira. Os “tembetás” são ornamentos labiais masculinos de quartzo polido, utilizados a partir das cerimônias de iniciação à virilidade. São de forma cilíndrica, simbolizando um falo. Adornos são encontrados nos enterramentos em urnas funerárias, tais como: pequenas peças de pedra ou osso polido, de formas trapezoidais e retangulares, bem como colares de dentes de animais. Muitos alisadores e afiadores de canaleta, com sulcos em forma de U e V, respectivamente, foram feitos de pequenos pedaços de arenito ou de fragmentos de cerâmica e serviram para polir artefatos em osso e madeira, além de aguçar gumes e pontas.

São encontrados aos milhares os fragmentos dos recipientes cerâmicos nos sítios arqueológicos, restos de uma produção realizada pelas artífices guaranis. Assim, eles podem ser importantes para o arqueólogo à medida que nos dão informações sobre o passado. No entanto, representam um perigo se passamos a somente ver essa cerâmica e ignoramos o restante dos elementos da cultura, tão importantes como esse. Já se chegou mesmo a afirmar que, em um fragmento de cerâmica guarani, teríamos a expressão do conjunto de toda a sua cultura. Isso é um exagero evidente em relação aos Guarani, tal a variedade de informação de que dispomos sobre a complexidade e riqueza de sua cultura, oriundas de pesquisas multidisciplinares. Mas o é, igualmente, em relação a todos os povos portadores de cerâmica que conhecemos.

Nesse sentido, o cotidiano de uma população se analisa, na arqueologia, com as múltiplas evidências que testemunham a complexidade dos padrões culturais, sua adaptação aos

paleoambientes e aos contextos sociais e culturais, e não apenas em um sítio arqueológico, muitas vezes, semidestruído, mas na totalidade das informações disponíveis. Por outro lado, a cerâmica é uma evidência indiscutível nos sítios arqueológicos guaranis. Esses recipientes cerâmicos e seus fragmentos sobrevivem em meios ambientes onde outros elementos da cultura material, muito mais abundantes, desaparecem sem deixar vestígios, como é o caso dos artefatos de madeira. Eles evidenciam não apenas a intensa atividade das artesãs índias, mas também uma tipologia variada que mostra um uso muito diversificado, assim como uma arte decorativa de especial beleza e confecção. Pequenos recipientes são, muitas vezes, encontrados em urnas funerárias. Pratos e tigelas eram utilizados para comer, enquanto panelas serviam para estocar alimentos e cozinhar. Os grandes recipientes cerâmicos, denominados de “igaçabas”, serviam para confecção, fermentação e armazenagem de bebidas alcoólicas (o “cauim”) utilizadas nas grandes bebedeiras coletivas cerimoniais. Esses mesmos recipientes eram reutilizados como urnas funerárias, quase sempre com outra vasilha virada e superposta como tampa.

Os cachimbos que serviam para a inalação das fumaças do tabaco, igualmente, eram de cerâmica. Havia dois tipos. Uma primeira forma é um cilindro alongado, no qual o forninho e o orifício destinado à inalação do fumo estão na mesma linha do eixo longitudinal da peça. Assim, o furo na extremidade inferior do cachimbo vai direto aos lábios. Um segundo tipo cilíndrico, porém, mais curto, consta apenas do forninho, com um furo na lateral inferior. Nesse orifício, acrescentava-se uma pequena taquara, que ia aos lábios. Essa forma é a que mais se popularizou posteriormente no mundo dos brancos colonizadores. Também em cerâmica, encontram-se diversas formas diferentes de contas de colar, utilizadas como ornamento corporal.

Os diversos tipos de decoração plástica ou pintada, que encontramos nas superfícies dos recipientes cerâmicos, podem ser considerados grandes manifestações da arte dos Guarani. Na cerâmica utilizada nas cerimônias e nos ritos, predominam as manifestações artísticas pintadas. Belíssimos desenhos geométricos se reproduzem em preto e vermelho sobre um fundo branco, ou simplesmente em vermelho diretamente sobre a superfície dos recipientes. Curvas sinuosas, linhas paralelas, motivos geométricos que se repetem harmoniosamente são alguns dos exemplos de uma manifestação artística ainda pouco estudada pelos arqueólogos.

Nos recipientes cerâmicos de uso cotidiano, a decoração plástica ali realizada manipula a argila ainda fresca alisando-a até o polimento ou decorando-a com as pontas dos dedos, com a parte lateral dos polegares, com as unhas ou com pequenos artefatos pontiagudos. Outra técnica de decoração utilizou algo semelhante a uma escova ou a um sabugo de milho seco, marcando, na superfície do recipiente, uma série de estrias paralelas. Essa decoração escovada, típica da cerâmica produzida por eles, será uma das mais difundidas no período colonial. Algumas vezes, decorações diferentes se estendem em faixas paralelas. Nos sítios arqueológicos, encontram-se tanto os recipientes cerâmicos pintados como os alisados ou decorados plasticamente. Os primeiros serão, provavelmente, encontrados nas áreas onde as cerimônias rituais foram realizadas; os demais, nas áreas de cocção ou de armazenagem dos alimentos.

Como se mantinham os contatos e o modo de ser dos Guarani entre as diversas aldeias

que se espalhavam por uma área tão grande? Como difundiram a sua cultura? Havia, muitas vezes, caminhos ligando as aldeias. Outros caminhos (“peabirus”) ligavam áreas muito afastadas, como o que ligava o litoral brasileiro ao vale do rio Paraná, conhecido e utilizado pelos colonizadores ibéricos no período colonial. Mas, geralmente, eram as redes hidrográficas nas quais se instalavam as aldeias dos Guarani que serviam de vias de comunicação entre as diversas aldeias.

Por intermédio desses contatos, mantinha-se a solidariedade dos grupos, o mesmo “modo de ser” guarani definia as ligações matrimoniais, as trocas de produtos e dos trabalhos de artesanato, e mesmo as guerras entre grupos vizinhos. Os grupos aldeãos poderiam, por essas vias de comunicação, unir-se por laços políticos e de parentesco a outras aldeias, organizando formas de defesa mais efetivas contra os seus inimigos. Os caminhos aquáticos dos rios e das lagoas eram, também, as rotas de penetração em novos territórios e, portanto, de expansão. Ao longo dessas vias de comunicação e de circulação, esses grupos aguerridos e sempre em expansão realizaram a conquista e a colonização de imensas áreas platinas. Eles não impuseram apenas o terror aos seus inimigos, mediante as práticas bélicas do combate individual e o consumo de seus corpos em práticas de canibalismo. Eles, igualmente, difundiram pela região todas as inovações modernizadoras que haviam adquirido ao longo do processo de neolitização, principalmente a vida aldeã, a cerâmica, a língua e a horticultura.

Os sempre vitoriosos guerreiros Guarani não podiam imaginar que, muito mais tarde, eles seriam, por sua vez, invadidos e conquistados pelos portugueses e espanhóis. Por mais que tenham resistido indomitamente a essas sucessivas invasões, seu território passou, cada vez mais, a se restringir, e seu modo de vida foi ameaçado. Os conquistadores ibéricos estavam, também, equipados com instrumentos da modernização. Dessa vez, entretanto, característicos do período inicial do Renascimento e dos primeiros estágios de desenvolvimento do Capitalismo Mercantilista.

Foi no decorrer dos séculos XVI e XVII que as aldeias guaranis se viram em contato com as duas frentes de expansão colonizadoras ibéricas. A portuguesa se expandiu para o Sul e para o Leste a partir de São Vicente, Santos e São Paulo, enquanto a espanhola ocupou os espaços da região Platina a partir de Assunção e Buenos Aires. As vicissitudes desses contatos entre os brancos ibéricos e as sociedades indígenas ali instaladas geraram em parte o genocídio, mas, igualmente, uma importante miscigenação e as transformações culturais decorrentes. As venturas e desventuras dessa nova população, que emerge desse processo histórico, abrem um novo capítulo na história da região Platina.

O PROCESSO DE EUROPEIZAÇÃO E O GUARANI MISSIONEIRO

Durante muito tempo, manteve-se uma visão tradicional da economia tribal que indicava uma situação de miséria, dificuldades e fome, devido às características de subdesenvolvimento técnico e às impossibilidades de formação de estoques e de subsistência. Essa visão do problema sofreu, recentemente, uma profunda mudança com a ampliação das análises. Em função do reestudo de milhares de dados coletados recentemente pela Etnologia, percebe-se que não somente a economia primitiva não é uma economia da miséria, mas que ela, ao contrário, permite determinar a sociedade

primitiva como a primeira “sociedade de abundância” (CLASTRES, 1982, p. 130; SAHLINS, 1976, p. 37). Os estudos desenvolvidos por Marshall Sahlins não apenas nos evidenciam que as economias primitivas se caracterizam por essa “abundância primitiva”, mas ainda destacam essas economias domésticas de consumo como “subprodutoras”.

Ao contrário de nossa economia, os grupos indígenas produzem para viver, mas não vivem para produzir. Ao lado de uma divisão sexual do trabalho, a produção é segmentária, apenas para o consumo e o acesso aos meios de produção é autônoma. Assim, uma característica básica desse sistema doméstico ou familiar de consumo é a utilização pouco intensiva das forças de produção. Esse sistema doméstico não possui normas de subsistência limitadas apenas em termos absolutos, mas, inclusive, em relação ao próprio potencial da sociedade. De fato, quanto maior a capacidade de trabalho do grupo familiar, ou da grande casa, menos trabalham seus integrantes. Na medida em que as unidades de produção são as famílias e não a tribo, esse tipo de produção é segmentário, anárquico e com tendências à dispersão em caso de crise, quando cada família procura, então, sobreviver sozinha. O que fornece a integração a essa economia e favorece as relações centrífugas é a política, ou seja, o caciquismo e a autoridade dos anciãos.

Sinteticamente, podemos afirmar que as orientações dessa economia primitiva podem, assim, ser expressas, segundo Sahlins: a economia se concentra preponderantemente na alimentação e não depende nem de uma tecnologia complexa, nem de uma complexa divisão do trabalho; a economia privilegia a produção doméstica, familiar, ou seja, na própria casa, tem sua unidade de produção (casa “oka” = família extensa), a divisão do trabalho é por sexo, a autoridade se deve à idade, a produção se destina a satisfazer as necessidades do grupo familiar e este tem acesso direto aos recursos estratégicos. Finalmente, uma ordem social em que o direito do controle sobre os produtos caminha lado a lado com o direito de explorar os recursos produtivos, em que o comércio de título é restrito e os privilégios da opulência nada provam. Como essas afirmações gerais poderiam ser adaptadas ao sistema de produção das casas comunais dos Guarani? No caso específico dos Guarani, estamos frente a padrões de subsistência tribal inseridos no ambiente das florestas tropical e subtropical. A sua horticultura se caracteriza pelo sistema de corte e queimada (coivara) e pelo seminomadismo das atividades de produção de plantas domesticadas nas várzeas dos rios.

Assim, é no interior da floresta, em clareiras abertas, que se plantavam o milho, a mandioca, os feijões, as pimentas, as abóboras, o tabaco, o algodão etc. Com isso, de uma clareira, numa espécie de horta, originou-se o temo horticultura. Esse sistema é muito diferente da agricultura de campo aberto, após a derrubada completa das florestas e com o auxílio do arado, típica dos camponeses europeus. O sistema de horticultura, tradicional nas florestas tropicais e subtropicais na América do Sul, parece ser capaz de alimentar populações aldeãs da ordem de 450 pessoas. Entretanto, em toda essa enorme região, a média das comunidades de horticultores não ultrapassa, geralmente, 150 pessoas, conforme os estudos desenvolvidos (SAHLINS, 1976).

Essas transformações foram seguidas de outras no âmbito da tecnologia. Introduziu-se a metalurgia do ferro, mas permaneceram as técnicas de lascamento e polimento da pedra. Desde o estabelecimento das primeiras Reduções, os jesuítas registraram a importância do ferro para os indígenas Guarani:

Y es cosa maravillosa y benigna providencia de nuestro Señor, que dando á cualquiera índio una cuña de hierro (que vale dos pesos ó menos) para rozar el monte, luego está seguro, y como con grillos y cadenas para quedar-se para siempre en el pueblo y Doctrina, y hacerse cristiano; e asi dicen muy bien los Padres que las almas aquí valen á cuña de hierro.¹ (HERNANDEZ, 1913, p. 385).

A cerâmica para uso diário ou para outras finalidades rituais, decorada plasticamente ou pintada, foi acrescida de elementos europeus, tais como: bases planas, alças e asas, além de uma decoração monocromática. Igualmente, aqui se percebe a coexistência de elementos indígenas ao lado dos de origem europeia.

No decorrer do século XVII, o espaço ocupado pelas aldeias guaranis entrou em franca diminuição, devido aos avanços dos encomendeiros espanhóis e aos ataques dos bandeirantes luso-brasileiros, provenientes de São Paulo. Os primeiros documentos históricos sobre os guaranis contactados pelos brancos ibero-americanos atestam uma crise que se traduzia, muitas vezes, em penosas e longas peregrinações lideradas pelos pajés em busca da “terra sem mal”. Durante algum tempo, pensou-se que essas longas marchas em que a aldeia tudo abandonava se deviam a uma pressão demográfica, pois a população teria se desenvolvido demais dentro das manchas de floresta subtropical temperada atlântica da América do Sul. Entretanto, mesmo que algumas aldeias tenham se estabelecido em zonas de encostas pouco férteis, como se as zonas mais favoráveis já estivessem ocupadas (como demonstram os últimos estudos arqueológicos), não podemos ignorar que os avanços das frentes de ação colonizadora luso-espanholas colocaram essas populações em um extremo perigo de sobrevivência cultural e étnica, pois o genocídio indígena tendia, gradualmente, a se incrementar.

É evidente que os padrões de subsistência dos guaranis incluíam, ainda, a caça e a coleta. Essas atividades sempre foram muito intensas e oportunizavam abundante alimentação. Exigiam a ocupação de territórios amplos e deslocamentos sazonais de maior porte do que os exigidos pela horticultura, pois o esgotamento dos produtos da caça e da coleta obrigavam a mudanças da aldeia mesmo quando o solo ainda era fértil para os roçados. Com o avanço das frentes de colonização, esse espaço se limitou, de maneira inexorável, tornando a crise profunda e sem soluções.

Como as pesquisas de Sahlins demonstraram muito bem e os dados conhecidos sobre a crise do mundo guarani o confirmam, é no caso de uma conjuntura histórica na qual se multiplicam as contradições externas que a situação crítica pode se desenvolver em fenômenos de destruição e de transformação. As normas do sistema de produção doméstica de consumo das economias primitivas tendem à inércia, à manutenção da tradição e, por isso se explica o porquê da predominância das normas moderadas de produção costumeira de subsistência. O choque com as frentes colonizadoras, especialmente com a expansão das expedições escravagistas dos bandeirantes e dos encomendeiros espanhóis, geraram uma situação crítica favorável à desagregação das tribos em pequenos grupos familiares que buscavam esconder-se no âmago das florestas ou nas encostas dos vales fluviais, onde o terreno era pedregoso, trazendo problemas drásticos para a sobrevivência, pois não eram tão férteis como as várzeas aluvionais dos rios.

1 Carta Anua de 1618-19, do Padre Pedro de Oñate.

Com isso, as forças centrífugas de cada unidade familiar de produção, ou seja, cada grande casa com as suas famílias nucleares se acentuam quando agressões externas ou calamidades naturais ocorrem, levando esse sistema (a aldeia) à desagregação; os grupos familiares se isolam e a comunidade se atomiza. Essa desagregação coloca em perigo uma das mais extraordinárias características desse sistema doméstico: a reciprocidade. A doação gratuita dos bens e dos alimentos é dever de cada um e privilégio de todos no regime de reciprocidade.

É essa reciprocidade solidária e constante que anula as forças centrífugas dos grupos domésticos de consumo e permite a autonomia completa dos grupos tribais e das aldeias. Cada um dá tudo e ganha tudo de todos. Tal situação se estabelece não apenas entre os indivíduos e as famílias, mas também nas relações entre os caciques e seus comandados. No entanto, para manter seu prestígio, o cacique deve redistribuir bens em número muito maior do que os que recebe. Isso só é possível pela manutenção institucional da poligamia cacical. Dessa maneira, a economia indígena se articulava em termos de reciprocidade e de redistribuição dos bens e alimentos, num solidarismo constante. Do ponto de vista social, a redistribuição constitui-se de uma relação no interior mesmo do grupo, caracterizando-se por ser uma ação coletiva. Já a reciprocidade é uma relação entre componentes dos grupos, ou seja, ações e reações entre as partes do todo. Nas sociedades tribais, portanto, a família ou a casa conservam uma relação primária com o espaço a partir do qual obtém sua alimentação, mesmo que se possa afirmar que nem sempre essa propriedade sobre terrenos de cultura, de caça, de pesca ou de pastagens seja exclusiva, pois temos que recordar que o espaço tribal é a propriedade cacical.

Transformações culturais de extraordinária importância assinalam a passagem das aldeias guaranis para as Missões Jesuíticas do ponto de vista econômico. Mas, aqui, mais uma vez, é igualmente necessário e importante destacar o quanto da antiga economia tribal guarani permaneceu, tornando-se parte integrante da nova estrutura. Uma mudança técnica fundamental foi a introdução do arado puxado por bois, o que provocou a substituição da antiga horticultura de corte e queimada, realizada no interior da floresta subtropical e tropical, por uma agricultura em moldes europeus executada em campo aberto. Entretanto, a produção continuou, em grande parte, a mesma, e a propriedade continuou sendo o “Abambaé”.

Em outras palavras, as terras do povoado foram distribuídas entre os caciques para que administrassem os lotes familiares, como sempre tinham feito no interior da floresta. Contudo, como acabou o nomadismo das aldeias, que foi trocado pelo sedentarismo da Missão Jesuítica, as terras uma vez distribuídas passaram a ser sempre de cada uma das famílias. A proteína animal, anteriormente obtida pela caça, foi substituída com proveito pela pecuária e pelo consumo em larga escala de carne bovina. Grandes rebanhos, enormes estâncias e as reservas de gado propiciadas pelas Vacarias do Mar e dos Pinhais favoreceram uma alimentação rica e abundante. A antiga coleta persistiu no extrativismo da erva-mate, inicialmente, nos ervais nativos e, posteriormente, em ervais artificialmente plantados. A produção de erva-mate para a exportação foi fruto de um contrato social jesuítico-guarani, visando garantir a autonomia missioneira, pois possibilitava a importação dos poucos elementos necessários.

Essa modernização ocorrida nos padrões de produção e de subsistência terminou se refletindo igualmente no setor de mão de obra. Com o estabelecimento do “Tupambaé” e com a produção coletiva em dois dias da semana, colocou-se a questão do trabalho extrafamiliar, voltado para a comunidade. Não foi muito fácil essa transformação, pois a divisão por sexo que norteava a produção doméstica indígena passava a ser modificada. O arado puxado por bois exigia a força do braço do homem adulto no trabalho da lavoura, tanto no “Abambaé” como no “Tupambaé”. Por outro lado, era difícil, para os Guarani, entender certas reprimendas dos jesuítas que pensavam ser o indígena pouco dedicado ao trabalho. Enquanto os jesuítas nascidos na América (como Roque Gonzales) ou os de origem ibérica jamais criticavam o indígena, os de origem austríaca ou alemã (como o padre Sepp) não compreendiam a mentalidade guarani, para os quais a vida não era para ser dedicada à produção, mas a viver.

Por outro lado, a reciprocidade continuou a funcionar de maneira semelhante à tribo Guarani do período anterior à Redução. No seio do povo do missioneiro, a reciprocidade, nos âmbitos familiar e tribal, continuou igual, estendendo-se mesmo às relações entre os diversos povos. Nas esferas familiar e tribal, essa reciprocidade foi generalizada. A solidariedade continua a ser, portanto, parte integrante das relações entre os indígenas que compunham essas comunidades missioneiras. Nas palavras de Popescu, tratava-se de um

solidarismo puro, no sentido do estado de ânimo de todos os sujeitos econômicos e todas as suas várias categorias sociais, inclusive a dos missionários; e solidarismo de grande dimensão por tratar-se de um organismo de grande amplitude, tanto em sua extensão temporal como em seu volume demográfico [...]. (POPESCU, 1967, p. 97).

Os contatos entre um povoado e os Trinta Povos caracterizou-se por uma reciprocidade equilibrada, ainda mais acentuada nas relações de trocas entre os Trinta Povos e a sociedade hispano-americana. E permaneceu em relação aos inimigos (portugueses, bandeirantes luso-brasileiros e indígenas Charruas ou Minuanos) uma reciprocidade negativa. Se a economia primitiva guarani era autônoma, essa situação permaneceu a mesma no povoado missioneiro, pois a inserção na economia colonial foi extremamente limitada, reduzindo-se à barçaça anual de exportação de erva-mate. A produção missioneira continuou sendo sempre voltada ao consumo, sem visar a mercados, como sempre tinha sido a economia tribal guarani.

Mantinha-se, assim, a característica de autarquia econômica e de solidarismo interno. A prática da reciprocidade foi igualmente acompanhada pela redistribuição no povoado missioneiro. Enquanto a propriedade do “Abambaé” fornecia às famílias e às tribos o necessário para a sobrevivência em boas condições, o “Tupambaé” exigia um trabalho coletivo do indígena para a redistribuição, pois servia para suprir as eventuais deficiências da produção familiar ou atender às necessidades de todo o povoado em momentos de crise. O “Tupambaé” substituiu a redistribuição cacical, conseguindo atender, inclusive, às necessidades do povoado em termos de produtos externos: munições, paramentos para os altares etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses imensos espaços dos territórios portugueses e espanhóis do rio da Prata, múltiplos aspectos podem ser estudados, pois existem fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais. São múltiplas, também, as ações e reações entre os protagonistas históricos envolvidos no processo de povoamento. Oposições e integrações, dessavenças e alianças, influências culturais e linguísticas, são complexas as relações sociais que se articulam nesses espaços de fronteiras.

Os estudos atuais dos povoados missioneiros, das fortalezas e das cidades nessas fronteiras devem ultrapassar essas inúmeras histórias locais, de cada cidade, forte e missão em particular, partindo para uma perspectiva mais ampla, regional ou continental. Devemos fazer histórias de longa duração dessas fronteiras, aspirando responder a importantes questões sobre o papel, a importância e o dinamismo dessas sociedades, culturas e aglomerações urbanas, desde as etapas pré-urbanas até as cidades coloniais já perfeitamente desenvolvidas, cada uma em seu tempo, em seu contexto histórico e com sua identidade. Temos de compreender que não estamos às voltas com um universo imutável, pois as fronteiras se transformam. Trata-se de compreender uma longa história que apresenta temporalidades diferentes, nas quais as missões, fortes e cidades não mantiveram sempre o mesmo aspecto em todas as épocas. Trata-se de uma história de sociedades humanas ao longo de um tempo histórico que dura já quase 10.000 anos. Essa evidência nos permite discernir como nas fronteiras os indivíduos e grupos se inseriram e se adaptaram aos contextos históricos variados em um processo histórico complexo, na modernidade desse Novo Mundo.

Esse complexo processo de transição de grupos indígenas Guarani, horticultores da floresta tropical e subtropical para uma situação de gradual e limitada inserção cultural na sociedade hispano-americana parece demonstrar como são limitadas as possibilidades de aplicação de “tipos ideais” europeus a fenômenos específicos da história latino-americana.

As ações e reações de variáveis, tais como: espaços e paisagens geográficas, contextos sociais, atores em ação, estruturas tecnoeconômicas e sociopolíticas, aspectos artístico-religiosos etc. indicam a necessidade de utilizarmos modelos complexos e análises multicausais. Entretanto, é necessário reconhecer as limitações dessa abordagem aqui apenas sugerida. Torna-se necessária a ampliação da pesquisa na documentação para reunir dados mais precisos sobre esse complexo processo histórico de urbanização. É igualmente necessário ampliar o conceito de documentação, de maneira a abarcar não apenas as fontes escritas dos arquivos, mas também as fontes de natureza material obtidas em escavações arqueológicas. A confrontação entre as informações ainda ocultas nos arquivos documentais e aquelas ocultas sob os entulhos dos séculos nas ruínas missioneiras deverá dar origem a uma nova produção histórica, mais completa e teoricamente mais verossímil do que as atuais interpretações.

A pesquisa não pode se limitar às fontes e às metodologias históricas, mas deverá ser interdisciplinar, englobando metodologias e teorias específicas da História, da Arqueologia e da Antropologia. Esse vasto campo de estudos deverá ser ainda desbravado pelas futuras gerações de pesquisadores, dentre os quais a atual comunidade missioneira deverá reconhecer, necessariamente,

cientistas locais. À medida que esta pesquisa é uma busca de raízes históricas para a sociedade regional e nacional fronteiriça, a responsabilidade passa a ser de todos nós. Por outro lado, a contribuição teórica da pesquisa é de largo alcance, visto que serve de teste para as teorias em voga e oportuniza a elaboração de novas teorias explicativas, um elemento altamente estimulante no vir a ser das Ciências Sociais que denominamos de História e de Arqueologia.

ARQUIVOS CONSULTADOS²

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 185-227.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

CARNEIRO, Robert. Slash-And-Burn Agriculture: a Closer Look at Its Implications for Settlement Patterns. In: SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance*. L'économie des sociétés primitives. Paris: Gallimard, 1976. n.p.

CLASTRES, Hélène. *A terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire à part entière*. Paris: Sevpen, 1962.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Imp. Balmes, 1962.

KERN, Arno Alvarez. *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez. Tendências atuais da ciência histórica. *Revista Ciências e Letras*, [s. l.], v. 2, p. 61-68, 1982.

KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert Howard. *Missões ibéricas coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre: Palier, 2006.

MAÑACH, Jorge. *Teoría de la frontera*. Porto Rico: Ed. Univ. Porto Rico, 1970.

MELIÁ, Bartomeu. Las reducciones jesuíticas del Paraguay: un espacio para una utopia colonial. *Estudios Paraguaios*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 161-62, 1978.

MÖRNER, Magnus. *The political and economic activities of the Jesuits in the La Plata region: the Hapsburg Era*. Stockholm: V. Pettersons, 1953.

ROCHE, Daniel. Cidade. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990. p. 89-94.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLASTRES, Pierre. A economia primitiva. In: CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: Ensaio de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982. n.p.

HERNANDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gili, 1913.

² Arquivos não citados ao longo do texto, mas que foram fundamentais para a construção deste.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

POPESCU, Oreste. *El sistema económico en las misiones jesuíticas: un vasto experimento de desarrollo indoamericano*. Barcelona: Ariel, 1967.

SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance. L'économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard, 1976.

TOYNBEE, Arnold. A minha concepção de história. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1995. n.p.

TOYNBEE, Arnold. *Um Estudo de História*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1964.

PATRONES DEMOGRÁFICOS DE POBLACIONES MISIONALES NO-SEDENTARIAS EN LA FRONTERA NORTE DE LA NUEVA ESPAÑA Y LA PROVINCIA JESUÍTICA DE PARAQUARIA

Robert H. Jackson

Resumen: Este artículo analiza los patrones demográficos en dos áreas. El primero son estudios de caso en diferentes poblaciones misioneras en la frontera norte de Nueva España, incluidas Baja California, Alta California y Texas. El segundo es la provincia jesuita de Paraquaria que incorporó un gran territorio en lo que hoy es Argentina, Brasil, Paraguay y Bolivia. Se establecieron misiones entre poblaciones sedentarias y no sedentarias, incluidas las de la región del Chaco. El resultado y los patrones demográficos de las misiones establecidas entre los grupos del Chaco no sedentarios fueron significativamente diferentes de las misiones entre los grupos sedentarios como las garantías. Este artículo identifica el hilo conductor de las misiones con poblaciones no sedentarias.

INTRODUCCIÓN

Hubo una diferencia cualitativa en la vida de las poblaciones indígenas sedentarias y no sedentarias en las Américas. La falta de fiabilidad de los suministros de alimentos disponibles para las poblaciones no sedentarias significaba que los niños enfrentaban inseguridad de subsistencia y, en muchos casos, dietas insuficientes para llegar a una edad adulta saludable. Las poblaciones de cazadores-recolectores estaban en movimiento para encontrar comida, y un gran número de niños pequeños podría ser un problema para los padres que tenían que cargarlos. Además, los niños representaban más bocas que alimentar y no podían contribuir a la economía familiar de la misma manera que los hijos de los agricultores sedentarios. Los patrones demográficos diferían entre las poblaciones sedentarias y no sedentarias. Por ejemplo, las familias de los grupos indígenas no sedentarios tienden a ser más pequeñas que las familias de las poblaciones sedentarias. Estas diferencias pueden documentarse para poblaciones traídas a vivir en misiones en las fronteras de la América española.³

Desde el siglo XVI hasta principios del XIX, el gobierno español implementó una política de cambio social, cultural y religioso dirigido en las fronteras de su territorio estadounidense con el objetivo de integrar a las poblaciones indígenas en la sociedad colonial en los términos dictados por los funcionarios reales. Los pueblos indígenas debían ser agricultores sedentarios y contribuir con la mano de obra y pagar tributos a la Corona. Misioneros de diferentes órdenes atendieron misiones fronterizas, administraron las comunidades y dirigieron el proceso de cambio sociocultural y la religiosa. La transición fue generalmente menos problemática para las poblaciones indígenas sedentarias, como los guaraníes en la región del Río de la Plata o las comunidades agrícolas sedentarias de Sinaloa y Sonora. La transición, por otro lado, resultó ser difícil para los grupos no sedentarios. Además, la vida congregada en las misiones expuso a las poblaciones a enfermedades altamente contagiosas, como la viruela y el sarampión, que se propagaron fácilmente cuando las personas vivían muy cerca unas de otras, como en las misiones. Las personas que viven en pequeñas bandas distribuidas en un

gran territorio con poca frecuencia entran en contacto entre sí, y el aislamiento brinda protección contra la propagación del contagio.

Los misioneros generalmente fallaron en comprender la lógica de la organización político-social de las poblaciones no sedentarias, y particularmente la división del trabajo por género. Esto contribuyó a la inestabilidad de las misiones pobladas por grupos indígenas no sedentarios. Además, el perfil demográfico de las pequeñas bandas de cazadores-recolectores significaba que las poblaciones demostraban ser frágiles cuando se las llevaba a vivir en misiones en contacto más cercano con la sociedad colonial y las enfermedades. Esta fragilidad e inestabilidad puede documentarse en el caso de comunidades misioneras de poblaciones no sedentarias establecidas en las fronteras de la América española. Este artículo analiza los patrones demográficos en dos áreas. El primero son estudios de caso en diferentes poblaciones misioneras en la frontera norte de Nueva España, incluidas Baja California, Alta California y Texas. El segundo es la provincia jesuita de Paraquaria que incorporó un gran territorio en lo que hoy es Argentina, Brasil, Paraguay y Bolivia. Se establecieron misiones entre poblaciones sedentarias y no sedentarias, incluidas las de la región del Chaco. El resultado y los patrones demográficos de las misiones establecidas entre los grupos del Chaco no sedentarios fueron significativamente diferentes de las misiones entre los grupos sedentarios como las garantías. Este artículo identifica el hilo conductor de las misiones con poblaciones no sedentarias.

POBLACIONES MISIONERAS EN LA FRONTERA NORTE DE NUEVA ESPAÑA

Las poblaciones nativas que viven en misiones en la frontera norte de Nueva España evidenciaron desequilibrios de género que fueron un factor significativo en la disminución de la población. Este fue particularmente el caso en poblaciones de cazadores y recolectores nómadas congregados en misiones que demostraron ser demográficamente frágiles. Se pueden ver casos extremos en las misiones de Baja y Alta California. En algunos casos, las mujeres constituían menos de la mitad de la población total y tan solo un tercio de la población. En la misión de Santa Cruz en California, por ejemplo, los misioneros franciscanos bautizaron a 1.133 mujeres y niñas entre 1791 y 1832. En el último año, solo 87 mujeres y niñas sobrevivieron en la misión de una población de 284, o solo el 31 por ciento del total. La mortalidad fue particularmente alta entre las mujeres en edad de procrear, y en las décadas de 1820 y 1830 había un grupo muy pequeño de parejas matrimoniales, las tasas de natalidad eran bajas y las tasas de mortalidad infantil eran extremadamente altas.

El desequilibrio de género se generalizó a lo largo de las misiones de Baja California y California, y particularmente una vez que los misioneros habían completado en gran medida el reasentamiento de las poblaciones nativas circundantes de las misiones durante los períodos de congregación activa (JACKSON, 1994a). Cuando disminuyó el número de no cristianos traídos para vivir en las misiones de Baja California y California, las poblaciones misioneras inviables disminuyeron en número. Además, los niños menores de diez años constituían un porcentaje relativamente grande de la población total. Por el contrario, las poblaciones nativas que viven en las misiones de Baja California y California evidenciaron desequilibrios de edad, y pocos niños sobrevivieron hasta la edad adulta, ya que la alta

mortalidad aniquiló a cada generación sucesiva.

Una reconstitución familiar de la misión de Santa Rosalía de Mulegé en Baja California establecida en 1705, por ejemplo, muestra patrones altos de mortalidad infantil. Los jesuitas establecieron Mulegé en 1705. Un informe de 1744 señaló que los misioneros jesuitas habían administrado 1,358 bautismos desde la fecha de la fundación de la misión hasta 1744, y en ese año la población era 326, lo que indica una disminución en el rango del 76 por ciento. Existe un registro de entierros que comienza en 1718, y registra varios casos de mortalidad elevada probablemente causada por epidemias. Los jesuitas enterraron 115 en 1723, 121 en 1727-1728 y 80 en 1744-1745. La primera población registrada fue de 346 en 1730, 326 en 1744 como ya se señaló, había bajado a 294 en 1755, y era de 245 en 1768 en el momento de la expulsión de los jesuitas (JACKSON, 1984).

La expulsión de los jesuitas y el aumento del movimiento de personal a través de la Península por el impulso de 1769 para ocupar Alta California facilitaron la propagación del contagio. En 1769, el sarampión se extendió a las misiones. Los franciscanos del colegio apostólico de San Fernando (Ciudad de México) que reemplazaron a los jesuitas en Mulegé enterraron 66 durante el año (una tasa bruta de mortalidad de 269.4 por mil habitantes). La población se redujo a 180 en 1771. La viruela se extendió por la península en 1781-1782 y mató a cientos. Los franciscanos registraron 75 bautismos en 1781 (una tasa de mortalidad bruta estimada de 362.5 por mil habitantes). La población continuó disminuyendo, y ascendió a 39 en 1808 un siglo después del establecimiento de la misión. A diferencia de las poblaciones guaraníes en las misiones jesuitas, los grupos indígenas traídos a vivir en Mulegé y las otras misiones de Baja California no se recuperaron de la mortalidad epidémica. Un factor en esta falla de recuperación fue el patrón de mortalidad infantil y infantil en años no epidémicos. Menos del 10 por ciento de una muestra de 143 niños nacidos en la misión entre 1771 y 1821 sobrevivieron hasta los diez años. Alrededor del 50 por ciento murió antes de cumplir su primer año, y otro 33 por ciento del total murió entre la edad de un año (JACKSON, 1984).

Las misiones jesuitas más antiguas en Baja California eran poblaciones cerradas, y para fines del siglo dieciocho habían reducido considerablemente su tamaño. Hubo un patrón de tasas crónicas de mortalidad infantil y infantil, y los niños pequeños clasificados como párvulos constituyeron un pequeño porcentaje de las poblaciones de la misión. Los datos de los años 1795-1798 muestran que en el caso de la misión Loreto (establecida en 1697) los niños constituían entre el 18 y el 21 por ciento de la población. En San Francisco Xavier (establecido en 1699) fue entre 126 y 22 por ciento, y en Mulegé fue de 24 a 30 por ciento. El caso extremo fue Comondú (establecido en 1708) con un rango de entre cinco y nueve por ciento de la población total. Misiones más recientemente establecidas como San Fernando (establecida en 1769) y Santo Domingo (establecida en 1775) mostraron diferentes patrones. A fines de la década de 1790, San Fernando ya era una población cerrada en declive, y el rango de porcentaje de niños pequeños en relación con la población total era de entre 18 y 24 por ciento. Santo Domingo todavía tenía una población abierta ya que los misioneros dominicanos continuaban congregando a los no cristianos en la misión, y los niños pequeños constituían entre el 30 y el 31 por ciento de la población total (JACKSON, 1994a).

Una segunda reconstitución familiar para la misión Guevavi-Tumacacori en el norte de

Sonora muestra una mortalidad infantil y infantil similarmente alta. El jesuita Eusebio Francisco Kino estableció una misión en el río Santa Cruz en lo que hoy es el sur de Arizona en 1691, pero no hubo misioneros residentes hasta 1732. El primer recuento de la población en 1754 registró un total de 316 viviendo en cuatro asentamientos. Con el reasentamiento de personas de otras comunidades, esto aumentó a 507 en 1761 en el mismo número de asentamientos, pero luego cayó a 488 en 1766 y 310 en 1768 (JACKSON, 1994a).

Los franciscanos que reemplazaron a los jesuitas consolidaron la población en dos comunidades, y trasladaron la cabecera de Guevavi a Tumacacori y despoblaron a la primera. En 1774, la población se redujo a 236. En la década de 1790, los franciscanos habían trasladado a la población sobreviviente a Tumacacori. En 1795, había 119 personas, y esto se redujo a 82 en 1804. Los franciscanos congregaron un pequeño número de no cristianos, y en 1819 la población era de 123. Durante el período franciscano, las tasas de mortalidad infantil y infantil fueron altas, y Los misioneros solo mantuvieron o expandieron los niveles de población a través del reasentamiento de los no cristianos. Una muestra de 123 niños nacidos entre 1773 y 1825 muestra que el 46 por ciento murió en el primer año de vida, otro 27 por ciento de uno a cinco años y el 21 por ciento de cinco a diez. Solo el siete por ciento vivió más allá de la edad de diez (JACKSON, 1994a).

Las misiones de Alta California también evidenciaron desequilibrios de edad, y pasaron por etapas de congregación activa de no cristianos y la expansión del tamaño de las poblaciones de la misión, y períodos de reasentamiento mínimo o nulo de los no cristianos y el declive de las poblaciones de la misión. Los datos de los años 1789, 1796, 1810 y 1832 documentan los cambios en los patrones en relación con el número de niños clasificados como párvulos en relación con la población total y en el contexto de una alta mortalidad infantil. El primer ejemplo es San Carlos (establecido en 1770). Los niños pequeños constituyeron el 27, 21, 12 y 12 por ciento de la población total respectivamente en los cuatro años. La de San Luis Obispo (establecida en 1772) fue del 26, 14, 11 y seis por ciento. En Santa Bárbara (establecida en 1786) era del 29, 14, 22 y 15 por ciento. Santa Cruz y Soledad, ambas establecidas en 1791, mostraron altos porcentajes durante la congregación de los no cristianos, y luego disminuyeron. En primera instancia, era del 30 por ciento en 1796, ocho en 1810 y 11 en 1832. Para Soledad, 41, 16 y 17 por ciento respectivamente (JACKSON, 1994a). Esto también se puede ver en el número de niños nacidos en cinco misiones (San Buenaventura, Santa Bárbara, La Purísima, San Fernando y Santa Inés) que murieron a los cuatro años. El porcentaje oscilaba entre la cohorte, pero el grupo de niños nacidos entre 1800 y 1804 era típico. En San Buenaventura, el 76.8 por ciento murió antes de los cuatro años, el 73.9 por ciento en Santa Bárbara, el 68.8 por ciento en La Purísima, el 85.5 por ciento en San Fernando y el 25 por ciento en Santa Inés, que solo se fundó en 1804 (JACKSON, 2015).

El estudio de caso final de la frontera norte de Nueva España es sobre las misiones franciscanas en la costa del golfo de Texas entre grupos no sedentarios conocidos colectivamente como los Karankawas. Los franciscanos no lograron congregarse a los nativos, y los patrones demográficos fueron similares a los patrones de las misiones jesuitas del Chaco que se analizan a continuación. Las bandas llamadas colectivamente Karankawa ocuparon un territorio en la costa del Golfo de Texas desde el

área de la Bahía de Lavaca hasta la Bahía de Galveston. Eran cazadores y recolectores y practicaron un patrón bien establecido de trashumancia estacional para explotar diferentes recursos alimentarios y ocuparon sitios permanentes para sus aldeas. En el otoño y el invierno, las bandas de Karankawas explotaron las fuentes de alimento del estuario que coincidieron con la disponibilidad de ciertos peces, incluidos el pez rojo y el tambor negro. Los campamentos de otoño-invierno tendían a ser más grandes. En la primavera, los Karankawas trasladaron a campamentos más pequeños a lo largo de ríos y arroyos en el entorno costero de la pradera. Se mantenían cazando y recolectando alimentos de plantas silvestres. Los Karankawas eran los dueños de su entorno y conocían bien la geografía costera. Los franciscanos a menudo expresaron consternación por la incapacidad de los militares españoles para rastrear a los fugitivos Karankawas, pero los españoles no conocían bien la geografía costera y a menudo no tenían lanchas (RICKLIS, 1996).

Los patrones demográficos en la misión de Rosario fueron más complejos, debido a la incapacidad de los franciscanos para inducir a los Karankawas a establecerse permanentemente en las misiones. Históricamente, las bandas de Karankawas practicaron un patrón de migración estacional entre los sitios permanentes de las aldeas a lo largo de la costa y la pradera costera. Muchos Karanka se establecieron en la misión de Rosario (establecida en 1754), ubicada fuera de su territorio tradicional, de forma estacional, pero luego se fueron. La población de la misión de Rosario fluctuaba de año en año, pero también de forma estacional. Un ejemplo de variación estacional se puede ver en 1796, cuando la población fluctuó entre 148 en octubre y 97 solo dos meses después en diciembre. En junio del año siguiente, el número era de 254 (JACKSON, 1994b). Los indígenas a menudo acudían y abandonaba la misión a su voluntad, y pudo haber incorporado a Rosario en su ronda de trashumancia estacional. El registro bautismal existente de la misión Refugio establecido en 1793 muestra que los indios bautizados estaban ausentes de la misión durante meses o incluso un año o más, y luego traen a los niños pequeños para el bautismo cuando tal vez no tenían otra opción que regresar a la misión durante los períodos de escasez de comida. o incursiones de otros grupos indígenas como los Apaches Lipanes o Comanches (JACKSON, 1994b). Los casos más documentados de bandas de Karankawas que se mudaron a las misiones fueron en la primavera, especialmente en los meses de marzo, abril y mayo. Este fue el momento en que los Karankawas se trasladaron al interior, y las misiones simplemente se convirtieron en otra fuente de alimento (RICKLIS, 1996).

Más allá de los censos existentes, hay pocos datos sobre los patrones demográficos en Rosario. El misionero franciscano Gaspar de Solís resumió el número de bautismos y entierros registrados entre 1754 y 1768: un total de 137 bautismos de 1754 a 1758, otros 63 en los años de 1758 a 1768, y 110 entierros de 1754 a 1768 (RICKLIS, 1996). Estas cifras sugieren que fueron pesadas tasas de mortalidad. Los censos posteriores de la década de 1790 contienen información aproximada sobre la estructura de edad y género (GILMORE, 1984). Los niños menores de nueve años, llamados parvulos por los españoles, constituían entre un cuarto y un tercio de la población de la misión de Rosario, y la proporción de sexos era bastante equilibrada en la mayoría de los años. Una excepción fue en 1796 y 1797, cuando parece que había menos hombres en la misión y que podrían haber dejado atrás a mujeres y niños mientras cazaban o realizaban otras actividades. Los censos registraron el número de

hijos por familia, y los karankawas que vivían en Rosario tendían a tener familias pequeñas con solo uno o dos hijos. Esto puede interpretarse como una manifestación de un patrón cultural de tener familias más pequeñas, y / o también el efecto de una alta mortalidad entre los niños.

Los franciscanos no estuvieron cerca de congregar a la mayoría de los karankawas, y muchas bandas continuaron resistiendo la presencia española. En 1793, los franciscanos establecieron la misión Refugio más cerca del territorio de Karankawas, y los neófitos de Rosario optaron por mudarse a la nueva misión en 1797. En 1805, el misionero franciscano se mudó con los indios sobrevivientes a Refugio, y en 1807 las dos misiones se combinaron formalmente. Los Karankawa se asentaron más voluntariamente en la misión Refugio establecida en su propio territorio tradicional en 1.

POBLACIONES MISIONALES NO-SEDENTARIAS EN LA PROVINCIA JESUÍTICA DE PARAQUARIA

Los jesuitas establecieron misiones entre las poblaciones nómadas de cazadores y recolectores en la región del Chaco. Las misiones generalmente existieron por cortos períodos de tiempo. Los jesuitas no pudieron convencer a los grupos nativos nómadas para que se establecieran permanentemente en las misiones y cambiaran su forma de vida para convertirse en agricultores sedentarios.⁴ Una razón de este fracaso fue la falta de voluntad de los hombres para realizar un trabajo agrícola sostenido, que era similar a la recolección de alimentos de plantas silvestres que era un trabajo de género para las mujeres. Los jesuitas no lograron comprender la lógica de la organización social de grupos como los Abipones. Los hombres obtuvieron el estatus de sus habilidades como cazadores y guerreros, y en su ética de trabajo que asociaron con el papel apropiado de la mujer habría sido degradante y habría resultado en una pérdida de estatus.

San Estebán Miraflores establecido entre Lules (1714-1728, 1752-1803), y que ocupó múltiples sitios y fue abandonada por más de 20 años, es un ejemplo de la inestabilidad de las misiones en el Chaco (VITALONE; BERNASCONI, 2019). Hacia el final de la tenencia de los jesuitas en las misiones también hubo una expansión en el número de comunidades. Un documento de 1765, por ejemplo, enumeraba a los misioner estacionados en las misiones del Chaco ubicadas en la frontera de Tucumán. Incluyeron San Estebán Miraflores, San Juan Bautista Balbuena fundada en 1751, Nuestra Señora del Buen Consejo, Nuestra Señora del Pilar Pasaynes y Athulalas, Nuestra Señora de la Paz de Vilelas, San José de Vilelas, San Ignacio de Tobas y Nuestra Señora de la Concepción de Abipones.⁵ Las poblaciones fluctuaron cuando los jesuitas intentaron congrega a los nativos en las misiones, y particularmente porque algunos hombres se resistieron a los cambios en su forma de vida. Los censos existentes también contienen resúmenes de bautizos y entierros. Como las misiones generalmente eran poblaciones abiertas, el cálculo de las tasas brutas de natalidad es difícil, debido al bautismo de personas, tanto adultos como niños, que recientemente se congregaron en las misiones (ver Tabla 1).

Esto se puede ver, por ejemplo, en los censos de 1762. Los jesuitas en San Jerónimo Abipones, San Ignacio de Tobas y San Juan Bautista Isistinos bautizaron a no cristianos, y la cifra para el bautismo

4 Para el context de las misiones del Chaco ver: SAEGER, 2000. Also see: PAGE, 2012.

5 Padres curas y compañeros de las nuevas reducciones del Chaco en la Frontera Tucumán, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Sala IX-6-10-6.

de niños está inflada y no representa la tasa de natalidad. La tasa de mortalidad en San Jerónimo también parece ser baja. Como ya se vio en el caso de San Fernando de Abipones, algunos adultos optaron por no ser bautizados y tampoco se sometieron a un entierro cristiano. Algunos hombres adultos pueden haber muerto lejos de la misión. Los jesuitas en San Estebán, por otro lado, parecen no haber bautizado a los no cristianos, y la cifra de la tasa bruta de natalidad no está inflada. Lo mismo se aplica a los otros censos preparados en 1764, 1766 y 1767. Sin embargo, los datos del censo muestran que los nacimientos y los bautismos de no cristianos generalmente fueron más que entierros. Pero las poblaciones de la misión no eran estables.

El caso de los patrones demográficos en la misión de San Fernando de Abipones destaca el fracaso de los jesuitas para crear comunidades sedentarias estables. Los jesuitas establecieron San Fernando de Abipones, también conocido como San Fernando del Río Negro, el 26 de agosto de 1750 en la orilla occidental del río Paraná, frente a Corrientes. Los jesuitas ya habían establecido dos misiones para otros grupos de abipones. Eran San Jerónimo del Rey fundado en 1748 cerca de Santa Fe y Córdoba, y Concepción al año siguiente cerca de Santiago del Estero. Tras la expulsión de los jesuitas, los franciscanos administraron la misión hasta que la abandonaron en 1773 como resultado de las hostilidades con sus enemigos tradicionales, los Mocobies y Tobas. Los Abipones reanudaron el asalto a los asentamientos españoles como lo habían hecho antes del establecimiento de la misión. Fue una de varias misiones establecidas para congregar a Abipones. Un problema crónico que enfrentaron los jesuitas y que contribuyó a la inestabilidad de la comunidad misionera fue la adquisición de alimentos para los abipones establecidos en la misión (SALINAS, 2009). Los jesuitas también contrataron trabajadores para proporcionar mano de obra en algunos aspectos de la economía misionera que normalmente hacían los residentes de otras misiones. Esto quizás reflejó la realidad de los roles laborales de género mencionados anteriormente. En el momento de la expulsión de los jesuitas en 1767, 20 trabajadores no Abipones trabajaban en la misión (SALINAS, 2009). Un censo preparado en 1762 registró bautizos y entierros durante casi una década e incluyó información detallada sobre las tendencias demográficas.⁶

Los patrones demográficos en San Fernando de Abipones eran diferentes de los de las misiones sedentarias como de Paraguay y Chiquitos (ver Tabla 2). Los jesuitas bautizaron principalmente a niños y muy pocos adultos. Las tasas brutas de natalidad (TBN) y las tasas brutas de mortalidad (TBM) eran bajas comparados a otras poblaciones misionales. Los adultos que aceptaron el bautismo lo hicieron solo a punto de morir. Los jesuitas no lograron convencer a la mayoría de los adultos para que aceptaran el bautismo, lo que habría significado un cambio radical en su forma de vida. La evidencia del censo de 1762 sugiere que los Abipones permitieron que sus hijos fueran bautizados, lo que puede haber sido la única condición que los jesuitas podrían exigir a cambio de la admisión a la comunidad misionera para aquellos que permanecieron aunque solo fuera por cortos períodos. La misión funcionó también como lugar de refugio para los Abipones. Pocos Abipones fueron enterrados en la misión, y muchos adultos probablemente murieron lejos de la misión. La evidencia del censo de 1762 muestra que la mayoría de los adultos rechazaron la nueva fe.

Un censo posterior a la expulsión de los jesuitas de la misión del Chaco San Francisco de

Paula muestra los efectos del contagio en poblaciones pequeñas. Según el padrón, la viruela mató a muchos en 1777, y esto se puede ver de dos maneras. En primer lugar, había una gran cantidad de viudas y viudos, siete y seis respectivamente. Las viudas tuvieron un total de 16 hijos, incluida una mujer que tuvo varios hijos pequeños y que recientemente perdió a su pareja. Los viudos tuvieron seis hijos. También había una gran cantidad de huérfanos: cuatro huérfanos masculinos y 12 huérfanos femeninos. Había 10 familias indígenas, pero de estas cuatro parejas no tenían hijos, y otras cuatro solo uno o dos hijos. Si este patrón hubiera persistido, la población se habría estancado o disminuido. El censo no anotó el número de entierros, pero el contagio había transformado claramente el perfil de la población que era 95, y otros ocho identificados como “españoles”.⁷

Otros grupos indígenas no sedentarios que vivían al este del río Uruguay en lo que hoy son Rio Grande do Sul y Uruguay interactuaron con las misiones jesuitas entre los guaraníes en el comercio y como invasores (BRACCO, 2016a; LEVINTON, 2009; 2005). Dos de los grupos fueron los Charrúa y Guenoa Minuanos. Las bandas de Charrúa interactuaron principalmente con la misión jesuita Yapeyú ubicada en la orilla este del río Uruguay y establecida en 1627. Hubo enfrentamientos violentos periódicos y períodos de paz. Un esfuerzo por establecer una misión en 1702 para los Yaros, un grupo relacionado con los Charrúa, llamado San Andrés de Yaros fracasó cuando los nativos abandonaron la misión (LEVINTON, 2005). Una campaña militar en 1749-1750 obligó a cientos de Charrúa a establecerse en una nueva misión llamada Concepción de Cayastá administrada por franciscanos ubicada en el primer sitio de Santa Fe en la orilla este del río Paraná. Varios censos detallados de la misión proporcionan un perfil demográfico de la población de la misión (BRACCO, 2016b).

Como fue el caso con otros grupos no sedentarios establecidos en misiones, la población de Cayastá resultó ser algo inestable. La evidencia sugiere que algunos Charrúa huyeron de la misión. Según los informes, en octubre de 1752 la población ascendía a 364, que se redujo a 315 en abril de 1755, pero luego aumentó a 400 en julio del año siguiente. El censo preparado en agosto de 1758 señaló que los misioneros habían registrado 97 entierros entre 1750 y 1758, y este número de muertes no explicaría las fluctuaciones en la población de la misión. La misión tenía una población abierta, lo que significa que los misioneros continuaron reasentando personas. El censo de 1758 señaló que los franciscanos habían reubicado recientemente a 44 personas en la misión, y que algunos de los conversos ya habían sido bautizados. El censo reportó una población de 244. Había algunas familias con un gran número de niños que iban de tres a seis, pero la mayoría de las familias eran pequeñas con nueve parejas que no tenían hijos y otras 14 parejas con solo uno o dos hijos. Este patrón difería de las misiones con poblaciones sedentarias como las de los guaraníes, que tenían familias más grandes. La mortalidad parece haber sido alta en la misión, como lo demuestra la gran cantidad de huérfanos, viudos y viudas. Había un mayor número de viudas, ya que a las mujeres les resultaba mucho más difícil volver a casarse y la mortalidad podría haber sido mayor entre los hombres (ver Tabla 3). Otro censo preparado en marzo de 1760 documentó un perfil similar. La población se había estabilizado un poco y totalizó 241.

7 Juan Bautista Flores and Nicolás Mariano de Alcaraz, San Francisco de Paula, 9 de agosto de 1777, Empadronamiento de la Resucción nombrada San Francisco de Paula, Coleção De Angelis, Biblioteca Nacional de Brasil (citado como CA).

A MODO DE CONCLUSIÓN

Muchas misiones establecidas entre poblaciones no sedentarias resultaron ser inestables, porque los misioneros no lograron convencer a los pueblos indígenas de los beneficios de una forma de vida sedentaria. En algunos casos, las misiones se convirtieron en lugares de refugio para mujeres, niños y ancianos, mientras que los hombres iban a cazar o hacer la guerra, o en tiempos de escasez de alimentos. Otros grupos no tuvieron más remedio que permanecer en las misiones. Los misioneros en Baja California controlaron las fuentes de agua. Los patrones demográficos de las poblaciones no sedentarias que Vivían en las misiones eran diferentes de los patrones de las poblaciones sedentarias. Las poblaciones no sedentarias eran demográficamente frágiles y no se recuperaban de los efectos de la enfermedad y particularmente de las epidemias de enfermedades altamente contagiosas como la viruela y el sarampión.

En contraste las poblaciones guaraníes en la región del Río de la Plata fueron resistentes frente a la catastrófica mortalidad epidémica, y eran más estables (JACKSON, 2015, 2019a, 2019b). Un factor en la relativa estabilidad fue que no había desequilibrio de género en la población. Un estudio de caso de la misión Los Reyes Yapeyú destaca las diferencias en los patrones demográficos. Los jesuitas establecieron Los Santos Reyes de Yapeyú a orillas del río Uruguay en 1627. Durante el curso del siglo XVII, la población de la misión se estancó y experimentó bajas tasas de crecimiento. Los jesuitas inicialmente congregaron hablantes guaraníes, pero en años posteriores los jesuitas reasentaron a los no cristianos de los grupos no guaraníes. Por ejemplo, en los años 1665–1666, los jesuitas congregaron unos 250 no cristianos en Yapeyú, y unos 500 Yaros alrededor de 1701. En 1647, la población era de 1.600, y esto creció en las siguientes décadas de gira a 2.477 en 1682. Los números cayeron a 1.865 en 1691, probablemente como consecuencia de una epidemia. La población de la misión disminuyó luego de una severa epidemia de viruela de 1718-1719. La población de la misión cayó de 2.873 en 1717 a 1.871 en 1719, una disminución neta de unos 1.000. A raíz de la epidemia, los jesuitas transfirieron población de la misión de San Francisco Xavier a Yapeyú. Los jesuitas reubicaron a unas 2.400 personas, muy probablemente en 1722 o 1723. La población de Yapeyú aumentó de 1.871 en 1719 y 1.856 en 1720 a 4.352 en 1723 y 4.360 en 1724. La población de San Francisco Xavier, por otro lado, sufrió una leve disminución. durante la epidemia. Fue de 5.600 en 1717 y cayó a 5.352 en 1719 y 5.280 en 1720. Luego bajó a 3.409 en 1724 tras la transferencia de población (JACKSON, 2015). Los guaraníes de San Francisco Xavier conservaron su identidad separada en sus propios clanes que los jesuitas enumeraron por separado de los clanes de la población original de Yapeyú.

La población de la misión creció durante las décadas de 1720 y 1730, y no experimentó una fuerte mortalidad epidémica durante las crisis de mortalidad de la década de 1730 y particularmente el brote de viruela de 1737-1740. Unos 90,000 guaraníes murieron en las misiones entre 1733 y 1740 como resultado de enfermedades y hambrunas. El relativo aislamiento geográfico de la misión Yapeyú permitió a los jesuitas implementar medidas de cuarentena efectivas, y así aislar a la misión del contacto externo para evitar la propagación del contagio. Mientras que las poblaciones de las otras

misiones experimentaron mortalidad epidémica periódica, la población de Yapeyú creció durante el próximo medio siglo, lo que fue un patrón distinto de la mayoría de las otras misiones. Hay un registro continuo de bautizos y entierros entre 1723 y 1754 que muestra que los jesuitas bautizaron 12, 886 frente a 8,545 o una diferencia neta de 4,341. La población creció de 4,352 en 1723 a 7,997 en 1756. En ocho años entre 1756 y 1767 para los cuales hay un registro, los jesuitas bautizaron otros 3,421 en comparación con 3,124 entierros, una diferencia neta de 297. La población totalizó 7,974 en 1767 y 8,510 en 1768 (ver Tabla 12). El aumento de la mortalidad durante este período probablemente fue consecuencia de los movimientos de tropas y el movimiento de personas luego de la implementación del Tratado de Madrid y la supresión del levantamiento en las siete misiones ubicadas al este del río Uruguay, así como los movimientos de tropas durante el conflicto en curso entre España y Portugal por el control de la Banda Oriental y Rio Grande do Sul. Sin embargo, la población de Yapeyú no sufrió una mortalidad catastrófica durante el brote severo de viruela de 1763-1765.

Las epidemias ocurrieron en Yapeyú en el último medio siglo de tenencia jesuita, pero no alcanzaron niveles catastróficos como en las otras misiones. Los funcionarios reales movilizaron a miles de milicianos de la misión a principios de la década de 1730, y una epidemia se extendió a las misiones en 1732-1733 desde el campamento de la milicia ubicado en el río Tebicuary. En 1732, 476 murieron en Yapeyú (una tasa bruta de mortalidad de 84.0 por mil personas), y 733 en 1733 (una tasa bruta de mortalidad por mil personas de 128.5). Por el contrario, 1.192 murieron en San Ignacio Guazú (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 324.7), 2.678 en La Fe (tasa de mortalidad bruta de 396.4) y 2.263 en Santa Rosa (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 414.6). Estas fueron las misiones más cercanas al campamento de la milicia. Un segundo fue la epidemia de sarampión de 1748-1749 en las misiones que estalló por primera vez en la misión de Santa Rosa, que sugiere la transmisión desde Asunción. También fue una epidemia más leve en comparación con el brote de viruela de 1737-1740. Los jesuitas registraron 545 entierros en Yapeyú en 1749 (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 81.0). Los jesuitas registraron 249 entierros en Santa Rosa en 1748 (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 195.8). El mayor número de muertes fue en Santiago, donde 1.003 murieron en 1749 (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 216.5), 657 en San Miguel (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 95.2), 454 en La Cruz (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 176.3) y 430 en San Nicolás (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 101.3). La tasa bruta de mortalidad también superó los 100 por mil habitantes en Ytapúa, Trinidad y San Carlos (JACKSON, 2019b).

En el momento de la expulsión de los jesuitas en 1767-1768, Yapeyú fue la más poblada de las misiones jesuitas. La población era de 7,974 en 1767 y de 8,510 en 1768. Sin embargo, era una población extremadamente vulnerable al contagio, y particularmente a la viruela. Habían pasado dos generaciones o un total de 49 años desde el último brote catastrófico de viruela en la misión en 1718. Dos generaciones habían crecido con poca o ninguna exposición a la enfermedad. La última epidemia de sarampión había sido una generación antes en 1749. La administración civil que reemplazó a los jesuitas enfatizó la producción de ingresos para cubrir los costos de administración, lo que también significó un mayor contacto con la región más grande y menos preocupación por proteger a la

población de la misión. de contagio Además, hubo continuos movimientos de tropas después de la expulsión de los jesuitas, ya que España y Portugal impugnaron el control sobre Rio Grande do Sul. El resultado fue una epidemia particularmente catastrófica en 1770-1772 que mató a unos 5.000 guaraníes o una tasa bruta de mortalidad de más de 600 por mil personas. La población de la misión se redujo de 8.510 reportados en 1768 a 3.322 cuatro años después. Un detallado censo tributario de 1771 documentó el perfil de la población de Yapeyú durante la letal epidemia de viruela. En años no epidémicos, las poblaciones misioneras evidenciaron familias numerosas y un gran número de familias con más de dos hijos. Sin embargo, el censo mostró que el 39 por ciento de las parejas no tenían hijos y el 46 por ciento solo uno o dos hijos que, si el patrón hubiera persistido a lo largo del tiempo, habría resultado en mantener solo los niveles de población o en un lento descenso. Este perfil indica que muchos niños murieron durante el brote. El número de huérfanos también fue alto: 442 huérfanos varones y 398 huérfanas mujeres que habían perdido a sus padres. Hubo otro indicador de las consecuencias de la mortalidad por viruela pesada que fue el número de viudos y viudas: 278 viudos y 101 viudas. Este patrón era inusual, porque en años no epidémicos el número de viudas superaba en número a los viudos, y los hombres se volvieron a casar con frecuencia después de la pérdida de un cónyuge. El menor número de mujeres huérfanas y viudas también reflejó una mayor mortalidad entre mujeres y niñas, lo que fue consecuencia de la respuesta inmunológica TH-2. La respuesta inmunológica de las mujeres a enfermedades como la viruela y el sarampión es diferente a la de los hombres, y contribuye a una mayor mortalidad entre las mujeres. La mayor mortalidad entre niñas y mujeres también condujo a cambios en la estructura de género de las poblaciones de la misión (JACKSON, 2015).

A diferencia de las poblaciones misionales no sedentarias, La población se recuperó después de la epidemia y aumentó a 4,739 reportados en 1784 y 5,170 en 1793. Existe un registro de una segunda epidemia durante el período de la administración civil. Los entierros totalizaron 777 en 1797 (una tasa de mortalidad bruta por mil personas de 172.3). Esta fue la tasa de mortalidad más alta en las ex misiones para las que hay un registro. La población se redujo a 3,990 a fines de 1797, pero luego aumentó nuevamente a 4,095 en 1799 y 4,669 en 1802. La emigración a gran escala también fue un factor en los cambios de población en el período posterior a la expulsión. La estructura de género de la población de la misión explica su capacidad para recuperarse después de una catastrófica mortalidad epidémica. En una muestra de 33 años, las mujeres constituían la mayoría, y hasta el 56 por ciento antes de la expulsión de los jesuitas y el 58 por ciento después de la expulsión y el éxodo de guaraní de las misiones. La supervivencia de las mujeres y las niñas, incluso en años de mortalidad catastrófica, aseguró un grupo suficientemente grande de novias potenciales, y fue un factor importante en la recuperación después de las crisis de mortalidad y el crecimiento en años sin crisis. Muchas poblaciones misioneras no sedentarias se enfrentaron a una virtual extinción biológica y cultural. Las poblaciones guaraníes continúan viviendo como grupos étnicamente distintos.

DOCUMENTOS DE ARCHIVO

Catálogo de las Misiones que tiene la dicha Compañía de Jesús em esta Provincia de Paraguay. Coleção De Angelis, (citado como CA).

Annua Enumeratia. Rio Paraguaria. Anno 1745, CA;

Annua Enumeratia Fluminis Paranesis/Fluminis Uruguniesis. Anno 1757, CA;

Numeración Annual de la Reducción de S[an] Gerónimo de Abipones al año de 1762, Archivum Romanum Societis Iesu, Ciudad Vaticano (citado como ARSI), Paraq. 13;

Numeración Annual de la Reducción de S[an] Estevan de la Nación Lule y Omoampa del año de 1762, ARSI, PARAQ. 13;

Numeración Annual de la Reducción de S[an] Ignacio de Indios Tobas del año de 1762, ARSI, PARAQ. 13;

Numeración Annual de la Reducción de S[an] Juan Bautista de Indios Isistines del año de 1762, ARSI, PARAQ. 13; Estados de las poblaciones del Chaco, CA.

Padres curas y compañeros de las nuevas reducciones del Chaco en la Frontera Tucumán, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Sala IX-6-10-6.

Numeración Annual de la Reducción de S[an] Juan Bautista de Indios Isistines del año de 1762, ARSI, PARAQ. 13;

Estados de las poblaciones del Chaco, CA

Juan Bautista Flores and Nicolás Mariano de Alcaraz, San Francisco de Paula, 9 de agosto de 1777, Empadronamiento de la Resucción nombrada San Francisco de Paula, CA.

BIBLIOGRAFÍA

BRACCO, Diego. Charrúas, Bohanes, Pampas y Guenoa Minuanos en los pueblos de Misiones. *Folia Histórica del Nordeste*, Resistencia, n. 27, p. 199-212, 2016a.

BRACCO, Diego. Charrúas y aculturación: la primera década en Concepción de Cayastá (1750-1760). *Revista TEFROS*, Río Cuarto, v. 14, n. 1, p. 6-52, 2016b.

GILMORE, Kathleen. The Indians of Mission Rosario. In: ORR, David; CROZIER, Daniel (ed.). *The Scope of Historical Archaeology: Essays in Honor of John L. Cotter*. Philadelphia: Temple University, 1984. p. 163-181.

JACKSON, Robert H. *Demographic Change and Ethnic Survival among the Sedentary Populations on the Jesuit Mission Frontiers of South America: The Formation and Persistence of Mission Communities in a Comparative Context*. Leiden: Brill, 2015.

JACKSON, Robert H. Demographic Patterns in the Missions of Central Baja California. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 91-112, 1984.

JACKSON, Robert H. *Frontiers of Evangelization: Indians in the Sierra Gorda and Chiquitos Missions*.

Norman: University of Oklahoma Press, 2017.

JACKSON, Robert H. *Indian Population Decline: The Missions of Northwestern New Spain, 1687-1840*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1994a.

JACKSON, Robert H. Congregation and Population Change in the Mission Communities of Northern New Spain: Cases From California and Texas. *New Mexico Historical Review*, [s. l.], v. 69, n. 2, p. 163-184, 1994b.

JACKSON, Robert H. *Regional Conflict and Demographic Patterns on the Jesuit Missions among the Guaraní in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. Leiden: Brill, 2019a.

JACKSON, Robert H. *A Population History of the Missions of the Jesuit Province of Paraquaria*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2019b.

LEVINTON, Norberto. Guaraníes y charrúas: una frontera exclusivista-inclusivista. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 49-75, 2009.

LEVINTON, Norberto. Las estancias de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú: tenencia de la tierra por uso cotidiano, acuerdo interétnico y derecho natural (Misiones jesuíticas del Paraguay). *Revista Complutense de Historia de América*, [s. l.], v. 31, p. 33-51, 2005.

PAGE, Carlos. *Las otras reducciones jesuíticas: Emplazamiento territorial, desarrollo urbano y arquitectónico entre los Siglos XVII y XVIII*. Saarbrücken: Editorial Académico Española, 2012.

RICKLIS, Robert. *The Karankawa Indians of Texas: An Ecological Study of Cultural Tradition and Change*. Austin: University of Texas Press, 1996.

SAEGER, James. *The Chaco Mission Frontier: The Guaycuruan Experience*. Tucson: University of Arizona Press, 2000.

SALINAS, María Laura. San Fernando del Río Negro. Un Intento Evangelizador Jesuítico a los Abipones. *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 293-322, 2009.

VITALONE, Cristina Elena; BERNASCONI, Juan Carlos. Misiones jesuíticas y sus aportes a la construcción histórica del territorio. *Registros*, Mar de Plata, v. 15, n. 1, p. 64-82, 2019.

ANEXO A

Tabla 1 — La población de las misiones de la región del Chaco

Lules						
Year	Rosario (Chiriguano)	S Estebán	Concepción	Omoampas	SFX Mocobies	S Ignacio Tovas
1736	160		170			
1745	190	415	172		271	
1753						
1754						
1755					826	
1756						
1757						306
1758		664				
1759						
1760						
1761						
1762		703				357
1764					833	
1765		523		180		400
1766				159		
1767		518				
Misiones de Abipones						
Year	S Fernando	S Jeronimo	Concepción	S.J.B Isistines	Pilar Pasatines	San José Vilelas
1745						
1751		300				
1752		460				
1753	679					
1754	455					
1755	344					
1756	355					
1757	363	591		650		
1758	151					
1759	338					
1760	339					
1761	273	570		694		
1762	284	450		647		
1764						
1765	400		200		159	463
1766				737	164	507

Fuente: Coleção De Angelis, Biblioteca Nacional de Brasil (citado como CA): Annuæ Enumeratiæ...Rio Paraguaria... anno 1745, CA; Annuæ Enumeratiæ Fluminis Paranesis/Fluminis Uruguniesis. Anno 1757, CA; Numeración Anual de la Reducción de S[an] Gerónimo de Abipones al año de 1762, ARSI, PARAQ. 13; Numeración Anual de la Reducción de S[an] Estevan de la Nación Lule y Omoampa del año de 1762, ARSI, PARAQ. 13; Numeración Anual de la Reducción de S[an] Ignacio de Indios Tobas del año de 1762, ARSI, PARAQ. 13; Numeración Anual de la Reducción de S[an] Juan Bautista de Indios Isistines del año de 1762, ARSI, PARAQ. 13; Estados de las poblaciones del Chaco, CA.

ANEXO B

Tabla 2 — La población y tasas vitales de San Fernando de Abipones, 1753-1762

Año	Población	Familias	Bautismos			Entierros	TBN	TBM	TPF**
			Párvulos	Adultos	EnArticulo				
Mortis									
1753	679	156	12	3	1	2	17.9*	3.0*	4.4
1754	455	104	18	2	0	5	26.5	7.4	4.4
1755	344	80	12	4	3	3	26.4	6.6	4.3
1756	355	82	8	0	1	3	23.3	8.7	4.3
1757	363	82	6	0	2	4	8.5	11.3	4.4
1758	151	39	3	0	1	3	8.3	8.3	3.9
1759	338	76	9	0	0	3	59.6	19.9	4.5
1760	339	74	16	0	3	3	26.6	8.9	4.6
1761	273	56	10	1	2	2	29.5	5.0	4.9
1762	284	48	6	0	0	2	22.0	7.3	5.9

Fuente: *Estimado. **TPF — Tamaño Promedio Familia (JACKSON, 2015, p. 129)

ANEXO C

Tabla 3 — La Estructura de la Población de Concepción de Cayastá el 2 de Agosto de 1758

Tamaño de Familia	Número de Familias	Número de Personas
2	9	18
3	98	27
4	5	20
5	6	30
6	4	24
7	1	7
8	1	8
Viudos - 6	Viudas - 19	
Sus Hijos - 7	Sus Hijos - 27	
Solteros - 15	Solteras- 19	
Huérfanos - 16		
Recién Congregados - 44	Población Total - 244	

Fuente: BRACCO, 2016b, p. 6-52

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL MISSIONEIRA E SUAS “INFLUÊNCIAS”

Ione Aparecida Martins Castilho Pereira

Resumo: O presente artigo tem por finalidade abordar os diferentes posicionamentos historiográficos sobre a origem da organização espacial dos povoados missioneiros. Estes, por sua vez, vão desde as experiências nas aldeias jesuíticas brasileiras, passando pela doutrina espanhola de Juli e o traçado urbano dos Franciscanos, até as Leis das Índias e as recomendações do padre Diego de Torres como “matrizes” ou influências para a constituição do traçado urbano das missões. No entanto, ao analisarmos essas possíveis influências na constituição do plano urbano missioneiro, veremos que tais experiências serviram mais como exemplos do que se evitar do que propriamente um modelo para as missões jesuíticas.

INTRODUÇÃO

Os estudos que tratam sobre a origem da organização espacial dos povoados missioneiros apontam para diferentes posições, que, de acordo com o historiador Erneldo Schallenberg, “vão desde construções utópicas até as mais variadas aproximações de estatutos e formas de organização social pré-existentes ou formações sociais pós-existentes” (SCHALLENBERGER, 2006, p. 123). Entre essas diferentes posições, estariam as de Serafim Leite e Pablo Hernandez, que, nas palavras do autor, “se fundamentavam nas experiências das aldeias brasileiras enquanto os seguidores de Pablo Hernandez recorrem às doutrinas espanholas de Juli”⁸ (SCHALLENBERGER, 2006, p. 123).

Segundo o historiador Arno Kern, as aldeias jesuíticas do Brasil não poderiam ter “fornecido o ponto de partida para as povoações missioneiras [...], já que os jesuítas vindos de lá, [...] apenas fizeram batismos em massa, no que denominou ‘missões volantes’, antes do estabelecimento da Província Jesuítica do Paraguai” (KERN, 1982, p. 216). Já para o jesuíta Antonio Menacho, não há dúvidas de que a doutrina de Juli no Peru tenha servido como influência para os jesuítas que foram missionar no Paraguai, “aunque no pudieron imitar al pie de la letra sus métodos para la evangelización de los indígenas de la selva” (MENACHO, 1991, p. 56). Afinal, como bem destaca o autor, o espaço onde seriam implantadas as missões do Paraguai “difería completamente del altiplánico”⁹ (MENACHO, 1991, p. 57). Já para o padre Arthur Rabuske (1975, 1977), o modelo inicial das reduções, além de ter sido inspirado na doutrina de Juli, se orientou a partir dos concílios limenses¹⁰ que definiam a organização eclesiástica da América espanhola.

De acordo com Alcides Moreno e Virgilio Salas, o que os tem levado a pensar na “posibilidad que el ensayo peruano haya tenido una categórica influencia en el trazado urbano de los pueblos guaraníes” (MORENO; SALAS, 1992, p. 183) são as instruções do padre Diego de Torres Bollo (superior em Juli) aos missioneros que formariam as primeras missões Guarani, José Cataldino e Simón Maceta, “al recomendarle que las nuevas reducciones se tracen al modo de los del Perú o como más gustacen a los índios” (MORENO; SALAS, 1992, p. 183). Para os autores, as semelhanças existentes entre as missões implantadas pelos jesuítas com a de Juli “es más de tipo **doctrinal y programática**; más allá de cualquier aproximación física o semejanza referida a la estructuración morfológica” (MORENO;

SALAS, 1992, p. 185, grifo do autor).

Nessa mesma perspectiva, o arquiteto Ramón Gutiérrez (1974) argumenta que a referência a “los del Perú” é causística e generalizante, já que esta “pode significar o objetivo de agrupar os índios a partir da unidade familiar-cacicado, mais do que respeitar a um traçado urbano definido” (BARCELOS, 2000, p. 141). Segundo a arquiteta Graciela María Viñuales, as próprias determinações do padre Diego de Torres Bollo demonstram a

[...] inexistencia de un modelo definido a priori ya que se ofrecen alternativas y algunas de ellas abiertas, tal como podría ser la voluntad de la comunidad indígena. [...] La mención de que se hicieran al modo de los del Perú, nos aproxima naturalmente a Juli como modelo, pero al relativizar esta decisión por la opinión local, es también claro que había conciencia de que lo importante era en el fondo la satisfacción y la identificación que el indígena pudiera tener con la traza que se adoptara finalmente. Esto podría parecer contradictorio al oscilar entre la libertad y la flexibilidad de opciones para una traza y la voluntad de planificar. De hecho, cada pueblo podía tener distintas alternativas, según lo quisieran los indios de cada asentamiento, o haberse planificado cada pueblo singularmente. (VIÑUALES, 2007, p. 112-113).¹¹

Para Graciela Viñuales, a importância da doutrina de Juli para a implantação das missões jesuíticas encontra-se na transferência de experiências, na “prevención de situaciones negativas y sobre todo en la atención a los factores estructurales de la economía del sistema” (VIÑUALES, 2007, p. 112). Dentre estes fatores de negativos, estariam, segundo a autora, a pouca convivência ou nenhum

[...] trato de comercio y servicio con los españoles, ya que se había visto que de ello se derivaban las frecuentes servidumbres que tenía Juli por estar sobre el camino real. Otro planteo fundamental fue el de evitar que los indios fueran movilizados a otros poblados para prestar servicios en mitas o encomiendas, ya que actuando así se impedía la consolidación de la economía interna y se conspiraba contra la conformación familiar y la estabilidad social. (VIÑUALES, 2007, p. 113).

Já os fatores positivos da experiência jesuítica em Juli consistiam, segundo a autora, na importância de “predicar en los idiomas nativos ya que la lengua significaba un elemento básico de la identidad de las parcialidades indígenas” (VIÑUALES, 2007, p. 113) e na consideração dos valores “simbólicos de la relación de las comunidades indígenas con el medio natural, y su proyección a referencias trascendentes que debían integrarse a la cosmovisión cristiana” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 27). Para Ramón Gutiérrez, evitar a “ruptura con este medio natural fue, pues, una de las consecuencias esenciales en la definición de una traza abierta para los nuevos poblados” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 27). Fato esse que levou os jesuítas a “diseñar a calles amplias, a una inserción rotunda con el paisaje, a jerarquizar la plaza amplia con visuales prolongadas, a la incorporación de la vegetación donde ello fuera posible, es decir a rasgos de estima y respeto con el entorno físico” (VIÑUALES, 2007, p. 114).

Outro elemento positivo dessa experiência veio, segundo Ramón Gutiérrez, “com as tentativas de alcançar a autossuficiência econômica através da exploração de recursos próprios e

¹¹ Segundo Graciela Viñuales, na primeira fase “de las misiones en el siglo XVII, hubo un prolongado proceso de acomodamiento y que ni siquiera las ideas del padre Torres respecto de su ordenamiento en solares tuvo mayor aceptación. Probablemente la vigencia de la casa comunal indígena configuró en el inicio la unidad modular del nuevo asentamiento, apoyada en el respeto puntual de los jesuitas del modo organizativo de los indígenas” (VIÑUALES, 2007, p. 113).

fomento à produção e desenvolvimento de artes e ofícios” (GUTIÉRREZ, 1986 apud BARCELOS, 2000, p. 142). Para o jesuíta Arthur Rabuske, a influência de Juli no modelo das missões jesuíticas

[...] provavelmente só serviu para dar os primeiros passos, pois tropeçando muito cedo os padres com a índole dos guaranis, muito diversa da dos índios do Peru, foi preciso usar com eles meios apropriados a seu caráter, guiando-se por observações próprias e deixando de lado as imitações de modelos alheios. (RABUSKE, 1975, p. 29).

Já para Artur Barcelos, a contribuição desse aprendizado peruano para os jesuítas consistiu “no fato de eles terem percebido que não bastava as excursões e avanços em busca da conquista espiritual. Era preciso fixar, ‘reduzir’ os índios e dar uma continuidade assistencial” (BARCELOS, 2000, p. 141). Segundo Ramón Gutiérrez, foi em função disso que os jesuítas “aceptaron hacer misiones con poblado estable” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 25). E, mesmo que essa experiência tenha contribuído para a implantação das missões jesuíticas no Paraguai, havia, ainda, grandes diferenças entre esses dois sistemas em relação “ao número da população; a divisão em quatro zonas por etnia no Peru com quatro templos; o hospital permanente e a ermida externa ao povoado” (BARCELOS, 2000, p. 142).

Nesse sentido, os autores são categóricos ao afirmarem que o traçado de Juli (decidido durante a administração dos dominicanos) não reflete um “parentesco con la traza tipológica de las misiones del Paraguay aunque hay otros aspectos que vale la pena puntualizar, sobre todo porque el éxito de Juli determinó transferir esta experiencia a otras regiones” (VIÑUALES, 2007, p. 114). Para Ramón Gutiérrez, os “aportes de Juli son esencialmente las convicciones que los jesuitas, y particularmente Diego de Torres que allí residió, toman de su experiencia de treinta años de administración” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 25). Associadas a essa experiência peruana, temos, ainda, posições como as de Rui Ruschel (1988), que defendem a existência de raízes do coletivismo incaico presentes no modelo urbano das reduções.

Há quem argumente, ainda, que o traçado urbano das missões jesuíticas tenha sido inspirado na experiência dos franciscanos. Segundo Alcides Moreno e Virgilio Salas, os franciscanos foram os

[...] verdaderos pioneros en la formación de los pueblos de indios. Ellos, mucho antes que los jesuitas, desarrollaron en el área guaraníca los primeros ensayos misionales. Los franciscanos cumplieron un rol destacado en los primeros contactos con los pueblos guaraníes, sobre todo para garantizar su protección y seguridad frente a los abusos y inobservancia de las leyes españolas por los encomenderos. Para este fin implementaron su propio sistema de reducciones o pueblos de indios. (MORENO; SALAS, 1992, p. 185).¹²

As semelhanças entre o traçado urbano dos franciscanos com as missões jesuíticas estão, segundos autores, nas “condiciones de emplazamiento y en la organización programática de los componentes urbanos de la reducción: iglesia, cabildo, colegio,¹³ talleres y viviendas”¹³ (MORENO;

12 De acordo com Alcides Moreno e Virgilio Salas, a experiência franciscana foi de “invalorable apoyo a los jesuitas en la fase exploratoria y de contacto en territorio guaraní, al facilitarles los primeros vocabularios y diccionarios de la lengua nativa, información logística sobre los naturales y sus parcialidades en cuanto a costumbres, alimentación, creencias, ritos y deidades, etc.” (MORENO; SALAS, 1992, p. 187; grifo do autor). No entanto, como bem destacam os autores, as missões franciscanas não conseguiram libertar os indígenas das encomiendas, provocando, assim, um paulatino processo de “deterioro por el creciente vaciamiento e inestabilidad poblacional, hasta que finalmente muchas de estas reducciones comenzaron a desaparecer sin dejar vestigio físico alguno” (MORENO; SALAS, 1992, p. 187).

13 Para os autores, a configuração da trama urbana dos franciscanos “al liberarse del amanzamiento tradicional, pudo regirse

SALAS, 1992, p. 187). Já as diferenças se referem à localização da Igreja no centro da praça de forma isolada, respondendo, assim, ao esquema períptero extenso

[...] que es propio del área guaraníca. Ello implica además el desplazamiento del colegio, talleres y área de servicio hacia la periferia y puede ser sin articulación con el templo. Las viviendas de los indios no adoptaron el partido de ‘manzana isla’ clásico de las Misiones, sino el de largos ‘tirones’ de calle cubiertas que rodean la plaza y atrás de las cuales se originaron eventuales ‘tirones’ paralelos o ranchos diseminados. La tendencia a cerrar la plaza, y una jerarquización puntual de la Iglesia en contraposición con el sistema axial misionero, son signos evidentes de una falta de coincidencia conceptual entre los trazados. (GUTIÉRREZ, 1974, p. 117).

Para Ramón Gutiérrez, por mais que os jesuítas conhecessem as missões franciscanas, “existen en lo sustancial diferencias tan singulares que hacen difícil sostener que el trazado tuviese este origen” (GUTIÉRREZ, 1974, p. 116). Outro elemento considerado como principal influência no traçado urbano das missões jesuíticas foram as *Leyes de Indias*.¹⁴ De acordo com Alcides Moreno e Virgilio Salas, a legislação indiana foi muito precisa “en cuanto a la normativa inherente a las reducciones y pueblos de indios, para los cuales se prescribía una rigurosa separación residencial en su relación con los españoles, criollos, negros y mestizos” (MORENO; SALAS, 1992, p. 188), além, é claro, de atuar no processo de seleção “del lugar, modo de emplazamiento y atención a las características geográficas, climáticas, de disponibilidad de mano de obra, de materiales y de capacidad de autosustentatividad productiva” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 15).¹⁵

Embora as Leis das Índias atuassem nesses aspectos, nem todas as normas de urbanismo “foram adotadas em seu conjunto nas Reduções” (BARCELOS, 2000, p. 150), principalmente nas missões de Mojos e Maynas, já que essas missões tiveram sua simetria urbana sacrificada em virtude do espaço geográfico em que foram implantadas. Ou, como no caso de Chiquitos, que, segundo Alcides Moreno e Virgilio Salas, demonstrou uma

serie de vacíos y omisiones en las leyes escritas fueron afrontadas con un alto sentido de practicidad y simples adecuación al medio, en especial en los casos de responder a situaciones de alto riesgo de seguridad y supervivencia; sea por luchas de intereses locales, regionales, militares, religiosos, geopolíticos, etc. (MORENO; SALAS, 1992, p. 189).

Segundo Ramón Gutiérrez, o que se pode constatar disso é

[...] que as chamadas “Leis das Índias” (1681), que incluíam as ordenanças de povoamento de Felipe II (1573), definem um marco legal e teórico a uma cidade americana que nunca existiu, caso seus enunciados sejam tomados literalmente. Na prática, o monarca formulou um modelo literário, sem muita aplicabilidade. E isso podemos afirmar hoje com absoluta certeza, pois não existe cidade alguma na

en forma abierta y libre sin predeterminación de regularidad o módulos de ninguna naturaleza — para planificar el crecimiento, y fundamentalmente por el régimen de propiedad mixta que permitía la aceptación y coexistencia del mundo privado con el comunitario” (MORENO; SALAS, 1992, p. 187).

14 Segundo Artur Barcelos, essas leis foram “reunidas na Recopilación de Leyes de los Reinos de las Indias de Felipe II, de 1573, que legislava sobre uma grande quantidade de temas e nas quais estavam incluídas as Ordenanças de Descobrimientos e População, específicas sobre o povoamento dos novos territórios” (BARCELOS, 2000, p. 143).

15 Alcides Moreno e Virgilio Salas salientam que, em uma lei de “1563, se ratificaba que entre indios no vivan españoles, o que tengan comodidad de aguas, tierras y montes, entradas, salidas y labranzas y un ejido de una legua de largo, donde los indios tengan sus ganados, sin que se revuelvan con otros españoles” (MORENO; SALAS, 1992, p. 188).

América que tenha sido realizada exatamente como o rei propôs. (GUTIÉRREZ, 2010, p. 40).

Para o autor, é possível que a legislação indiana tenha atuado exclusivamente como “un marco genérico en la elección del asentamiento pero poco en lo que específicamente pudo ser la traza de la misión jesuítica [...]” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 40). Isso, segundo Artur Barcelos, levou “a uma certa liberdade para os missionários em organizar a estrutura dos povoados nos primeiros contatos e reduções. A experiência foi impondo um traçado urbano que atendia as necessidades do trabalho de catequização e a inserção dos indígenas no mundo colonial” (BARCELOS, 2000, p. 150). Ainda que as missões jesuíticas tenham adotado um plano quadriculado em seu traçado urbano,

[...] o limite em uma das extremidades da praça constitui um diferencial e as casas isoladas substituíram os solares com pátio interno aos quais a legislação se referia.¹⁶ As recomendações do Padre Diego Torres não representam um modelo a ser seguido e adotado em todas as novas Reduções para seus planos urbanos. (BARCELOS, 2000, p. 150).

É aqui que a proposta missioneira se afasta definitivamente, na opinião de Ramón Gutiérrez, “del posible modelo, pues la inexistencia de manzanas y solares con huerta en los términos hispánicos supone una respuesta original cuyas raíces no pueden ser otras que aquello de que se hiciesen ‘como gustasen los indios’” (GUTIÉRREZ, 1974, p. 118).¹⁷ Isso não significa, segundo o autor, que não exista uma “planificación, porque en realidad los jesuitas habían intentado adoptar parcialmente el modelo, pero expresaba más bien la respuesta pragmática ante el comportamiento cultural de los indígenas” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 14). Segundo Gutiérrez, a planificação leva

[...] sin dudas a los jesuitas a ir perfeccionando un modelo de ocupación territorial, a la definición de una traza modélica y a criterios de organización. Pero, sin embargo todo ello es fruto de un largo proceso de ensayo-error-corrección, que pasa por diversas fases hasta definirse aquello que puede ser un modelo apto para su utilización en escala generalizable. De aquí que podemos verificar el pragmatismo de una planificación que no nace como un modelo impuesto a-priori, sino como consecuencia de una decisión madurada y experimentada previamente en diversos contextos. (GUTIÉRREZ, 2000, p. 13).

Desse modo, as novas reduções se localizariam em sítios preexistentes ou alternativos até que a própria

simbiosis y la confrontación de los propósitos culturales (tecnológicas y estratégicas del hombre) con su medio natural confirma su lugar definitivo, arribando de este modo a soluciones adecuadas, mediante el método de la prueba y el error, o visto de

16 Segundo Ramón Gutiérrez, o padre Diego de Torres, em suas instruções de 1609, indicava “que al hacer los pueblos con sus calles y cuadras se diese ‘una cuadra a cuatro indios, un solar a cada uno y que cada casa tenga su huertezuela’ [...]” (GUTIÉRREZ, 1974, p. 118), além de recomendar aos missionários Cataldino e Mazeta que elegessem “parajes donde ‘tengan agua, pesquerías, buenas tierras y que no sean todos anegadizos ni de mucho calor sino de buen temple y sin mosquitos, ni de otras incomodidades y en donde puedan sembrar y mantenerse [...]’” (GUTIÉRREZ, 2000, p. 15).

17 De acordo com Ramón Gutiérrez e Rodrigo Viñuales, os jesuítas “encontraron parcialidades indígenas que vivían en casas comunales y debieron utilizar semejantes tipologías para entregar paulatinamente habitaciones unifamiliares en tira. Desapareció así el reparto de lotes, la propia cuadra (manzana) y la misma huerta que fue colocada con las de las demás familias en la periferia del pueblo” (GUTIÉRREZ; VIÑUALES, 1995, p. 363).

outra maneira, mediante a **experimentación gradual** (MORENO; SALAS, 1992, p. 189, grifo do autor).

Para Ramón Gutiérrez e Rodrigo Viñuales, é “evidente que en la definición de esta tipología urbana hay un proceso de convergencia de experiencia y de decisiones que nacen de la misma actitud de valoración cultural del mundo indígena” (GUTIÉRREZ; VIÑUALES, 1995, p. 363). Portanto, o pragmatismo jesuítico parece ter sido uma “solução seguida pelo missionário diante da diversidade de grupos indígenas e das condições topográficas e de recursos” (BARCELOS, 2000, p. 155) encontrados em cada uma dessas espacialidades missioneiras.

No entanto, isso não quer dizer que os jesuítas tenham adotado o mesmo traçado urbano em todas as missões Guarani, Chiquitos, Mojos e Maynas, já que havia diferenças e semelhanças tanto no interior de cada uma dessas missões, como também entre elas.¹⁸ Segundo Gutiérrez, mesmo depois de consolidado o traçado urbano, os jesuítas recorreram a outro tipo de desenho a fim de evitar o “costumbre de los indígenas cazadores de quemar sus chozas una vez que se introducían en la selva en busca de un nuevo asentamiento” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 28).¹⁹ Nesse sentido, o modelo de ocupação territorial desenvolvido pelos jesuítas era “válido en la medida en que los condicionantes del medio cuanto las especificidades de las parcialidades indígenas lo hacían compatible, pues estas eran las líneas maestras sobre las cuales los jesuitas habrían de operar” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 36).

Mais recentemente, há estudos que buscam destacar, ainda, a herança europeia dos mosteiros medievais de uma parcela do plano urbano das missões jesuíticas, “a partir do plano-tipo das abadias beneditinas” (KERN; JACKSON, 2006, p. 197).²⁰ Segundo Arno Kern, no momento em que os jesuítas chegam à América e se instalam entre os grupos indígenas, estes passam a “seguir algumas das linhas gerais dos traçados dos mosteiros beneditinos medievais, adaptando-os aos ‘Pueblos de Índios’ americanos [...]” (KERN; JACKSON, 2006, p. 179). Assim, nessas novas espacialidades, os missionários organizariam um plano urbano, que, segundo o autor, se assemelharia muito ao das abadias beneditinas medievais, constituídas por igreja, claustro, oficina de artífice, quinta e cemitério,

18 De acordo com Graciela Viñuales, a partir de “ciertas descripciones de finales del siglo XVIII, algunos autores repitieron que los pueblos eran tan similares que quien ha visto uno puede decir que ha visto todos. Pero si es cierto que hay un plan general, no hay ningún pueblo que tenga justamente la misma planta y, mucho menos, que sea igual a cualquier otro. Ni la ubicación de sus edificios, ni las dimensiones, ni las técnicas utilizadas se repiten a pie juntillas” (VIÑUALES, 2007, p. 117).

19 Segundo Ramón Gutiérrez, esse outro tipo de traçado urbano era, no fundo, um desenho orgânico que tentava impedir que “el pueblo se destruyese si los indios mbyas o monteses abandonaban la reducción y prendían fuego a sus viviendas, por ello según el cronista Aguirre los jesuitas construyeron aquellos ranchos ‘sembrados sin formar calle’” (GUTIÉRREZ, 2005, p. 28). Para exemplificar essas diferenças entre os traçados urbanos das missões jesuíticas guaranis, Ramón Gutiérrez (2005) cita, como exemplo, as missões da região de Tarumá entre os índios Mbyas e Monteses, mais especificamente San Estanislao, San Joaquín e Belén (formados na última década antes da expulsão dos jesuítas), além da missão de San Javier (Santa Fé, Argentina) entre os índios mocovíes, representada nos desenhos do padre jesuíta Florián Paucke.

20 Segundo Arno Kern, os “beneditinos elaboraram plantas-tipo para seus mosteiros, nos quais a igreja era flanqueada pelo cemitério, por um lado, e pelo claustro e a residência dos monges, pelo outro. O claustro era um espaço retangular fechado, em torno do qual os monges tinham possibilidade de levar uma vida reclusa. Havia uma clausura dentro da qual se localizavam as células individuais (dos monges) e os dormitórios coletivos (dos noviços), o refeitório, a cozinha, a biblioteca, uma capela etc. Havia ainda um setor de atividades artesanais, uma padaria, um hospital ou uma enfermaria, um pomar e uma horta, um setor para acolher os hóspedes, viajantes ou peregrinos (‘tambos’). Nesse conjunto a localização da igreja, com o claustro e o cemitério se estendendo paralelamente à nave da igreja, é uma constante. Esses mosteiros eram quase sempre localizados sobre as alturas das encostas de um vale ou de uma montanha, mas sempre servidos de água fornecida por vertentes ou riachos” (KERN, 1995, p. 264). Para mais detalhes, consultar: KERN, 2006, 1995.

de modo que, no lugar de jardins e conjunto de casas, haveria inúmeras casas isoladas (como a “oca” amazônica) que abrigariam famílias extensas e nucleares. Herança essa que estava presente em todas as missões jesuíticas de Mojos, Chiquitos, Guarani e Maynas, variando não apenas em dimensão, mas também em localização no espaço urbano.

O que se pode concluir dessas possíveis influências na origem do traçado urbano missioneiro é que tanto as aldeias jesuíticas do Brasil quanto a experiência peruana de Juli, as Reduções Franciscanas, as Leis das Índias e as recomendações do padre Diego de Torres “não foram a fonte da inspiração total das Reduções. Talvez o tenham sido em sentido parcial e sobretudo em sentido negativo, mostrando o que evitar” (RABUSKE, 1975, p. 27), mais do que propriamente um modelo para o traçado urbano das missões jesuíticas. Já que, como bem destaca o padre Arthur Rabuske, “o que decidiu o sistema das Reduções não foram modelos preexistentes, mas a dura experiência de cada dia [...]” (RABUSKE, 1975, p. 27). Desse modo, a planificação física das missões jesuíticas foi, segundo a arquiteta Graciela Viñuales, uma revisão geral de aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos dentro de “un amplio marco religioso [...] que se apoyaba no sólo en la visión que el misionero traía de Europa con sus creencias y su cultura, sino que también estaban allí presentes la visión del [indígena] sobre el mundo y su relación con lo natural y lo sobre natural” (VIÑUALES, 2007, p. 108). Assim, o convívio com inúmeras culturas indígenas fez com que os missioneiros experimentassem

[...] as mais distintas formas de vivências no espaço americano. Nos casos onde o sistema de reduções foi implantado de forma mais consequente para os objetivos jesuíticos alteraram-se drasticamente as espacialidades indígenas. Em outras, porém, os jesuítas viram-se diante de uma adaptação mais profunda aos hábitos e costumes das sociedades locais. (BARCELOS, 2006, p. 8).

Dessa forma, foi inevitável a introdução de “elementos no europeos, aportados por el indígena a través del tiempo, y también aportados por el propio misionero, una vez que resultó influenciado por el entorno en el cual se desenvolvía” (ORTIZ, 2008, p. 242). Portanto, o traçado urbano missioneiro se caracterizou mais pela transferência e consolidação de experiências oriundas tanto das populações indígenas como europeias do que por um modelo imposto a priori, principalmente no caso das missões de Maynas.²¹ Nesse sentido, o modelo de ocupação territorial desenvolvido pelos jesuítas, nas missões jesuíticas de Mojos, Chiquitos, Guarani e Maynas, foi válido na medida em que o espaço geográfico e as etnias indígenas ali presentes foram compatíveis com o projeto evangelizador. Logo, a vida nas missões significou uma mudança profunda não só para os indígenas, mas também para os jesuítas, já que exigiu desses últimos uma extrema capacidade de adaptação tanto em relação ao espaço em que estavam missionalizando, como também em relação às etnias indígenas presentes nessas espacialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

BARCELOS, Artur H. F. *Espaço e Arqueologia nas Missões Jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. (Coleção Arqueologia 7).

BARCELOS, Artur H. F. *O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial*. 2006. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ECHÁNOVE, Alfonso. La idea jesuítica de “Reduções”. *Missionária Hispânica*, Madrid, ano 12, n. 34, n.p., 1955.

ECHÁNOVE, Alfonso. Origen y evolución de la idea jesuítica de “Reduções” em las misiones del Perú. *Missionária Hispânica*, Madrid, ano 17, n. 39, n.p., 1956.

GUTIÉRREZ, Ramón. Cultura urbana hispanoamericana y sus Contactos con la experiencia portuguesa en Brasil: modelo y heterodoxias. In: COLÓQUIO “A CONSTRUÇÃO DO BRASIL URBANO”, 1., 2000, Lisboa. *Anais [...]*. Lisboa: [s.n.], 2000. n.p.

GUTIÉRREZ, Ramón. Estructura socio-política, sistema productivo y resultante espacial en las misiones jesuíticas del Paraguay durante el siglo XVIII. *Estudios Paraguayos*, Asunción del Paraguay, v. 2, n. 2, n.p., 1974.

GUTIÉRREZ, Ramón. Povoados e reduções indígenas na região de Cuzco persistências e inovações. In: FRIDMAN, Fania; ABREU, Mauricio. *Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. n.p.

GUTIÉRREZ, Ramón; VIÑUALES, Rodrigo Gutiérrez. *Historia urbana de las reducciones jesuíticas sudamericanas: continuidad, rupturas y cambios (siglos XVII-XX)*. Madrid: Fundación Ignacio Larramendi: Fundación Mapfre Tavera, 2005.

GUTIÉRREZ, Ramón; VIÑUALES, Rodrigo Gutiérrez. Territorio, Urbanismo y Arquitectura em Moxos y Chiquitos. In: QUEREJAZU, Pedro (org.). *Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos*. La Paz: Fundación BHN: Línea Editorial: La papelera S.A, 1995. n.p.

KERN, Arno Alvarez. História e iconografia: documentos sobre a missão de São João Batista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 11., 1995, Santa Rosa. *Anais [...]*. Santa Rosa: Unijuí, 1995. n.p.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KERN, Arno Alvarez; JACKSON, Robert. *Missões Ibéricas Coloniais: da Califórnia ao Prata*. Porto Alegre: Pailer, 2006.

MENACHO, Antonio. *Por Tierras de Chiquitos: Los Jesuitas en Santa Cruz y en las misiones de Chiquitos*

en los siglos 16 a 18. Bolivia: [s.n.], 1991.

MORENO, Alcides Parejas; SALAS, Virgilio Suárez. *Chiquitos* — Historia de una utopía. Santa Cruz: Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra, 1992.

NEGRO, Sandra. Mayna, una misión entre la ilusión y el desencanto. In: NEGRO, Sandra; MARZAL, Manuel M. (org.). *Un Reino en la Frontera: las misiones jesuitas en la América colonial*. Perú: Pontificia Universidad Católica del Perú: Ediciones ABYA-YALA: Fondo Editorial, 1999. p. 185-205.

ORTIZ, Víctor Hugo Limpas. O Barroco na missão jesuítica de Moxos. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 227-254, jan./jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/KxPcgPsgdmCw4mZC5X3sGkb/?format=pdf&lang=es>.

RABUSKE, Arthur. Doutrina de Juli, do Peru, como modelo inicial das reduções do Antigo Paraguai. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 1., 1975, Santa Rosa. *Anais [...]*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1975. n.p.

RABUSKE, Arthur. O modelo das reduções jesuíticas: brasileiro ou peruano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 2., 1977, Santa Rosa. *Anais [...]*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1977. n.p.

RUSCHEL, Rui. Raízes incaicas do coletivismo missioneiro. As missões jesuítico-guaranis: cultura e sociedade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 7., 1988, Santa Rosa. *Anais [...]*. Santa Rosa: FFCL Dom Bosco, 1988. n.p.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

VIÑUALES, Graciela María. Misiones jesuíticas de guaraníes (Argentina, Paraguay, Brasil). *APUNTES*, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 1-168, 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-97632007000100007.

UM INSTITUTO HISTÓRICO NA CORTE BRASILEIRA: DE HERDEIRO DA ILUSTRAÇÃO A UM DOS VEÍCULOS DE CONSOLIDAÇÃO DO REGIME MONÁRQUICO DE GOVERNO (1838-1848)²²

Luís César Castrillon Mendes

Resumo: A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro, em 1838, tornou-se um marco na recente historiografia acerca do Oitocentos brasileiro. Identificado pelos seus próprios membros como herdeiro das ideias da ilustração manifestadas em diferentes épocas em solo americano, foi também o lugar de gestação de um projeto de construção nacional por meio de coleta e sistematização de uma memória oficial que serviria de base para a escrita da história nacional. Neste artigo, objetiva-se abordar algumas iniciativas academicistas e políticas que antecederam o IHGB e alguns procedimentos por parte de seu quadro social, na primeira década de sua existência, que auxiliaram ideologicamente a consolidação do Segundo Reinado.

INTRODUÇÃO

De acordo com José Honório Rodrigues (1978), a pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Para esse autor, antes, existia apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tentava encontrar, em arquivos nacionais ou estrangeiros, novas peças que fundamentassem os temas a serem desenvolvidos.

Em períodos anteriores ao ano de 1838, ano da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podem ser observados alguns estudos corporativos no sentido de uma busca em se coletar, sistematizar e arquivar materiais úteis à memória, a fim de fundamentar a produção de uma Literatura específica. As atividades no interior das Academias Literárias, que, no caso da América portuguesa, se manifestaram a partir do Setecentos, podem ser uma interessante via para se analisar práticas, objetivos, relações sociais e personagens envolvidos com determinados interesses comuns.

Assim, neste texto, a criação do IHGB em 1838, dentre outras instituições, será abordada como o indicativo do contexto em que se buscava forjar um projeto de nação para o Estado brasileiro. A criação do IHGB pode ser pensada enquanto uma estratégia de determinados grupos que, deixando de lado algumas diferenças partidárias em detrimento de um interesse político comum, pudessem retornar ao poder, utilizando-se do caminho das letras, talvez o único acesso disponível naquele momento.

A fundação da nação estaria atrelada, por meios institucionais, à criação de uma Literatura nacional que singularizasse o Brasil perante seus vizinhos republicanos e o aproximasse das demais nações europeias ditas “civilizadas”.

O projeto do Instituto, expresso pelos seus Estatutos, chama atenção pela ousadia e pela clareza de seus propósitos. Como estratégia analítica, adotou-se o estabelecimento de possíveis relações com algumas instituições com objetivos similares, anteriormente instaladas, seja na metrópole lusitana, seja na sua colônia americana. Isso permitiu a ligação com os movimentos academicistas do século XVIII. Dessa maneira, o plano do IHGB será analisado enquanto um desdobramento dessas

corporações científico-literárias que objetivaram pesquisas coletivas. A partir de um breve contexto histórico, foram selecionadas algumas dessas agremiações, porém sem antes observar que o ato de se “escolher” determinado assunto implica silenciar, esquecer ou mesmo de ignorar muitos outros. Aceitando os riscos de tal procedimento, foram priorizadas algumas corporações, algumas científico-literárias, outras eminentemente políticas, cujas relevâncias serão essenciais para auxiliar nas análises do contexto de fundação do Instituto na Corte fluminense durante o período regencial.

UM HERDEIRO DAS IDEIAS ILUSTRADAS NO CONTINENTE AMERICANO

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas da illustração, que em differentes épocas se manifestaram em o nosso continente.

(José Feliciano Fernandes Pinheiro, 1839)

Um primeiro estudo sistemático, nos moldes do Instituto Histórico, pode ser vislumbrado na *Academia Real de História Portuguesa*, fundada na cidade de Lisboa em 1720. No entender da historiadora Iris Kantor (2004), essa agremiação assumiu uma feição geopolítica, na qual Portugal estaria concretizando uma política de procurar municiar-se de documentação comprobatória por intermédio de um projeto oficial de construção da memória histórica dos seus domínios ultramarinos. Isso seria realizado por meio de coleta de documentação e da constituição de uma ampla rede de contatos interinstitucionais, como os cartórios das ordens militares, as provedorias das comarcas, os senados das câmaras, os colégios de Coimbra e as ordens religiosas. Esse procedimento permitiria a escrita de uma história ultramarina, eclesiástica e secular do império lusitano, conforme determinavam os estatutos da agremiação. Esta poderia ser uma forma de Portugal legitimar-se diante da concorrência por territórios com as outras potências europeias. Por intermédio dos debates travados no interior da Academia, Kantor identifica a gênese de uma visão secularizante da experiência ultramarina, configurando-se, então, um novo discurso de justificação do Império.

Essa iniciativa metropolitana, encerrada em 1776, refletiu-se na colônia, onde, a partir de 7 de março de 1724, na cidade de São Salvador, então sede do governo lusitano na América, foi fundada a *Academia Brazílica dos Esquecidos*, cujas reuniões quinzenais aconteciam no palácio do vice-rei D. Vasco Fernandes César de Menezes (1673-1741). A autodenominação de “Esquecidos” provavelmente é derivada do fato de que nenhum letrado colonial inicialmente havia sido chamado para compor os quadros da Academia Portuguesa (PEDROSA, 2003).

Dessa instituição, cujo objetivo principal era gerar condições para o estudo e a escrita da história da Nova Lusitânia, fez parte o historiador, advogado e poeta Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) e o padre Gonçalo Soares da Franca (1632-?), os dois únicos entre os sete sócios-fundadores que depois fizeram parte do seleto grupo de membros da *Academia Real de História Portuguesa*.²³ Os *Esquecidos* tiveram breve existência, já que as suas portas se cerraram quase um ano depois, em 4

²³ Rocha Pita, desde o início da década de 1720, já vinha trabalhando na sua *História da América portuguesa*, publicada em 1730, sob os auspícios da Academia Real de História Portuguesa. Conferir: KANTOR, 2004, p. 96.

de fevereiro de 1725. Nas palavras do padre-mestre Raphael Machado, reitor do Colégio dos Jesuítas da Bahia, “os Esquecidos devem ser lembrados como os iniciadores da primeira associação litteraria instituída no Brazil” (AZEVEDO, 1885, p. 268).

Outra agremiação de notório interesse foi a *Academia dos Felizes*, fundada em 6 de maio de 1736, pelo militar Gomes Freire de Andrade (1685-1763), governador do Rio de Janeiro. Segundo Manuel Duarte Moreira de Azevedo, secretário do IHGB entre 1882 e 1886, essa foi a segunda no gênero estabelecida no Brasil. O mesmo Freire de Andrade, que seria nomeado comissário das demarcações dos limites entre as Coroas portuguesa e espanhola, criou, no Rio de Janeiro em 30 de janeiro de 1752, a *Academia dos Selectos*. A essa sociedade, deve-se a implantação da primeira tipografia em solo luso-americano, embora tenha funcionado por um curto período, já que a metrópole não permitia o surgimento e circulação de ideias, principalmente se fossem contrárias ao pacto colonial.

Em junho de 1759, no conturbado contexto da expulsão dos jesuítas das possessões portuguesas, foi inaugurada, na cidade de Salvador, Bahia, a *Academia Brazilica dos Acadêmicos Renascidos*, que tinha como símbolo a *fênix fitando os olhos no céu*. A alegoria da *fênix* — ave mitológica, símbolo da alma e da imortalidade, que, segundo a crença dos antigos, vivia muitos séculos e, por fim, queimava para depois ressurgir de suas próprias cinzas — era utilizada como representação iconográfica oficial do reinado de D. João V (1689-1750) e, também, era uma marca usada pela Academia de História Portuguesa. Fundada sob o patrocínio do desembargador e conselheiro ultramarino José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo, a academia era composta de quarenta sócios numerários e por um número indeterminado de sócios supranumerários. Possuía uma padroeira, um protetor e um mecenas: Nossa Senhora da Conceição (padroeira de dezenas de Academias ibéricas), o rei de Portugal D. José I (1714-1777) e o seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), futuro marquês de Pombal, respectivamente. As reuniões aconteciam quinzenalmente e, nos natalícios régios, realizavam-se comemorações solenes para a exaltação de seus feitos e de seus patrocinadores.

Esse modelo de gestão foi apreciado pelos consócios do IHGB, pois, em reuniões quinzenais, a aparente situação consensual expressa no seu periódico e a rápida escolha de protetor e mecenas foram adotadas logo após a fundação. A diferença talvez possa estar no fato de o protetor e um dos mecenas serem a mesma pessoa, no caso o imperador Pedro II. Os outros mecenas eram alguns dos próprios sócios que ocupavam posições de destaque no aparelho burocrático governamental.

Salienta-se que o objetivo era ousado: nada menos do que escrever a *História universal, eclesiástica e secular da América portuguesa*, inspirados pelas diretrizes da Academia Real de História, como visto anteriormente. O programa historiográfico dessa agremiação, como demonstra Iris Kantor (2004, p. 215), consistia em uma sistemática compilação documental para que, em seguida, se escrevesse a história na língua latina. Através da subdivisão das capitânicas em pequenos distritos, os acadêmicos repartiam as tarefas entre um ou mais sócios, de modo que pudessem averiguar localmente os pontos duvidosos e individualizar fatos. Ao historiador, cabia saber todos os fatos e opiniões e “escolher” as melhores opções. Pela acumulação progressiva das memórias e histórias particulares

das capitanias, poderia se conformar uma história do continente americano em sua totalidade.²⁴

Para a prática de uma escrita institucionalizada da história, seriam necessárias algumas técnicas de produção de “consensos”, aspecto, inclusive, previsto nos estatutos dos *Renascidos*. De acordo com a regra, nenhum sócio poderia emitir opinião sobre assuntos controvertidos antes que o congresso elegeisse os que dissertariam sobre essas matérias, emitindo um parecer coletivo sobre a opção considerada mais provável. Da mesma forma, os sócios que quisessem propor emendas ou questionar os trabalhos dos colegas deveriam fazê-lo por escrito, não sendo permitido divulgar em público os “defeitos” dos consócios (KANTOR, 2004, p. 193-196). O projeto dessa escrita, bem como os estatutos publicados na primeira sessão dessa agremiação, chegou ao IHGB, por meio do Visconde de São Leopoldo, a partir de uma cópia dos originais encontrada na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (PINHEIRO, 1839).

A criação do Diretório dos Índios, em 1755, quatro anos antes da inauguração dos *Renascidos*, evidenciou a diferenciação entre a abordagem do indigenismo pombalino e o indianismo erudito.²⁵ Enquanto a Coroa, por meio do Diretório, intentava integrar o indígena enquanto vassalos úteis para o povoamento e a defesa das fronteiras, os historiadores brasílicos enalteciam a sua própria ascendência indígena como uma espécie de fundador das principais linhagens da nobreza da terra. A contradição se estabelecia no rebaixamento intelectual e moral do indígena “real” contemporâneo, e o discurso de heroicização do ancestral indígena “ideal” — prática também adotada no IHGB. O pragmatismo que envolvia a criação da *Academia dos Renascidos* consistia “justamente no recrutamento de párocos que deveriam substituir os missionários jesuítas nas vilas indígenas recém-instituídas pelo Diretório dos Índios” (KANTOR, 2004, p. 225).

A Academia, porém, não chegou a ser institucionalizada; um mês após a sua inauguração, o poderoso ministro de D. José decretava a prisão de seu principal promotor, o desembargador Mascarenhas de Melo. Entretanto, a historiadora Iris Kantor confirma o funcionamento informal dessa associação por cerca de um ano. Para o conselheiro Mascarenhas de Melo, a empresa acadêmica poderia ter se tornado um importante instrumento de ação governamental em meio ao processo de redefinição das fronteiras territoriais, de expulsão dos jesuítas e de secularização do controle da mão de obra indígena (KANTOR, 2004).

Mais de uma década depois, foi criada a *Academia de Ciências do Rio de Janeiro*, sob os auspícios do vice-rei, o marquês de Lavradio (1729-1790), em 18 de fevereiro de 1771. Essa Academia tinha por objetivo tratar, nas suas conferências, de temas de história natural, física, química, agricultura e medicina. Nas palavras de José Feliciano Fernandes Pinheiro, foi a que “compreendeu e exprimiu tão

24 No IHGB, esse foi o primeiro motivo de controvérsia entre alguns sócios, por exemplo, o embate entre o vice-presidente Raimundo da Cunha Mattos, que defendia uma proposta de escrita a partir das províncias, e o secretário Januário da Cunha Barbosa, idealizador de uma escrita mais centralizada a partir da Corte. Para mais detalhes, conferir: MENDES, 2011, p. 76-82.

25 O Diretório dos Índios foi uma lei editada em 1755 por D. José I, através de seu ministro, o futuro marquês de Pombal, que dispunha sobre os aldeamentos indígenas do estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 1758, um alvará estendeu essas medidas para toda a América portuguesa. Esse diretório extinguiu o trabalho missionário dos religiosos nos aldeamentos, elevando estes à condição de vilas, administradas por um diretor. Destacam-se, no Diretório, a intenção da Coroa de evitar a escravização dos índios, sua segregação, seu isolamento e a repressão ao tratamento dos indígenas como pessoas de segunda categoria entre os colonizadores e missionários brancos. O documento estabelece, entre outras medidas, a proibição do uso do termo “negro”, o incentivo ao casamento de colonos brancos com indígenas, a substituição da língua-geral pela língua portuguesa e a punição contra discriminações. Disponível em: http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em: 20 out. 2011.

bem as necessidades do Brasil” (PINHEIRO, 1839, p. 82-83). Seu presidente era o médico do vice-rei, José Henriques Ferreira e tinha o mérito de enfatizar os assuntos científicos durante as reuniões semanais. A Academia possuía um horto botânico e, entre as suas contribuições, destacavam-se a propagação do uso do bicho-da-seda e o incremento da indústria da cochonilha. Sobre essa última, Henriques Ferreira escreveu uma memória sobre o descobrimento desse pequeno inseto, do qual se extrai um corante vermelho, que foi publicada em 1814 no jornal político-literário *O Patriota*.²⁶

Cabe observar que esse movimento de fundações de sociedades científicas estava em voga na Europa. No início do Oitocentos, intelectuais prussianos envidaram esforços no sentido criar uma agremiação para o estudo da história nacional, a *Sociedade para o Estudo da História Alemã Antiga*, fundada em 1819. Tratava-se de um projeto de compilação de documentos guardados em arquivos de diversos países europeus tanto para as letras quanto para a construção da nação. O resultado dessa iniciativa materializou-se em 1826 por meio da *Monumenta Germaniae Historica*, uma edição crítica dessa coleta documental. Cabe destacar que, nesse período, a nação alemã ainda não se constituía enquanto um Estado unificado, e essa busca de fontes acerca de um passado grandioso justificava as atitudes políticas do presente em prol de uma construção nacional. Esse novo paradigma na pesquisa documental influenciou Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) no seu trabalho com fontes nos diversos arquivos que visitou, já que tinha acesso à cultura alemã e era conhecedor dos métodos utilizados na *Monumenta* (GUIMARÃES, 2011).

A História seria o caminho para a forja de laços identitários e essa iniciativa disseminou-se por vários Estados europeus: a *Academia de História de Madrid* lançou o Memorial Histórico Espanhol; a *Sociedade de História da França* editou documentos inéditos da história da França (1835) (RODRIGUES, 2001). Uma iniciativa inovadora acerca dos novos procedimentos de coleta, organização, crítica e, sobretudo, publicidade para as fontes documentais.

O pioneirismo alemão influenciaria os brasileiros por meio de historiadores franceses, como François Guizot (1787-1874), que à época de fundação da *Société* ocupava o cargo de ministro da instrução pública, o diplomata Prosper de Barante (1782-1866), o filósofo e político Victor Cousin (1792-1867) e Louis Adolphe Thiers (1797-1877), que chegou a ser primeiro-ministro e presidente da República francesa.

Pode-se perceber o vínculo dos escritores franceses com o aparelho estatal e a configuração da história como uma arma poderosa para se legitimar e consolidar identidades nacionais. Situação parecida com o contexto brasileiro dentro do IHGB, no qual seus sócios, aqueles que deveriam escrever a história, pertenciam, em sua maioria, aos quadros do governo.

Há, também, outras sociedades de viés mais político e menos científico-literário, algumas secretas, por exemplo, as lojas maçônicas, dentre as quais a mais atuante foi a *Grande Oriente*, que contava, entre os grão-mestres, com personalidades como o político José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e o futuro primeiro imperador brasileiro, D. Pedro I (1798-1834). Essa agremiação teve participação ativa no processo de independência do Brasil gerando disputas políticas e provocando dissidências entre alguns dos seus participantes após o Sete de Setembro.

²⁶ FERREIRA, José Henriques. Sumario da Historia do descobrimento da cochonilha. *O Patriota, jornal litterario, politico, mercantil, &c*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-6, p. 3-13, 1814. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1274>. Acesso em: 25 ago. 2011.

Ainda com o propósito de localizar “heranças” academicistas do Instituto Histórico no Dezenove, duas sociedades também merecem destaque: a *Academia Fluminense das Ciências e Artes* e a *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*. A primeira delas, a *Academia Fluminense das Ciências e Artes* foi idealizada pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, futuro secretário do IHGB e Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847), um dos políticos atuantes no processo de independência brasileiro. Os objetivos norteados pelos estatutos internos dessa agremiação, apresentados em 3 de novembro de 1821, previam o estudo das Ciências, Belas Letras, Artes, História do Brasil e sua Estatística. Na oportunidade, contou com 25 sócios efetivos, dentre eles José Silvestre Rebello (?-1844) e Diogo Soares de Bivar (1785-1865), que, posteriormente, também fariam parte do quadro social do IHGB, e um número indeterminado de sócios honorários e correspondentes, sob a proteção do príncipe regente, Dom Pedro, futuro Pedro I. Após quatro sessões, essa associação fechou as suas portas motivadas pelas agitações políticas em torno do processo de Independência.

A outra entidade, a *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, de interesses predominantemente políticos, foi fundada em 10 de maio de 1831 com a finalidade de combater os adeptos da Restauração, ou seja, os que defendiam a volta do duque de Bragança — D. Pedro I, ao trono brasileiro, que, em 7 de abril, acabara de abdicar em favor de seu filho, Pedro II. Essa associação resolveu, estrategicamente, fundar novas filiais, ramificando-se pelas províncias do Império. Suas sessões aconteciam aos domingos, em uma das salas do Paço da Câmara Municipal e teve como integrantes nomes influentes da política imperial, tais como Evaristo da Veiga (1799-1837), primeiro-secretário durante toda a existência do grêmio, Antonio Borges da Fonseca (1808-1872), Manoel Odorico Mendes (1799-1864), Paula Souza Melo (1799-1864), Limpo de Abreu (1798-1883), os irmãos Lima e Silva e Andradas.

A *Sociedade Defensora* pode ser analisada como uma tentativa organizada de se oferecer sustentação política à Regência. Essa espécie de pacto selado entre diferentes grupos reuniu, nesse momento delicado, representantes dos Liberais Exaltados e Moderados. Para Lúcia Guimarães (1995), essa entidade civil constituiu-se no principal reduto do chamado liberalismo moderado.

Essas associações, algumas com objetivos ilustrados, outras nem tanto, demonstraram tentativas de reunir esforços com o intuito de desempenhar tarefas que expressam objetivos comuns entre seus integrantes, ou seja, trabalhos realizados em conjunto pelos sócios. Seja pelos aspectos relacionados a disputas políticas, seja pela manutenção, seja pela contestação da ordem, seja pela necessidade de coleta documental para legitimação de territórios, identidades nacionais, bem como desenvolver as Letras, as associações trazem como uma das características em comum, o fato de buscarem apoio junto a representantes do poder central. No caso do IHGB, essa prática vai se tornar condição fundamental para o cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos e pela sua longevidade.

Resta, ainda, chamar atenção para a correspondência entre determinados temas enfatizados pela *Revista do IHGB* com alguns dos assuntos veiculados por um dos periódicos que circulou nos anos de 1813 e 1814 no Rio de Janeiro. Trata-se do jornal *O Patriota*, editado pelo militar e jornalista Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838).

O historiador Manoel Salgado Guimarães (2006) detectou algumas correspondências entre

esses periódicos, observando, por exemplo, que o *Patriota* era impresso na capital pela Imprensa Régia, criada em 13 de maio de 1808, e subordinava-se à Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, nas mãos de Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812), um dos estadistas que tinha como missão a tarefa de fundar um novo Império que teria como sede o Rio de Janeiro e que deveria se impor às demais capitanias, tarefa essa que contou com a colaboração dos ilustrados brasileiros (DIAS, 2005). Souza Coutinho já havia presidido uma instituição similar em Portugal, que era encarregada de assuntos de natureza literária: a *Casa Literária do Arco do Cego*, fundada em 1799 e que teve uma breve vida, funcionando até 1801. O saudoso historiador notou, também, que o primeiro presidente do IHGB, José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro visconde de São Leopoldo, trabalhou como tradutor na tipografia dessa instituição, sendo o seu primeiro cargo público após a conclusão de seus estudos em Coimbra (GUIMARÃES, 2006).

O jornal *O Patriota* constituiu-se em um periódico oficial que deu visibilidade à Corte. Há algumas convergências entre os artigos que esse periódico publicou e os que aparecerão na *Revista do IHGB* 25 anos depois, por exemplo, o artigo “Descrição geográfica da capitania de Mato Grosso”, publicado no periódico do IHGB em 1844, que já havia circulado em cinco números em sequência de *O Patriota* no ano de 1813. Outro texto emblemático é a “História dos índios cavaleiros ou da nação Guaycuru”, que veio a ser o primeiro tema do passado colonial veiculado pela *Revista do IHGB*, em 1839.²⁷

Há, também, outra revista, dessa feita, publicada na capital francesa. A *Revista Nitheroy*, cujos dois únicos volumes vieram a lume no ano de 1836, fruto da iniciativa de brasileiros, como Francisco Sales de Torres Homem (1812-1876), Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), João Manuel Pereira da Silva (1817-1897), Candido de Azeredo Coutinho (?-1878) e Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882). Esse grupo contou com a ajuda do francês François Eugène Garay de Monglave (1796-1873), membro fundador e secretário perpétuo do *Institut Historique de Paris*, criado em 1834. Esses intelectuais priorizavam um projeto de renovação da vida intelectual brasileira. Além da Literatura, pensava-se em modernizar, de acordo com os padrões parisienses, a Música, as Artes, a Economia, a Filosofia e as Ciências. O lema era “tudo pelo Brasil e para o Brasil”. No primeiro tomo, Gonçalves de Magalhães escreveu o seu *Ensaio sobre a história da litteratura do Brasil*, no segundo (e último) tomo, Pereira da Silva apresentou o seu *Estudos sobre a literatura*.²⁸

Nesse último tomo, Monglave fez a apresentação dos trabalhos escritos, exaltando a iniciativa dos brasileiros e evidenciando o fato de os redatores participarem também do quadro do Instituto Histórico parisiense.²⁹ Estavam, assim, lançadas as bases para a construção da Literatura nacional e estabelecida a relação do Instituto francês com o seu congêneres brasileiro, cuja inauguração se daria dois anos mais tarde.

27 PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavaleiros ou da nação Guaykuru, escrita no Real Presídio de Coimbra... — ano de 1795. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 25-57, 1839. A sociedade Guaicuru estava em evidência nas primeiras décadas do Oitocentos, devido aos ataques ocorridos no Presídio de Nova Coimbra, nos anos de 1778 e 1789. Em 1791, foi concretizado um acordo de paz entre portugueses e esse grupo, no qual foram reconhecidos como vassallos da rainha de Portugal, D. Maria I.

28 Conferir: NITHEROY, *Revista Brasiliense de Sciencias, Lettras e Artes*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. t. I e II. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700045/nitheroy.htm. Acesso em: 25 ago. 2011.

29 Sobre os brasileiros no IHP, conferir: CARRARO, 2002; CANDIDO, 1997, p. 13.

Muitos dos futuros sócios do IHGB foram membros do Instituto Histórico francês, o que contribuiu para um “afrancesamento” do pensamento brasileiro do século XIX. Dentre eles, além dos integrantes da *Revista Nitheroy*, eram sócios o cônego Januário da Cunha Barbosa, Raimundo da Cunha Matos (1776-1839), Francisco Freire Alemão (1797-1874), Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond (1794-1874), o visconde de São Leopoldo, Evaristo da Veiga, Pedro de Araujo Lima (1793-1870), Limpo de Abreu e o próprio D. Pedro II (1825-1891).

Entretanto, para se entender a relação entre essas primeiras instituições e o IHGB, é necessário enveredar pelos meandros da política imperial. A atuação das diferentes mesas diretoras instaladas no IHGB estará vinculada aos acontecimentos históricos contemporâneos e a personagens que participaram das alianças e dos embates políticos que decidiram os destinos da jovem Monarquia constitucional brasileira.

O contexto social e político do Brasil após a Independência, se comparado às ex-colônias hispânicas, apresenta um quadro, cuja especificidade salta aos olhos, a começar pela forma de governo adotada: uma Monarquia constitucional em meio às Repúblicas americanas. Um dos fatores relacionados a esse fato poderia estar localizado no processo da transmigração da família imperial com a nobreza lusitana para o Rio de Janeiro, em face da invasão pela França napoleônica. Essa nova configuração elevou a colônia à categoria de Reino Unido, em 1815. Alterou-se, dessa forma, o monopólio estabelecido pelo pacto colonial, estimulando a criação de uma série de medidas e instituições que objetivavam ajustar a colônia à função de sede do governo.

A HIDRA DA GUERRA CIVIL OBSCURECENDO OS CÉUS DA PÁTRIA

Aos nove annos do primeiro reinado seguiram-se dez de uma minoridade laboriosa e arriscada: em muitos pontos do imperio a hydra da guerra civil alçou terrivelmente a cabeça, e em toda parte o horizonte da patria obscureceu ameaçando tempestade: foi lamentável período de convulsões politicas, e as convulsões politicas assemelham-se à inundaçãõ e ao incendio...

(Joaquim Manuel de Macedo, 1854)

O lugar social de produção do discurso associado ao contexto histórico torna-se pressuposto obrigatório para se tentar decifrar o universo sociocultural e político acerca das ideias e procedimentos adotados pelos muitos protagonistas envolvidos. O IHGB pode ser pensado enquanto uma agremiação literária em uma Sociedade de Corte, na qual, valia-se de práticas fundamentadas no compadrio e nos apadrinhamentos para a formação de seu quadro social. As primeiras medidas foram a conquista da imediata proteção do jovem monarca e o estabelecimento de critérios, como visibilidade social e prestígio político, para se ingressar na instituição. A criação de uma associação nos moldes do Instituto Histórico na Corte será analisada enquanto uma estratégia política de afirmação de determinados indivíduos, pois as suas hierarquias internas, os critérios de ingresso, o seu quadro social, a constituição das mesas diretoras, a correspondência com instituições congêneres, enfim, as

práticas no interior desse Instituto, em diversos momentos e por diversas personagens, evidenciam disputas e tensões sobre temas delicados e convergências sobre determinados assuntos considerados de interesse nacional. A fundação do IHGB deve ser entendida no contexto das intensas disputas políticas durante a “experiência republicana” (CASTRO, 1985, p. 19).

Cabe ressaltar que o período das regências esteve associado, por certa tradição historiográfica, a um momento de caos político logo após a abdicação de Pedro I. Pode-se pensar, dialogando com Istvan Jancsó, que essa temporalidade pode ser igualmente analisada como um período em que houve um leque de possibilidades para a construção da nação brasileira. O Segundo Reinado foi apenas um entre vários outros projetos políticos possíveis, no qual foi considerada a opção mais adequada diante daquele momento em que o Império poderia vir a se esfacelar (JANCSÓ; PIMENTA, 2000).

Durante o período inicial da Regência, esboçou-se um projeto de nação de viés liberal democrático que não chegou a se tornar realidade. Este funcionou como resposta dos setores liberais à política centralizadora do Primeiro Reinado (1822-1831). A aspiração a uma maior autonomia municipal e provincial, a extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado, a discriminação das rendas públicas nacionais e provinciais, além de se transformar os Conselhos Provinciais em Assembleias Legislativas não se efetivaram totalmente. Essas medidas, embora aprovadas na Câmara dos Deputados, em que havia a maioria dos Liberais mais exaltados, não passava pelo Senado, reduto das camadas conservadoras.

E, logo após a Abdicação, ocorreu a reformulação do Código de Processo Criminal e a instituição do Ato Adicional de 1834. Buscava-se uma maior autonomia para as províncias, mas com a permanência da ordem e da integridade nacional. O Código, aprovado em 29 de novembro de 1832, tornava-se a personificação de um dos principais instrumentos da descentralização, estabelecia que o Poder Judiciário fosse independente do administrativo e que o promotor, o juiz municipal e o juiz de órfãos, até então nomeados pelo governo central, passassem a ser escolhidos a partir de uma lista tríplice proposta pela Câmara Municipal.

Apesar da relativa homogeneidade de parte da elite brasileira, seria muito complexo estabelecer um sistema nacional monárquico de dominação, ante as divergências regionais e a enorme extensão territorial. Uma onda revolucionária seria a característica dos primeiros anos da instituição monárquica brasileira. O melhor indicativo desse quadro pode ser percebido nos diversos levantes, principalmente durante o período das regências. Dois grandes grupos de revoltas podem ser observados, de acordo com Carvalho: o primeiro, imediatamente após a Abdicação de Pedro I, perdurou até 1835, um ano após a sua morte e promulgação do Ato Adicional; o segundo grupo, posterior ao Ato, terminaria somente em 1848, com a Revolução Praieira em Pernambuco (CARVALHO, 2006). Cabe destacar que a subida de Pedro II ao trono aos quatorze anos não foi suficiente para estancar os conflitos de viés separatistas.

Os motivos dos levantes regenciais eram de ordem concreta e pragmática. As elites locais protestavam contra a perda de poder e a interferência do governo central em suas comunidades e eram contra as substituições de autoridades eleitas por aquelas indicadas pelo governo. O crescente

monopólio do comércio por estrangeiros favorecidos por tratados comerciais, o aumento dos preços dos alimentos e o recrutamento militar forçado também não eram vistos com simpatia.

Ainda de acordo com Carvalho, não se pode falar em partidos políticos no Brasil antes de 1837, pois as organizações políticas se davam no interior das sociedades secretas, a maioria sob a influência maçônica. Durante a Regência, formar-se-iam os dois principais partidos que dominaram a vida política do Império até o final dele: o partido Conservador e o partido Liberal. O primeiro surgiu de uma fusão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcelos e propunha a reforma das leis descentralizadoras num movimento chamado pelo próprio Vasconcelos de Regresso. Já o partido Liberal se organizou com o intuito de justamente defender essas leis (CARVALHO, 2006).

Ilmar Rohloff de Matos (2004) analisa a polaridade partidária entre Liberais e Conservadores ou, nos seus termos, entre Luzias e Saquaremas, partindo não só de suas semelhanças e diferenças, como também por meio de hierarquizações entre eles. Durante esses anos de conflito por todo o país, as facções liberal e conservadora utilizaram-se de discursos diferenciados que pareciam reivindicações distintas. Os Liberais, retoricamente, eram federalistas, defendiam a autonomia local, exigiam a supressão do Poder Moderador e do Conselho de Estado e opunham-se ao Senado vitalício e à intromissão do governo na economia. Eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Já os Conservadores, por sua vez, defendiam posições opostas: poder central forte, Senado vitalício, Conselho de Estado e o catolicismo como religião oficial.

Na prática, diante da incapacidade dos regentes de solucionarem a crise político-econômica e restabelecerem a ordem conciliando ou minimizando as divergências entre os grupos dominantes, as diferenças entre Luzias e Saquaremas se encurtaram. O temor aos radicais fizera a aproximação dos Liberais moderados aos Conservadores.

Conforme demonstra José Murilo de Carvalho em *A construção da ordem*, indivíduos vinculados à posse da terra se distribuíam, quase que igualmente, entre os dois partidos. O autor conclui que a maioria dos componentes do Partido Conservador fazia parte de uma coalizão de burocratas e proprietários de terras, cuja produção era voltada para exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro; ao passo que o Partido Liberal era composto, em sua maioria, de profissionais liberais e donos de terra de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, cujo interesse voltava-se ao mercado interno (CARVALHO, 2006).

As eleições de 1836 marcaram a vitória dos Conservadores, originando o começo do “Regresso”. A intenção do movimento regressista se constituiu na devolução ao governo central dos poderes perdidos durante as reformas liberais. Assim, em 1840, foi reformulado o Ato Adicional e, em 1841, o Código de Processo Criminal. Esse esforço de se manter a ordem e a integridade territorial foi possível, por um lado, devido à aliança do governo central com a alta magistratura e, por outro, com os grandes comerciantes e proprietários da cafeicultura fluminense. Com o projeto da Maioridade, em 1840, voltaram o Poder Moderador e o Conselho de Estado, extintos pelo Ato Adicional.

Os Luzias revoltaram-se contra essas medidas centralizadoras em 1842, porém, ao retornarem a governar em 1844, perceberam que elas lhes eram úteis no exercício do poder. O ano de 1850 seria

decisivo devido à aprovação de leis polêmicas e que estavam relacionadas entre si, como a abolição do tráfico e a implantação da Lei de Terras, em discussão e sempre adiada desde 1843. A partir de 1852, surgiu uma política de conciliação, na qual membros dos dois segmentos serviram juntos nos mesmos ministérios (COSTA, 2007).

Portanto, torna-se complexo analisar a dinâmica dos dois grandes partidos imperiais, uma vez que eram compostos de uma intrincada combinação de grupos diversos, em termos de ocupação e de origem social e regional. O caráter ambíguo desses partidos se evidencia ao tentar conciliar, por exemplo, ideias antagônicas, tais como: centralização política e reformas sociais. Magistrados, ligados à grande propriedade, favoreciam, retoricamente, a extinção da escravidão. As principais leis de reforma social foram aprovadas por gabinetes conservadores. Os liberais propunham as mudanças, e os conservadores as efetivavam; as leis da extinção do tráfico, do Ventre Livre, da Abolição e a Lei de Terras podem ser vistos como os melhores exemplos.

Alheio a essas disputas políticas, o jovem monarca precisava ser preparado para assumir o Brasil quando completasse 18 anos.

Seguia-se um rígido regulamento previamente estabelecido pelos tutores, incluindo instruções a serem observadas pelos mestres na educação literária e moral de seu pupilo. Misturavam-se Iluminismo, Humanismo e Moralismo. Pretendia-se formar um monarca perfeito: humano, sábio, justo, honesto, constitucional, pacifista e tolerante. Um governante dedicado às suas obrigações, acima das paixões políticas e dos interesses privados.

Os poucos companheiros de infância dele foram os filhos de pessoas próximas ao Paço, tais como: Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que, depois, seria presidente do IHGB, e Guilherme Schüch, tradutor da memória vencedora do concurso realizado pelo Instituto em 1847, sobre como se deve escrever a história do Brasil.

AS FÚRIAS DA ANARQUIA ENFIM QUEBRAM-SE IMPOTENTES AOS PÉS DE UM TRONO

Em 1838 enfim a luta dos partidos ainda continuava renhida, o bello céo do Brazil ainda se mostrava obumbrado por negras e espessas nuvens; a tempestade continuava a bramir, mas o instincto do patriotismo presentiu que breve ia chegar o prazo em que as furias da anarchia viriam quebrar-se impotentes aos pés de um throno, cuja base assenta no coração dos brasileiros...

(Joaquim Manuel de Macedo, 1854)

O projeto de Nação vencedor para o Estado brasileiro, inspirado no modelo iluminista de civilização e progresso, constituía-se na restauração do poder central, visando consolidar a Monarquia, a manutenção da unidade territorial e a neutralização de qualquer ameaça à grande propriedade de terra e ao sistema escravista.

Os regressistas, liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos, congregariam militantes do Partido Restaurador, sem causa desde 1834, ano da morte do duque de Bragança (D. Pedro I),

e remanescentes da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, tais como: o marechal Torres Alvim, Francisco Viana, o cônego Januário da Cunha Barbosa, Clemente Pereira, Fernandes Pinheiro e os deputados Acaiaba Montezuma e Lopes Gama; todos eles estariam na lista de sócios-fundadores do IHGB. Outros fundadores ilustres, como Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Candido José de Araújo Viana e Bento da Silva Lisboa, seriam colegas na formação do ministério durante a gestão do Terceiro Gabinete.

Para Lúcia Guimarães, destituídos dos postos-chave da Regência com o avanço de Bernardo Pereira de Vasconcelos, os áulicos necessitariam:

Abrir um novo espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta, facilitando o seu trânsito no cenário político. Neste sentido, podemos afiançar de antemão, nada mais oportuno do que a criação da Academia. [...] Gerada em altos conchavos, nos salões de São Cristóvão. (GUIMARÃES, 1995, p. 482).

No contexto de disputas pelo poder político e no anseio de aproximar o Brasil das nações “civilizadas”, várias instituições científicas e culturais foram criadas. As primeiras, com a chegada da família imperial, foram as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, inauguradas já em 1808, por D. João VI. No contexto do Primeiro Reinado (1822-1831), foram criadas a Academia Imperial de Belas Artes (1826) e as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (1827) e, durante o período regencial, o Colégio Pedro II (1837), além do IHGB e do Arquivo Público do Império (ambos em 1838).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu do interior da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), idealizada em 1820, mas instalada somente em 19 de outubro de 1827, funcionando até 1904, quando foi incorporada ao *Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro*, transformado depois em *Centro Industrial do Brasil*. Entre 1833 e 1892 foi publicado o seu periódico, *O auxiliar da Indústria Nacional*, cuja missão seria “vulgarizar conhecimentos úteis à lavoura e às demais atividades produtivas nacionais” (SILVA, 1989, p. 11).

Na sessão do dia 18 de agosto de 1838 da Sociedade Auxiliadora, o cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário adjunto e o primeiro-secretário, marechal Raimundo José da Cunha Matos, propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico. No dia seguinte, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em 25 de agosto, o cônego propôs que fossem convidadas algumas personalidades políticas para serem os sócios-fundadores. Proposta igualmente aprovada. Marcada a Assembleia Geral para 21 de outubro, às 11 horas da manhã, reunidos no salão da SAIN, sob a presidência do marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que dirigia essa instituição, foi declarado fundado o Instituto, contando com 27 sócios. Ato contínuo, foram escolhidos para servirem interinamente como presidente e primeiro e segundo-secretários, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o médico Emílio Joaquim da Silva Maia, respectivamente.

Arno Wehling (1983) observa que se torna compreensível a idealização do Instituto no interior da SAIN, cujos integrantes são vinculados à nascente cafeicultura fluminense, dependente do

trabalho escravo. O movimento regressista seria uma reação às medidas do regente Feijó, favorável à abolição e ao desligamento do Rio Grande do Sul, então República de Piratini, do Estado brasileiro. A proposta de criação do IHGB veio da aliança entre a elite política moderada e o grupo cafeeiro da província do Rio de Janeiro. Conforme José Murilo de Carvalho, a sede da Corte se constituiu por uma combinação de burocratas, formados na longa tradição absolutista portuguesa, e pelos principais teóricos e implementadores da política centralizadora, proprietários de terras, nesse caso, os preocupados com o mercado externo e os comerciantes prejudicados pelas agitações urbanas “socialmente perigosas” (CARVALHO, 2006, p. 219-220).

Porém, isso não significou que essa elite fosse monolítica, conforme já advertira o mesmo José Murilo de Carvalho em *A construção da ordem* (2006). Havia divergências intraelite. O cônego Januário, por exemplo, ao tratar da temática da escravidão, em um programa histórico sorteado na sessão de 4 de fevereiro de 1839, deixava bem claro o seu posicionamento: “Não sou patrono da escravidão, nem dos índios, nem dos negros; e por isso considero a liberdade como um dos melhores instrumentos da civilização dos povos.” (BARBOSA, 1839a, p. 123).

Apesar de suas palavras, o cônego concluiu o mesmo documento dizendo que os negros não somente “embaraçam a civilização dos índios, como também retardam a nossa própria civilização” (BARBOSA, 1839a, p. 128).

Arno Wehling observa que temas problemáticos, como o da escravidão, mola propulsora do Império “civilizado”, eram sempre tratados de forma “moderada”, buscando solucioná-los a partir de critérios evolucionistas e não com o liberalismo radical de uma ruptura (WEHLING, 1983, p. 16). Permaneceria a contradição, tão característica da Monarquia: difundir a “civilização”, mas sem abrir mão da ordem preestabelecida. Ordem essa que implicava a garantia da continuidade das relações entre senhores e escravos, preservando a integridade territorial do Império e do regime monárquico constitucional.

Portanto, cabia às instituições legitimar o projeto de Nação, no qual o Instituto Histórico seria o lócus privilegiado para se vasculhar os indícios de sua implementação, pois representava, através de seu quadro social, uma estreita relação com a burocracia imperial e o poder central. Quase a metade dos sócios-fundadores foram formados na Universidade de Coimbra. Sendo que nove escolheram a carreira jurídica. Dos 27 sócios que se reuniram no dia 21 de outubro de 1838, pelo menos 18 ocuparam cargos políticos, à época ou num futuro bem próximo, seja como conselheiros de Estado, seja como senadores, seja como deputados. Outro fator de destaque é que muitos desses homens de Estado eram proprietários de terra e, conseqüentemente, possuidores de escravos. Há oito sócios nascidos ainda em Portugal, fato que suscitará tensões quanto à nacionalidade, mesmo que o “ser brasileiro” estivesse então associado não ao local do nascimento, mas ao amor à pátria e ao amor às letras. Temos, também, quatro professores, um da Academia Militar e dois do Colégio Pedro II, além do cônego Januário, professor público de Filosofia Racional.

Ao longo do ano de 1839, ingressaram mais 21 sócios efetivos e 11 honorários, perfazendo um total de 46 membros.³⁰ A classe dos efetivos passou a contar, dentre outros, com Euzébio de

30 LISTA dos membros do Instituto Historico e G. Brasileiro do qual é protector S. M. I. o Senhor D. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 156-158, 1839.

Queiroz Coutinho Matoso Câmara, que viria a ser ministro da justiça, senador e deputado; conselheiro Diogo Duarte da Silva; Felix Emile Taunay, diretor da Academia Imperial de Belas Artes e preceptor de Pedro II; o senador João Vieira de Carvalho — conde de Lages — à época, ministro da guerra e o conselheiro Candido Baptista de Oliveira, titular das pastas dos ministérios da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros.

Entre os sócios honorários, figuraram personalidades, como o próprio Regente do Império, senador Pedro de Araújo Lima; Eugene de Monglave, secretário perpétuo do *Institut Historique de Paris*; o botânico Karl Phillip von Martius e os marqueses de Maricá, Paranaguá, Baependi e São João da Palma, todos senadores do Império. Os dois primeiros foram também conselheiros de Estado e o último, mordomo-mor da Casa Imperial.³¹

Tamanha concentração de representantes do alto escalão da política, muitos deles responsáveis pela educação do imperador, fez com que as reuniões do Instituto mais parecessem reuniões do Conselho de Ministros (GUIMARÃES, 1995). Na sessão de 19 de janeiro de 1839, Ataíde Moncorvo propôs como sócios correspondentes todos os agentes diplomáticos brasileiros e, em 4 de abril de 1839, surgiu, ainda, a proposta de envio de título de membros correspondentes a todos os presidentes das províncias, cumprindo à risca a proposta de seus estatutos.

Assim, não é de se estranhar que, em 4 de maio de 1839, o primeiro-secretário perpétuo, propusesse que fosse solicitado ao corpo legislativo um subsídio para ajudar nas despesas do Instituto. Sua petição foi imediatamente aprovada e remetida a uma comissão especial, composta de Aureliano Coutinho, que assumiria a pasta do ministério das Relações Exteriores no ano seguinte e Araújo Viana, que então presidia da Câmara dos deputados. Em 1839, na primeira Sessão Aniversária, o primeiro-secretário já noticiava o “bom acolhimento” da proposta por parte do governo imperial e das Câmaras Legislativas, cuja receita recebida fora suficiente para cobrir as despesas, assim como agradecia a presença de ministros do Império e do regente Pedro de Araújo Lima (BARBOSA, 1839b, p. 220).

Outra proposta surgiu, dessa vez, na Sessão Extraordinária do dia 7 de junho, na qual José Silvestre Rebello sugeriu que se pedisse ao corpo legislativo autorização para o ministro dos Negócios Estrangeiros, no caso o Conselheiro Candido Baptista de Oliveira, enviar um adido à Espanha e a outros países a fim de copiar manuscritos importantes relativos ao Brasil.³² Aureliano Coutinho mediou o pedido de autorização por parte do governo de Portugal para que se pudesse também copiar dos seus arquivos os documentos interessantes à história do Brasil.³³ Essas propostas foram aprovadas de imediato pelo governo e, desde 1839, o Instituto manteve adidos para percorrerem os arquivos no exterior.³⁴ Nos primeiros anos, os interesses do grupo áulico de abrir um acesso direto à Quinta da Boa Vista se materializaram, por meio da conquista de espaço pelo caminho das letras, já que o itinerário ao Paço Imperial estava comprometido com a presença de Vasconcellos.

31 LISTA dos membros do Instituto Historico e G. Brasileiro do qual é protector S. M. I. o Senhor D. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 157-158, 1839.

32 ATA da 14ª sessão, em 07/06/1839. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 150-151, 1839.

33 ATA da 54ª sessão, em 23/12/1840. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 2, p. 535, 1841.

34 Dentre os nomes que percorreram esses arquivos, estão: José Maria do Amaral (1839-1842); Francisco Adolfo de Varnhagen (1842-1847); Antonio Gonçalves Dias (1854-1856); João Francisco Lisboa (1856-1863); novamente Gonçalves Dias (1864) e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1852-1861).

No final do primeiro ano, foi implementada a proposta de conferir a todos os presidentes das associações, com as quais o Instituto mantinha correspondência, o título de membros honorários e a seus secretários, de membros correspondentes, conforme a deliberação estabelecida na reunião da Assembleia Geral de eleição.³⁵

Na sessão de 21 de junho de 1841, entrou em discussão a proposta da Comissão de Estatutos, para que se criasse uma nova classe de sócios com o título de presidentes honorários, conferidos aos príncipes da família imperial brasileira e aos soberanos e príncipes estrangeiros. A indicação foi aprovada de imediato, e o Instituto deliberou que o primeiro-secretário levasse a decisão ao conhecimento do governo imperial. Esse aditivo aos Estatutos foi aprovado pelo imperador, conforme se noticiou na sessão subsequente.³⁶

Ao final do primeiro volume da *Revista*, tem-se mais uma lista dos membros honorários e correspondentes. Dentre os honorários, havia figuras como Manuel Inácio Pinto Coelho, o marquês de Itanhaém, tutor do imperador, o barão de Humboldt, o visconde de Chateaubriand e o general José Inácio de Abreu e Lima.

Sobre as categorias de sócios, cabe um breve comentário: havia, no IHGB, várias tipificações: os *efetivos*, que residiam na Corte, os *correspondentes*, que poderiam ser brasileiros ou estrangeiros, e os *honorários*. Estes também poderiam ser nacionais ou estrangeiros, porém, somente conferidos a pessoas de “avançada idade, consumado saber e distinta representação”, ficando dispensados dos encargos ordinários a que estavam sujeitos os outros sócios.³⁷

O Instituto admitia seus sócios tendo como único critério a representatividade social. Dispensava-se a apresentação de qualquer trabalho, fato que foi modificado na reforma dos Estatutos de 1850. Desde então, passou-se a exigir, como condição de admissão, a apresentação de um trabalho nas áreas de História, Geografia ou Etnografia; com isso, o pretendente deveria demonstrar possuir certa suficiência literária. Isso porque, passados os anos iniciais no qual o principal papel do IHGB foi de depositário de documentos sobre o Brasil, seria necessário priorizar a escrita da História Geral, conforme anunciou o cônego Januário nas primeiras reuniões.

Joaquim Manuel de Macedo, primeiro-secretário de 1853 a 1856, chamou a atenção, na Sessão Aniversária de 1853, justamente para a desproporção entre a publicação de manuscritos antigos e a dos trabalhos dos membros do Instituto (MACEDO, 1853).

Logo após a morte de Januário da Cunha Barbosa, ocorrida em 1846, a mesa diretora pediu a Manoel Ferreira Lagos, nomeado primeiro-secretário interino, que apresentasse uma relação de todas as comissões ou sócios que estivessem com trabalhos atrasados.³⁸ Apresentadas essas relações, foram tomadas decisões a fim de resolver definitivamente a questão.³⁹

A morte de Januário, seguida pela do visconde de São Leopoldo e do príncipe D. Afonso, em 1847, parecem ter proporcionado uma profunda letargia no IHGB. Os encontros que cada vez reunia

35 ATA da 26ª sessão, em 10/11/1839. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 367, 1839.

36 ATA da 66ª sessão, em 01/07/1841. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 3, p. 348, 1841.

37 EXTRACTO dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 22-23, 1839.

38 ATA da 146ª sessão, em 18/03/1846. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, p. 156, 1846.

39 ATA da 150ª sessão, em 04/06/1846. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, p. 296, 1846.

um menor número de sócios fizeram com que, a partir da sessão de 3 de julho de 1847, constasse em Ata o número dos presentes e foi aprovada uma proposta que passava as reuniões quinzenais para semanais, sempre às quintas-feiras, não sendo dia feriado. Todos esses mecanismos visavam cobrar dos sócios um efetivo compromisso com a instituição. Por outro lado, muitos sócios estavam com as mensalidades atrasadas.

Os anos iniciais, sob o comando do cônego, pareciam estar em largo contraste com o marasmo dos últimos anos da década de 1840.

Essa letargia contrastou com o estado de euforia que tomou conta do Instituto a partir de 15 de dezembro de 1849, uma data que se tornou marco do renascimento da instituição. Trata-se da entrada repentina na sala de reuniões do jovem imperador, então, com 24 anos. Ao que tudo indica, era uma resposta à situação em que se encontrava a agremiação: atrasos e desânimos. De imediato, imprimiu-se um recado que o monarca em pessoa transmitiu àqueles que deveriam ser os artífices da História Geral do Brasil:

Sem duvida, Srs., que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço que tambem no novo merecem as applicações da intelligencia; mas para que esse alvo se attinja perfeitamente, **é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente**, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da sciencia é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, util, e já difficil empreza, erijamos assim um padrão de gloria á civilisação da nossa pátria.⁴⁰ (grifo nosso).

D. Pedro II, após indagar sobre as finanças do Instituto, distribuiu vários Programas Históricos para alguns sócios. Esses Programas versavam sobre temas para serem discutidos nas sessões. Muitos deles, os mais polêmicos, não foram publicados na *Revista*.⁴¹ O clima de euforia do grêmio só não foi maior devido à epidemia de febre amarela que vinha assolando a Corte desde o ano anterior.

A partir desse divisor de águas, uma espécie de renascimento envolve a instituição; as palavras pronunciadas pelo monarca serão exaustivamente repetidas, principalmente nas Sessões Magnas Aniversárias. Isso leva a pensar em um novo momento para o IHGB. Momento esse que pode ser extensivo, também, para o Império. O ano de 1848 marcou o fim da última revolta contra o regime, a Praieira, ocorrida em Pernambuco, além dos afastamentos de Aureliano de Oliveira e Souza Coutinho e de Paulo Barbosa da Silva das suas funções no Paço Imperial.

O imperador poderia, agora, uma vez que se viu livre dessas duas personagens, dedicar-se a transformar o Segundo Reinado “digno dos elogios da posteridade”, conforme seu pronunciamento na sessão de 15 de dezembro de 1849. Sua autoconfiança pôde ser evidenciada, inclusive, na nomeação de Pedro de Araújo Lima, regente em 1837, agora agraciado com o título de visconde de Olinda, para um dos ministérios. Araújo Lima, nome outrora muito representativo pelo peso político, voltava a ingressar no complexo jogo político, cujo comando figurava-se agora na pessoa do imperador.

40 ATA da 212ª sessão, em 15/12/1849. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 12, p. 552, 1849.

41 Conferir: DIAS, 2009.

O processo de consolidação do Estado imperial estava finalizado em 1853, ano do ministério da conciliação. O Instituto, agora sob augustos olhares, além da imediata proteção, pode ser analisado, a partir desse momento e apesar das tensões internas, como um veículo das ideias da Monarquia, representada pela figura do imperador. O periódico do IHGB continuaria a ser um instrumento que sugeriria temas, personagens e metodologias para a escrita da tão almejada História Geral do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATA da 14ª sessão, em 07/06/1839. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 150-151, 1839.

ATA da 26ª sessão, em 10/11/1839. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 367, 1839.

ATA da 66ª sessão, em 01/07/1841. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 3, p. 348, 1841.

ATA da 54ª sessão, em 23/12/1840. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 2, p. 535, 1841.

ATA da 146ª sessão, em 18/03/1846. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, p. 156, 1846.

ATA da 150ª sessão, em 04/06/1846. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 8, p. 296, 1846.

ATA da 212ª sessão, em 15/12/1849. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 12, p. 552, 1849.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brazil desde os tempos coloniaes até o começo do actual reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 48, p. 265-327, 1885.

BARBOSA, Januario da Cunha. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização de nossos indígenas, dispensando-lhes, o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso qual é o prejuízo que sofre a lavoura brasil? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 123-129, 1839a.

BARBOSA, Januario da Cunha. Relatório do secretario perpetuo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 212-221, 1839b.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura brasileira*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. v. II.

CARRARO, Elaine Cristina. *O Instituto Histórico de Paris e a regeneração moral da sociedade*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Paulo Pereira de. Política e administração de 1840-1848. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel, 1985. p. 9-67. v. 2.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora

UNESP, 2007.

DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

EXTRACTO dos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 22-23, 1839.

FERREIRA, José Henriques. Sumario da Historia do descobrimento da cochonilha. *O Patriota, jornal litterario, politico, mercantil, &c*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-6, p. 3-13, 1814. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1274>. Acesso em: 25 ago. 2011.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 388, p. 445-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o Romantismo: as tensões sobre a escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 68-85.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta 1500-2000: a experiência Brasileira*. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000. p. 127-175.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

LISTA dos membros do Instituto Historico e G. Brasileiro do qual é protector S. M. I. o Senhor D. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 156-158, 1839.

LISTA dos membros do Instituto Historico e G. Brasileiro do qual é protector S. M. I. o Senhor D. Pedro II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 120-158, 1839.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Relatório do Primeiro Secretario. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 16, p. 563-600, 1853.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Relatório do secretario perpetuo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 17, p. 3-51, 1854.

MATOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MENDES, Luís César Castrillon. *Publicar ou Arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

NITHEROY, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. t. I e t. II. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700045/nitheroy.htm. Acesso em: 25 ago. 2011.

PEDROSA, Fábio Mendonça. A Academia Brasileira dos Acadêmicos Esquecidos e a História Natural da Nova Lusitânia. *Revista da SBHC*, [s. l.], n. 1, p. 21-28, 2003. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=168. Acesso em: 10 out. 2011.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *O Instituto Histórico Brasileiro é o representante das idéias da Ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram neste continente*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 61-77, 1839.

PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavaleiros ou da nação Guaykuru, escrita no Real Presídio de Coimbra... — ano de 1795. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 1, p. 25-57, 1839.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. *O amor da pátria, o amor das letras: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2001.

SILVA, José Luiz Werneck da. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico. In: WEHLING, Arno (coord.). *Origens do IHGB: ideias filosóficas e sociais e estrutura de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989. p. 11-20.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 338, p. 7-16, 1983.

ESBULHO E VENDAS DE TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO: OS CASOS DENUNCIADOS POR HÉLIO JORGE BUCKER NO RELATÓRIO FIGUEIREDO (1964-1967)

Gabriela Prates Paes da Silva

Loiva Canova

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar, por meio da leitura do Relatório Figueiredo, especificamente o volume XVI, no trato às informações contidas a respeito da 6ª Inspeção Regional de Mato Grosso, os casos de esbulho de terras dos povos indígenas territorializados no estado de Mato Grosso. O recorte temporal analisado está centrado entre os anos de 1964 e 1967, em que houve maior incidência de esbulho e vendas de terras dos territórios dos Cinta Larga, dos Nambikuara, dos Pareci, dos Xavante, dos Erikpatsa, dos Apiacá e dos Irantchi. As denúncias dos crimes contidas no Relatório Figueiredo devem ser conhecidas pela sociedade brasileira, a fim de tornar mais incisivas as políticas públicas direcionadas a essas populações, visto que mais de 8 mil indígenas foram vítimas de violência durante o Regime Militar, dentre tais violências, a perda de suas terras.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta informações contidas no Relatório Figueiredo sobre casos de esbulho e vendas de terras das populações indígenas de Mato Grosso. Os casos foram relatados por Hélio Jorge Bucker, agente do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em depoimento à Comissão de Inquérito presidida pelo procurador Jader Figueiredo no ano de 1967. O relato tratou sobre os casos de espoliação e vendas de terras indígenas promovidas por grupos que compunham, no período, a elite mato-grossense em consonância com grupos políticos e econômicos nacionais e internacionais. Foram denunciados políticos de destaque, funcionários públicos, figurões da elite cuiabana e representantes do mais alto escalão do SPI.

Hélio Jorge Bucker é personagem importante para a análise. Nascido em Campo Grande, no ano de 1922, foi funcionário do SPI, assumindo a função de chefe de posto indígena em São Paulo, Mato Grosso e Bahia. Entre as ações que empreendeu no exercício de suas funções, Hélio Bucker projetou e propôs a criação de reservas para alguns povos originários, dentre os quais: os Cinta Larga, os Nambikuara, os Pareci, os Xavante, os Erikpatsa, os Apiacá e os Irantche.

Sua ação e seu depoimento trazem informações sobre o período estudado, que corresponde ao contexto da Ditadura Militar, instalada no Brasil em 1964 por meio de um Golpe; período em que a gestão do SPI ficou sob a responsabilidade dos militares. O SPI esteve em funcionamento durante 57 anos — entre 1910, data de sua fundação, até seu término, em 1967, quando a política indigenista foi substituída pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por denúncias de corrupção.

Os povos que atualmente se encontram em Mato Grosso são as populações que sobreviveram, resistiram e resistem ainda hoje aos enfrentamentos constantes com os grupos locais. No estado de Mato Grosso, são mais de quatro dezenas de etnias que passam por conflitos para defender suas terras e culturas, honrando seus esforços em manter seus territórios e saberes tradicionais ou essências culturais, tais como suas línguas, até nossos dias. Vivem em contínuas negociações com as

políticas e os resultados dos que agenciam o avanço das fronteiras da colonização, hoje ainda mais complexa pelos interesses dos agentes colonizadores do agronegócio.

De acordo com Lauren Logsdon (2014), a população indígena está distribuída em 48 etnias, totalizando 43.226 pessoas, passando por diferentes períodos da história nacional, sempre como a face mais obliterada do jogo de interesses, na maioria das vezes, vista como a própria representação do indesejado ou, na melhor das hipóteses, como aqueles que deveriam ser “civilizados”, assimilados, incorporados ou integrados à dinâmica social e, dessa forma, na prática, seus modos particulares de vida e seus territórios não são respeitados.

De acordo com Beatriz Perrone-Moisés (1998) e Manuela Carneiro da Cunha (1992), no período colonial, políticas indigenistas tornaram os povos originários alvos da guerra justa, dos descimentos, da escravidão e da cristianização em aldeias missionárias. No período imperial e no decorrer da República, além dessas, outras políticas indigenistas foram assumidas pelos agentes públicos e tiveram como projeto a assimilação e a integração dos indígenas à sociedade brasileira, diretriz que previa levá-los ao fatídico processo de “civilização”, que promoveu etnocídio e outros problemas de ordem socioambiental e política para os diferentes povos ambientados na Amazônia brasileira.

A partir dessa perspectiva, o texto foi escrito na seguinte ordem: na primeira parte, é apresentado um breve histórico do Serviço de Proteção aos Índios, que se tratou da contextualização da política indigenista da República. No segundo item, narra-se o contexto a respeito da Ditadura Militar, como período de acirramento de ações predatórias em relação às populações indígenas, e acrescentaram-se informações sobre o Relatório Figueiredo, que representa uma das mais importantes fontes de estudos científicos em tempos recentes para reflexão sobre as questões indígenas. A última parte trata especificamente das denúncias feitas por Hélio Jorge Bucker, permitindo refletir sobre a questão: como se deram o esbulho e a venda de terras dos povos indígenas em Mato Grosso, entre os anos de 1964 e 1967? A pergunta será respondida a partir da leitura do Relatório Figueiredo, especificamente o volume XVI, quanto às informações contidas em relação à 6ª Inspeção Regional de Mato Grosso, com o cruzamento de leituras contextuais do período apresentadas no decorrer do texto.

Para a análise conceitual, foram usadas as explicações do sociólogo Michael Pollak (1989), por possibilitarem a compreensão dos mecanismos usados pelo Estado e por demais agentes interessados no silenciamento e esquecimento das problemáticas que devem ser lembradas, para, assim, torná-las instrumentos de luta para a conquista de direitos. De acordo com o autor, é preciso refletir sobre as “memórias subterrâneas de uma sociedade” (POLLAK, 1989, p. 2), nesse caso, sobre as sociedades indígenas, pois, conforme o Relatório Figueiredo, “afloram em momentos de crise subvertendo a ordem estabelecida por uma memória oficial coletiva, se estabelecem conflitos e a fiabilidade da memória oficial entra em xeque” (POLLAK, 1989, p. 2).

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI): UM BREVE HISTÓRICO

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1992), o contexto político de instalação do SPI foi um momento bastante conturbado por consequência das fortes agitações que ocorriam dentro e fora do país em torno da questão indígena. Em 1908, ano que antecede a fundação oficial do SPI, o Brasil foi publicamente acusado de massacre às populações indígenas no XVI Congresso dos Americanistas, sediado em Viena. Sabe-se que a fundação do SPI resultou de debate político ocorrido entre 1908 e 1910 contra a pretensão de aniquilamento de populações indígenas caso houvesse algum tipo de resistência ao processo de “civilização”, diretriz governamental da política republicana, que também foi destinada aos povos indígenas da nação.

Como consequência das questões que permeavam o contexto do período, ocorre a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), oficialmente inaugurado em 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº 8.072. A política de administração dos indígenas foi formalizada pelo Código Civil Brasileiro, em 1916, e pelo Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928, que estabelecia a relativa incapacidade jurídica dos povos indígenas e o poder de tutela ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), fortemente alicerçado na figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e de outros membros do apostolado positivista do Brasil.

Segundo Rodrigo Lins Barbosa (2016), o encarregado do comando do órgão, Marechal Cândido Rondon, e seus demais integrantes foram incumbidos de organizar e gerenciar as ações do aparelho indigenista, com a finalidade de protegê-los e integrá-los à sociedade nacional. Nesse projeto de promover a “civilização” dos indígenas por meio da fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão de obra encontrada pelas expedições oficiais (Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910), havia o intuito de transformá-los em trabalhadores nacionais, voltados aos trabalhos da lavoura, à agropecuária e a outros ofícios que deveriam aprender nas aldeias. “O órgão tinha ainda o objetivo de criar centros agrícolas e de dar assistência aos indígenas, que seriam transformados em ‘trabalhadores nacionais’, isto é, camponeses assentados em áreas de colonização oficial” (BARBOSA, 2016, p. 45).

Conforme explica Antônio Carlos de Souza Lima (1992), o SPI era a idealização da filosofia positivista que compunha a corrente ideológica na qual se encontravam imersas as ações dos agentes representantes do órgão. Nela, assentou-se a ideia de que o indígena era um ser em estado transitório, e seu destino, conseqüentemente, era tornar-se um trabalhador rural ou proletário urbano, sendo esse processo incumbido pelos agentes militares do SPI. Aos militares, coube o trabalho de salvar a nação por meio de uma “missão civilizadora” capaz de transformá-los em “trabalhadores nacionais”, fundamentalmente os povos indígenas que estavam com seus territórios considerados à “margem” da nação. Essa política foi orientada no sentido de impor um sistema de transformação dos indígenas em indivíduos considerados produtivos, além de ser possível controlá-los e administrá-los a partir do centro de poder, tornando-os engajados nesse mesmo esforço.

Esse dispositivo, conforme descreve Barbosa (2016), partia da adoção de uma visão paternalista pelo Estado, em que o indígena era considerado um sujeito que deveria ser tutelado. O

SPI serviria como um mediador para os povos nativos conseguirem inserir-se na “comunidade nacional”. De outro lado, os povos indígenas foram tidos como menores de idade, que necessitavam da tutela do Estado para, no processo transitório, serem posteriormente promovidos a trabalhadores nacionais.

A ação tutelar empregada pelo SPI já trazia em suas bases teóricas, conforme aponta Barbosa (2016), um conceito reducionista de indígenas bastante característico do período, quando a sociedade não indígena era sempre encarada como superior, espelho de organização social no qual as sociedades indígenas deveriam se transformar por meio da intervenção das atividades do órgão tutelar.

Ao longo de sua estendida atuação, o SPI passou por diferentes contextos históricos. Nos anos 1930, a política indigenista sofreu modificações e por isso tornou-se mais centrada na expansão do capital e no desenvolvimento de uma política econômica para o campo. Durante o Estado Novo, o então presidente Getúlio Vargas acelerou os processos de expansão territorial nas regiões norte e centro-oeste do país, ainda pouco exploradas pela abrangência do capital, onde se acreditava ser crucial o poder tutelar do Estado sobre os povos indígenas como principal mecanismo de estabelecimento de limites espaciais para essas populações.

Seguindo a ótica de poder tutelar, os postos do SPI estabeleceram limites às populações indígenas e determinaram os espaços a serem ocupados, em uma rede de vigilância e controle, num sistema hierárquico e de ação militar. Assim, a atuação do Estado não foi de reconhecer a autonomia territorial dos indígenas ou de respeitar a identidade diferenciada desses povos e, muito menos, da manutenção dos seus costumes. O poder tutelar exercido pelo Estado por meio do SPI terminou por estereotipar os povos indígenas e codificá-los como parte integrante de um sistema voltado aos interesses econômicos. (BARBOSA, 2016, p. 65).

Durante 57 anos de atividades, o SPI teve uma trajetória constantemente marcada pelos ideais originários do indigenismo, que, em sua base, tinha o controle tutelar sobre os povos indígenas com o intuito de manter o comando sobre seus territórios e subordiná-los aos interesses do desenvolvimento político e econômico da nação por meio de ações de controle e policiamento de seus costumes tradicionais. O ideal era fazer os indígenas seguirem as leis, os costumes e os hábitos socioculturais dos não indígenas, tais como: andar vestidos, aprender a tocar instrumentos musicais ocidentais, adotar a religião católica cristã, aprender ofícios e as lides domésticas, além de adquirir ideais e valores, como os de bravura, calma, coragem e disciplina militar. Tudo isso era imposto na vida das aldeias e em outros espaços de convivência.

Contudo, apesar de teoricamente a atuação dos agentes desse serviço parecer puramente técnica e haver ainda formatos diferentes de atuação ao longo de sua longa existência, tendo tido em seu quadro de profissionais figuras proeminentes no campo da Antropologia e do estudo da relação com povos indígenas, como Heloísa Alberto Torres, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, entre outros, as discontinuidades entre intenções dos estudiosos dessa área e o projeto de assimilação dos povos originários pretendidos pelo ideário político-nacional levaram a uma constante retomada dos padrões de atuação iniciais do serviço.

Na década de 1960, o SPI havia passado por algumas mudanças estruturais em sua organização,

que estavam amparadas em um novo modelo de atuação, dispendo de Diretoria e de uma sede com três seções subordinadas à Diretoria: Seção de Estudos; Seção de Administração; e Seção de Orientação e Assistência. Ademais, havia 9 inspetorias regionais e 120 postos indígenas situados em 20 estados brasileiros. Apesar da forma de organização setorizada e distribuída, os postos indígenas estavam constantemente sob domínio de figuras imersas em um contexto que mesclava interesses pessoais, econômicos e políticos, o que acarretou diversas acusações de corrupção, ineficiência, desvio de patrimônio e até mesmo genocídio de indígenas cometido por esses agentes.

Um crescente número de notícias que denunciavam atuações arbitrárias de agentes do SPI era veiculado nos meios de comunicação, dentro e fora do país. Em meio a esse contexto, foi instaurada uma primeira Comissão de Inquérito para apurar denúncias datadas do ano de 1963.

Por conta das disparidades de visões, do desinteresse da união em repensar as políticas destinadas às populações indígenas e da contínua falta de recursos, o órgão entrou em declínio. Foi desligado somente em 1967, em plena Ditadura Militar, num período marcado por denúncias contra funcionários do SPI, dentre eles, pessoas ligadas a cargos de chefia de postos indígenas, agentes da direção do SPI e demais funcionários. Foi nesse contexto de denúncias que o Relatório Figueiredo foi elaborado.

A DITADURA MILITAR E O RELATÓRIO FIGUEIREDO

O Golpe Militar marca uma série de acontecimentos ocorridos no Brasil a partir de abril de 1964. Nesse contexto político, os militares anunciam a tomada das rédeas do país depondo o então presidente da República João Goulart por meio de articulações políticas anteriormente estabelecidas entre o alto comando do exército e setores importantes da sociedade política e empresarial do país, em completa articulação com os Estados Unidos da América, interessados em explorar o potencial econômico do Brasil.

Para Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Miguel Starling (2015), o projeto de desenvolvimento econômico dos ditadores tinha por pretensão promover o avanço do capital norte-americano, reduzir o papel do Estado e elevar o crescimento da economia por meio de programas de investimento estrangeiro e de incentivo das riquezas exportáveis pela desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar.

A partir do Golpe de 1964 e no processo da instauração da Ditadura Militar, um novo modelo econômico foi estabelecido no país em consonância com as demandas do capital estrangeiro visando acelerar o desenvolvimento da economia e submetê-lo aos interesses internacionais. Nesse contexto, grandes empreendimentos passaram a ser construídos no Brasil, principalmente nas regiões consideradas periféricas. Os militares desenvolveram projetos em grande escala, com o intuito de integrar a nação brasileira de norte a sul e de leste a oeste por meio de rodovias. O Brasil foi transformado num canteiro de obras, dentre as quais a mais significativa foi o projeto da rodovia Transamazônica, que possibilitou a construção de uma estrada gigantesca com quase 5 mil quilômetros, atravessando a região de leste a oeste. Essa rodovia cortou a Amazônia brasileira, trazendo consequências gravíssimas aos indígenas que ali estavam e estão territorializados (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Rodrigo Lins Barbosa (2016), em sua pesquisa intitulada *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*, analisou que os gigantescos projetos de mineração, rodoviários e de pecuária, planejados para atravessar o território dos indígenas a partir da primeira metade da década de 1960, foram financiados por grandes bancos estrangeiros, empresas e instituições internacionais de empréstimo, além de ter havido fornecimento de crédito e isenções fiscais por parte dos governos locais.

As principais regiões escolhidas para aplicação dos investimentos provenientes dos primeiros anos do Golpe Militar no Brasil foram as regiões norte e centro-oeste do país, delimitadas como Amazônia Legal. Nessas regiões, foram construídos os empreendimentos financiados por recursos externos, com o propósito de explorar as riquezas naturais e para levar o defendido projeto do progresso a tais espaços (BARBOSA, 2016).

É importante destacar que, após o Golpe Militar de 1964, o Brasil foi governado por um regime autoritário e repressor, na perspectiva econômica do desenvolvimentismo e do expansionismo presentes nas regiões do norte e centro-oeste. Como consequência dessa política imposta pelos ditadores, multiplicaram-se os crimes contra povos indígenas que resistiram e resistem na defesa de seus territórios, ameaçados pelos empresários e pelas empresas destes, pela abertura das rodovias, pela presença de seringalistas, fazendeiros e madeireiros (BARBOSA, 2016).

O ideal desenvolvimentista, incorporado com bastante veemência desde o Golpe Militar, nas bases de sua proposta, tinha o intuito de aglutinar as populações indígenas à dinâmica econômica do período. Seria esta a força “produtiva” e “integrada” ao modelo econômico e político-nacional do período. Os empréstimos do capital norte-americano proporcionaram ao governo brasileiro financiamentos para construção de estradas e portos, além de estudos das áreas da engenharia e mineração, e todas essas políticas e investimentos foram atozes às populações ambientadas na Amazônia.

Ao analisar as intervenções diretas da política dos militares em relação à gestão do SPI, foi possível observar que, devido ao Golpe Militar e às modificações estabelecidas nos quadros do serviço, e mesmo do modelo de desenvolvimento do período, os primeiros anos da Ditadura se apresentam como momento crucial de acirramento de ações predatórias em relação às populações indígenas. Foram elas que sentiram intensamente a aglutinação de grupos de poder em um período marcado pelas diversas práticas de violências.

As populações indígenas do estado de Mato Grosso sentiram diretamente a interferência do período político, econômico e social engendrado pelos militares, bem como das políticas de controle e de expansão econômica, que possibilitaram a abertura do país ao capital estrangeiro. Essas políticas facilitaram o desdobramento de ações inconsequentes perante o patrimônio dessas populações, especialmente nos anos 1960. Foi nessa década que os povos indígenas tiveram seus territórios disputados, ora pelo interesse de grupos privados, visando à usurpação de seus recursos territoriais, ora por grandes obras de infraestrutura, que dificultaram seus modos de vida.

Conforme relata a antropóloga Maria Fátima Roberto Machado (2009), os anos 1960 foram marcados por mudanças profundas na configuração dos territórios dos povos indígenas em Mato

Grosso. A partir dos governos de João Ponce de Arruda e Fernando Corrêa da Costa, o código de terras foi alterado, intensificando a política de venda de terras indígenas consideradas “devolutas”.

De acordo com Gislaene Moreno (2007), o governador Fernando Corrêa da Costa, ao assumir a direção do poder público no ano de 1951, trouxe, durante o seu mandato, inúmeras transformações na Lei de Terras do Estado. Construiu políticas de manobra em relação aos negócios de terra, de acordo com a legislação das diretrizes federais, “ocupação dos espaços vazios” e vendeu muitas terras indígenas para empresas privadas.

O discurso do governador nas mensagens governamentais à Assembleia Legislativa revela sua posição totalmente favorável à iniciativa privada, que teria competência de promover a valorização do território estadual: “O território mato-grossense constitui de fato o convite para a deslocação de uma fronteira, à espera de novos bandeirantes dotados de iniciativa, aparelhados de capitais e métodos modernos”. (MORENO, 2007, p. 113).

Essa afirmação de Moreno (2007) tem como base uma ampla pesquisa documental que a autora realizou no Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), que aponta para o fato de que Fernando Corrêa da Costa, governador do estado de Mato Grosso na época, foi diretamente acusado por esbulho de territórios indígenas em consonância com outros sujeitos interessados na tal política do período.

O SPI havia sido investigado por uma primeira CPI realizada em 1963, por meio de um trabalho que resultou em uma considerável quantidade de denúncias contra os agentes do órgão do Estado. Alguns agentes do SPI foram acusados de crimes, resultando em uma primeira experiência de investigação sobre ações arbitrárias cometidas pelos seus agentes ao longo de sua atuação até o ano de 1963.

Entretanto, essa primeira investigação não havia sido suficiente, e continuavam a ser veiculados em meios de comunicação do período informativos de massacres e de outros crimes. Fora do país, foram divulgadas notícias sobre ações criminosas contra os povos indígenas empregadas por agentes do SPI, chamando a atenção de organizações humanitárias, que pressionaram os representantes do governo brasileiro.

Foi então que, no ano de 1967, em pleno período ditatorial, foi instaurada outra Comissão de Inquérito a mando do então ministro do Interior, o general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, e presidida pelo procurador Jader de Figueiredo Correia. A finalidade era apurar outras denúncias de crimes e violações contra os povos indígenas e seu patrimônio cometidos pelos agentes do extinto SPI. O significativo conjunto documental resultante dessa segunda investigação ficou denominado Relatório Figueiredo, nome que faz alusão ao procurador Jader de Figueiredo.

A documentação resultante da primeira CPI de 1963 acabou sendo anexada ao conjunto documental produzido pelo procurador Jader de Figueiredo nos anos posteriores. Entretanto, os relatórios datados do ano de 1963 tinham uma peculiaridade: eram voltados especialmente às 1ª 5ª e 6ª Inspetorias Regionais, que correspondiam a investigações e denúncias realizadas nos anos que antecederam 1963.

O conteúdo desses itens trata dos crimes cometidos nos estados de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de São Paulo e do Amazonas. O volume XVI desse compêndio documental contém informações sobre as 5ª e 6ª Inspetorias Regionais, no qual estão as atas e os relatórios correspondentes às duas comissões que trataram de relatar os fatos acontecidos em Mato Grosso do Sul e no estado de Mato Grosso. Observa-se que, na data em questão, ainda não havia ocorrido a divisão do estado de Mato Grosso em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nos anos que antecederam o encontro do Relatório Figueiredo, parte da documentação do extinto SPI havia sido dada como perdida no incêndio ocorrido em 1967, que destruiu boa parte dos documentos, entre os quais, acreditava-se estar o Relatório Figueiredo. Contudo, em 2012, o vice-diretor do grupo *Tortura Nunca Mais/SP*, Marcelo Zelic, procurava documentos para servir de subsídio para as investigações da Comissão Nacional da Verdade nos arquivos transferidos de Brasília para o Museu do Índio, em 2008, e viu-se diante do volumoso conjunto documental resultante da investigação de 1967, assinado por Jader Figueiredo. Depois de ter passado quarenta anos desaparecido, o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito e a documentação do processo administrativo voltaram a ser noticiados nos jornais.

Conforme menciona Elena Guimarães, a trajetória dessa documentação foi carregada de nuances peculiares:

O relatório gerou grande comoção na opinião pública após sua divulgação, em abril de 2013, por trazer denúncias de massacres, torturas e crimes contra os indígenas. As revelações do relatório foram consideradas pela imprensa da época o “escândalo do século”. (GUIMARÃES, 2015, p. 7).

Entre denúncias de caçadas humanas promovidas com metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, inoculações propositais de varíola em povoados isolados e doações de açúcar misturado a estricnina, um veneno poderosíssimo, estão as de esbulho e vendas de terras dos povos indígenas (PALMAR, 2015).

Assim, o Relatório Figueiredo foi encontrado, contendo mais de 7 mil páginas dispostas em 30 volumes. É o resultado de um trabalhoso processo investigativo produzido ao longo de quase um ano de viagem feita pelos agentes da comissão, chefiada por Jader Figueiredo.

A comissão percorreu parte do território nacional passando por 90 postos e 5 das 8 Inspetorias Regionais existentes no período. O objetivo era coletar depoimentos de agentes do SPI e registrar suas respectivas práticas como funcionários do órgão. Depois de terem passado quarenta anos desaparecidos, o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito e a documentação do processo administrativo voltam a ser noticiados nos jornais. Para tematizar as denúncias de vendas de terras indígenas, foi apresentado parte do volume XVI do Relatório, em que há o depoimento de Hélio Jorge Buckler, possibilitando problematizar as denúncias dos casos de esbulho e vendas de terras indígenas em Mato Grosso.

O DEPOIMENTO DE HÉLIO JORGE BUCKER À CPI DE 1967 E OS CASOS DE ESBULHO E VENDAS DE TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO

O depoimento encontra-se registrado na página 3.780 e toma continuidade nas páginas seguintes no volume XVI do Relatório Figueiredo, o Termo de Inquirição, datado de 19 de novembro de 1967, redigido em Campo Grande, mais especificamente na sala da chefia da Inspeção Regional de número 5, onde compareceu o senhor Hélio Jorge Bucker, agente de indígena 6-B, ciente das razões de sua convocação e advertido das penas que poderia ocorrer por perjúrio, conforme disposto na documentação. Na ocasião, o depoente relatou que, durante dezesseis anos, foi funcionário do SPI, chefiando diferentes postos indígenas, e que também chefiou a 6ª Inspeção Regional de 1964 a 1967. Dentre outras funções que desempenhou, estava a de agente itinerante e, no período de seu depoimento, era chefe da 5ª Inspeção Regional. Em seu depoimento, o agente profere um relato que foi registrado pela comissão, indicando que “conhece uma série de irregularidades no SPI, dentre as quais se destaca as já denunciadas pelo depoente; que as maiores irregularidades que conhece no SPI dizem respeito ao esbulho das terras indígenas praticados por grupos políticos e econômicos” (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3.780).

No depoimento prestado à Comissão de Inquérito, o agente denuncia que o órgão estatal Comissão de Planejamento e Produção e o governador do estado de Mato Grosso, Fernando Correia da Costa, esbulhou além dos limites territoriais a terra indígena Thereza Cristina, do povo Bororo, localizado no município de Poxoréu. O governador dividiu a posse da terra entre seus parentes, amigos e correligionários políticos. O depoente relata o curioso fato de essa terra ter sido registrada como reserva indígena no ano de 1897, no decreto assinado pelo próprio pai do acusado, o governador Antônio Correia da Costa. A acusação está assim registrada:

[...] que os bororos foram expulsos mas estão reagindo, das suas terras no Município de Poxoréu; Que o responsável por esse esbulho é o órgão estadual COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO, da Secretaria de Agricultura de Mato Grosso; que os bororos da área de RE digo THEREZA CRISTINA, foram espoliados de suas terras apesar de possuírem decreto de reserva, dado pelo governo do Estado e demarcados pelo Marechal Rondon e aprovados pelo governador ANTONIO CORRÊA DA COSTA; em 27 de janeiro de 1.897; que o extraordinário no caso é ter sido o governador FERNANDO CORRÊA DA COSTA em digo quem destruiu o trabalho do doador, seu pai, o governador ANTONIO CORRÊA DA COSTA; que outro fato demonstrativo dos mais propósitos do governador FERNANDO é haver êle concedido digo concedido aos colonos uma área de 75 mil Has., quando a área indígena somente tem 75 digo 65 mil hectares; que, assim, os bororos ficaram devendo ainda aos colonos 10 mil hectares; que essas terras usurpadas foram concedidas a parentes, a políticos e até a juizes, como pode citar, por exemplo o nome dos ministros do tribunal de contas do Estado, MANUEL JOSÉ DE ARRUDA e JOÃO MOREIRA DE BARROS. (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3.782).

O depoimento de Hélio Jorge Bucker cita os responsáveis dos grupos envolvidos nos casos de esbulhos territoriais praticados contra os povos indígenas daquela região. Além disso, ao trazer as denúncias que o agente profere contra esses grupos, pode-se observar o quanto essas ações

estavam orquestradas entre os interessados em diferentes esferas de poder. Por meio da leitura do depoimento do agente, é possível identificar de que forma as terras formam fatiadas e distribuídas entre os envolvidos. Os acusados de usurpar as terras indígenas tinham à época influência nacional, como o major Luiz Vinhas Neves, diretor do SPI, e o senador Filinto Muller, acusados pelo depoente de facilitar as ações de esbulho de terras em instâncias superiores.

[...] encontra-se no diário da justiça do estado de Mato Grosso, edição de 15 de março de 1.966; que o senador FILINTO MULLER está implicado no esbulho de terras de THEREZA CRISTINA em virtude de sua interferência junto ao então diretor do SPI Major LUIZ VINHAS NEVES para que fosse sustada a ação impetrada para a garantia da propriedade indígena como prova os telegramas 169 de 09/05/66 e o S/N de 25/06/65; e o S/N de 25/06/65 [...] (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3.782).

Em um período que uniu um ideal de crescimento econômico e abertura para o capital econômico, grupos políticos e empresariais de significativa influência coligavam interesses para praticar ações criminosas contra o patrimônio das populações indígenas em Mato Grosso. Ao cruzar as informações do depoente e o contexto sociopolítico do período, compreende-se o quanto as populações indígenas foram alvo de interesses e de interessados que circundavam seus territórios.

[...] que sabe ainda que grupos econômicos do estado de São Paulo esbulharam cerca de 10 mil hectares de terras pertencentes aos índios Nambiquaras; que a área esbulhada está localizada entre os rios CARDOSO e PINDAITUBA, afluente do SARARÉ, no município de Mato Grosso; que as terras dos índios, PARECIS, está esbulhada por inescrupulosos que requerem títulos dessas áreas; que os índios TAPAIUNAS localizados a margem direita do rio MIGUEL DE CASTRO afluentes do rio ARINOS teve digo tiveram suas terras vendidas pelo Estadoa digo Estado ao grupo BRASUL, do Estado de São Paulo [...] (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3.783).

No decorrer do depoimento de Hélio Jorge Bucker, aparece um significativo número de denúncias envolvendo pessoas de influência na política regional, destacando o governador Fernando Corrêa da Costa. Além dos grupos políticos regionais, foram denunciados grupos econômicos nacionais, como o grupo BRASUL. Há uma narrativa da forma como foram tratadas as terras do Povo Cinta Larga na região do município de Poxoréu e a venda de suas terras para agenciadores dos Estados Unidos da América. Lê-se, também, que os indígenas da região sofriam periodicamente com incursões violentas, porque os interessados em suas terras tinham por finalidade o extermínio completo do grupo para mais facilmente agirem em prol dos próprios interesses.

[...] as terras dos ERIGNIPATZA, (CANOEIRO), ARAS, KAIABIS no rio dos PEIXES, CINTA LARGA na margem direita do CAPITÃO CARDOSO e cabeceiras do rio ARIPUANÃ; sofreram o mesmo processo que deu causa ao esbulho das terras dos PARECIS, sendo que no caso particular dos índios CINTAS LARGAS as terras foram vendidas a grupos NORTE AMERICANOS podendo atestar a veracidade desses fatos o senhor AMAURI SILVA, prefeito do município de ARIPUANÃ; que os CINTAS LARGA sofrem periodicamente o incurso de expedições punitivas que visam unicamente o extermínio de todo o grupo o seu afastamento da área que ocupa [...] (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, folha 3.783).

Diante dessa temática difícil e perigosa para ser mostrada ao público, entende-se que o período da Ditadura Militar no país ainda apresenta muitas zonas cinzentas, sendo difícil mensurar quantos grupos sociais foram de fato afetados pelos atos de exceção empregados por agentes estatais. Ao pensar a respeito desse momento tão emblemático da história de nosso país, temos as mais conhecidas abordagens que tratam das questões políticas que levaram ao Golpe ou mesmo à perseguição empregada contra os dissidentes do regime. No entanto:

As principais narrativas a respeito do golpe e do período militar não tiveram o índio como foco principal, o que poderia dar a impressão de que a política repressiva adotada em diversos momentos pelos militares passou em branco nas aldeias indígenas. Na realidade, poucos grupos humanos no país dependiam de forma tão direta da política dos militares para garantir sua sobrevivência quanto os índios. (VALENTE, 2017, p. 8).

A questão das violações cometidas contra os povos indígenas no período ditatorial é uma possibilidade de discutir o surgimento de memórias subterrâneas dos povos afetados pelos mais perversos crimes denunciados no documento em incipiente análise. Foi comprovado que mais de 8 mil indígenas foram vítimas de crueldades praticadas por agentes do poder público e de interesses privados. Diga-se, vítimas de violência física, psicológica, morte e corrupção (FLORES, 2017).

A questão indígena em nosso país e suas tantas problemáticas merecem estudos, sobretudo a partir de fontes documentais como a que aqui foi apresentada. A fonte citada tem sido abordada em diferentes perspectivas, por múltiplos cientistas e traz várias referências de crimes cometidos durante a Ditadura, que precisam ser conhecidos pelo povo latino-americano. Talvez, tenhamos tido uma das mais sanguinolentas ditaduras da América Latina, que aos poucos está sendo ressignificada a fim de minimizar o silêncio histórico referente ao assunto. Portanto, o documento aqui mostrado, em fragmento inicial de investigação, é uma tentativa de abordar a temática.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. (POLLAK, 1989, p. 6).

A memória e história oficial sobre esse recorte diz respeito aos acontecimentos ocorridos no estado de Mato Grosso e possibilita compreender que o período foi de desenvolvimento econômico para a região amazônica. Nesse período, ocorreram impactos violentos contra as populações indígenas e a recorrente expropriação de seus territórios, resultado dos projetos do avanço do capital incentivados e planejados pelos militares. A tentativa de silenciar as vozes e os interesses dos povos indígenas atendeu aos interesses de diversos agentes do Estado que insistem em suprimir direitos das populações indígenas. Os agentes dos poderes estatais e do capital não asseguraram os seus direitos, ampliando historicamente a prática colonial da apropriação de seus territórios originários.

Foram os indígenas em diferentes lugares do Brasil que pagaram com o sangue o legado do desenvolvimento econômico, legitimado pelos que governaram e governam o país. Aqui cabe a reflexão: “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p. 3).

Hélio Jorge Bucker delatou políticos e detentores do poder econômico em Mato Grosso como os usurpadores das terras dos Bororos da Reserva Theresa Cristina. Em seu depoimento à comissão de 1967, relatou casos de esbulhos de terras e apontou grupos regionais nacionais e até mesmo internacionais que se envolveram completamente em ações criminosas empreendidas contra o patrimônio dessas populações. Suas denúncias representam um significativo documento na construção da memória do contexto político do estado de Mato Grosso.

Levantar parte mínima, mas importante, das questões lidas no Relatório Figueiredo no contexto da Ditadura Militar trouxe a compreensão das mais atroz consequências às populações indígenas — povos que sofreram todo tipo de injustiça social e econômica em consequência dos interesses do capital e dos projetos que alavancaram a expansão econômica na Amazônia, nesse particular, no estado Mato Grosso.

Esbulhar terras indígenas e dividi-las, crime do qual foi acusado o governador Fernando Corrêa da Costa, são ainda ações recorrentes e permanentes que vêm sendo praticadas desde o período colonial. O depoimento do agente Hélio Jorge Bucker expressa as coalizões de interesses que, durante a Ditadura Militar, agiram contra o patrimônio das populações indígenas, especialmente no que diz respeito à utilização e posse dos territórios e à exploração dos recursos contidos no solo e subsolo de suas terras. Compreende-se que, para os povos indígenas, a terra é um recurso natural para a manutenção das suas práticas econômicas e representa o suporte dos sistemas de crenças e dos universos culturais, intensa e ricamente diversificados.

O período estudado representa, para o pesquisador, relações de enfrentamento na tarefa de desenvolver uma análise a respeito de uma temática que setores do Estado insistem em silenciar. Levantar essa questão que toca em grupos de interesse até hoje constituídos e ampliar a divulgação de mais uma das variadas formas de violência cometidas durante o período da Ditadura Militar no Brasil foi o principal objetivo deste capítulo.

As populações indígenas têm muito a nos ensinar; por isso seu modo de vida e as relações que estabelecem com o ambiente natural devem ser respeitados e conhecidos. São povos e territórios constantemente ameaçados pelos perversos projetos do desenvolvimento econômico em nosso país. De outro modo, podem ser considerados “gigantes da resistência”, ainda que representem uma das minorias mais ameaçada da população brasileira em detrimento do atual contexto político, que se mostra insensível ao patrimônio cultural e milenar dos povos indígenas do Brasil.

Trazer essas questões a público significa lembrar em discussões acadêmicas e em outros espaços de ensino e pesquisa que as populações indígenas devem ter seus direitos atendidos, pois o processo absurdo de tomada de recursos dessas populações foi parcialmente silenciado na constituição da memória e história oficial do nosso país e, mais pontualmente, no estado de Mato Grosso. Para finalizar, sobre o assunto aqui tratado, consta no relatório que:

O Relatório Figueiredo esclarece as práticas de proteção e assistência desveladas em episódios que esconderam interesses escusos e irregularidades administrativas, violência física expressa nos castigos e punições corporais, violência simbólica exercida por imposição de conduta e disciplina, trabalho compulsório nas lavouras, na extração de madeira e imposição de novo estilo de vida perpetradas autoritariamente por alguns agentes indigenistas. (ALMEIDA; NOTZOLD, 2014, p. 5).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carina Santos de; NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. A proteção tutelar às avessas: o Relatório Figueiredo e a violência contra o povo Kaingang. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA “1964-2014: MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E ESTADO”*, 15., 2014, Florianópolis. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2014. p. 1-11. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404569912_ARQUIVO_APROTECAOTUTELARASAVESSASORelatorioFigueiredoeaviolenciacontraopovoKaingang.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a Questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

BRASIL. *Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910*. Crêa o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-norma-pe.html>.

BRASIL. *Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928*. Regula a situação dos índios nascidos no território nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1928. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5484-27-junho-1928-562434-publicacaooriginal-86456-pl.html>.

BRASIL. *Processo nº 4.483 (Relatório Figueiredo)*. Texto redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia. [S. l.]: Ministério Público Federal, 1968. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/docs-1/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FLORES, Andressa de Rodrigues. Relatório Figueiredo: o teor dos crimes cometidos pelo SPI contra os povos originários nos postos indígenas do Rio Grande do Sul (1963-1967). *In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL*, 29., 2017, Brasília, DF. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2017. p. 1-9. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502810477_ARQUIVO_ArtigoanpuhST49AndressaFlores.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

GUIMARÃES, Elena. *Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*. 2015. Dissertação (Mestrado em Memória Social) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. *In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 155-171.

LOGSDON, Lauren. *Perfil demográfico dos povos indígenas de Mato Grosso, 2000 e 2010*. 2014.

Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) — Departamento de Medicina, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. *Museu Rondon: antropologia e indigenismo na Universidade da Selva*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla, 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas: EDUFMT, 2007.

PALMAR, Aluizio. Relatório Figueiredo na íntegra. *Documentos Revelados*, Foz do Iguaçu, 8 set. 2015. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/relatorio-figueiredo-na-integra/>. Acesso em: 25 maio 2019.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI-XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1998. p. 115-132.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 maio 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Miguel. *BRASIL: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

A REPÚBLICA NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: A POLÍTICA MATO-GROSSENSE ENTRE OS CONFRONTOS ARMADOS E A ROTINIZAÇÃO DE SUAS PRÁTICAS POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1910

Gilmara Yoshihara Franco

Resumo: Ao longo dos primeiros anos do período republicano, grupos que compunham a elite política em Mato Grosso passaram a disputar entre si espaços de poder, gerando uma atmosfera de constante instabilidade que, não raro, culminou em conflitos armados e interrupção de mandatos de presidentes de estado. Embora o dístico grafado no pavilhão nacional republicano, “ordem e progresso”, sintetizasse, em linhas gerais, os pressupostos do regime instaurado em 15 de novembro de 1889, o que se viu em Mato Grosso foi um quadro de desrotinização política e, em momentos de acirradas disputas pelo controle do mando, enfrentamentos armados. Esse cenário começou a se alterar em meados da década de 1910, momento em que o estado vivia uma fase de significativo desenvolvimento econômico. Para entender o fim do período de maior instabilidade política em Mato Grosso, a presente comunicação pretende refletir acerca do cenário político-econômico mato-grossense no início do século XX. O objetivo é analisar a relação entre política e economia, notadamente para verificar como os elementos colocados naquela conjuntura interferiram no fazer político da elite local, de modo a contribuir para que a etapa mais conflituosa da República em Mato Grosso chegasse ao fim.

INTRODUÇÃO

*Precisamos seguir outro rumo, aplicar outros processos, substituir o regime da violência pelo da lei.*⁴²

A década de 1910 foi para Mato Grosso o período no qual políticos, que até então haviam atuado de forma secundária junto às lideranças oligárquicas há muito consolidadas, tornaram-se protagonistas. Essa (re)configuração do cenário local transcorreu no contexto das mortes de Joaquim Murtinho e Generoso Ponce, ambas ocorridas em 1911. Os dois haviam sido influentes atores políticos em Mato Grosso desde a Proclamação da República. Depois de suas mortes, Antônio Azeredo, que também era figura de destacada importância no meio republicano, tornou-se ainda mais poderoso entre os que participavam do núcleo de sustentação da República tanto em Mato Grosso como em âmbito nacional.⁴³ No cenário político local, nomes como Pedro Celestino, Joaquim Augusto da Costa Marques e Caetano Manoel de Faria e Albuquerque ganharam projeção em meio ao contexto socioeconômico e político do estado verificado naquele período.

Nessa mesma época, a economia mato-grossense atravessava uma fase de desenvolvimento,

42 MENSAGEM do presidente do estado de Matto Grosso, general Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, ao instalar a 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura, em 15 de maio de 1916. Cuiabá: Typografia da Gazetta Official, 1916. p. 5.

43 Atuando junto ao núcleo republicano no Rio de Janeiro, Antônio Azeredo, gradativamente, conquistou espaço no seio da elite política brasileira. Mesmo sendo representante de um estado de expressão diminuta em relação a outros, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, por exemplo, o capital político e as alianças que Azeredo construiu ao longo do tempo o transformaram em um dos principais articuladores da política republicana das décadas de 1910 e 1920. Inicialmente, sua atuação era amparada pelo senador gaúcho Pinheiro Machado. Após a morte de Pinheiro Machado, Antônio Azeredo continuou figurando entre os influentes políticos da República. Algumas referências sobre a atuação de Antônio Azeredo estão em: VISCARDI, 2001, p. 230.

notadamente em consequência da construção das ferrovias Madeira-Mamoré, finalizada em 1912, e Noroeste do Brasil, concluída em 1914, bem como a instalação de grandes empreendimentos vinculados ao capital estrangeiro na região.

Em um período marcado pela ascensão de novos atores e de desenvolvimento econômico interno, a reconfiguração do ambiente político possibilitou e, ao mesmo tempo, influenciou o fim das instabilidades que marcaram a história de Mato Grosso desde a Proclamação da República. A transição da fase mais turbulenta da política local, caracterizada por enfrentamentos armados, para uma fase em que as facções e/ou partidos passaram a pautar as suas ações pelos pressupostos da ordem e da estabilidade, foi consolidada após o impeachment do presidente do estado, Caetano de Albuquerque, em 1916.⁴⁴

A saída do então presidente do estado marcou o fim do processo de desrotinização das práticas políticas em Mato Grosso. Assim, compreende-se que o cenário de transformações sociopolíticas e econômicas da década de 1910 contribuiu para redefinir a conduta e a maneira de agir da elite mato-grossense. A partir do afastamento de Caetano de Albuquerque do governo, as práticas políticas em Mato Grosso, no que concerne à atuação da elite que as direcionava, tornam-se, efetivamente, rotinizadas.

Desse modo, o objetivo do presente texto é compreender em que medida o cenário político e econômico que se desenhou em Mato Grosso ao longo da década de 1910 influenciou para que o ambiente de instabilidade envolvendo as disputas pela primazia do mando, característico da política mato-grossense desde a Proclamação da República, chegasse ao fim.

A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O FAZER POLÍTICO EM MATO GROSSO NA DÉCADA DE 1910

Em dezembro de 1916, pouco mais de um ano após assumir a presidência de Mato Grosso, o general Caetano Manoel Faria de Albuquerque foi deposto do cargo. O episódio ocorreu após meses de embate político e jurídico e de focos de enfrentamentos armados, que configuraram uma tentativa de levante em cidades do sul de Mato Grosso.

Naquele momento, lutavam pelo controle do mando as duas facções mais poderosas da política mato-grossense. De um lado, as forças do Partido Republicano Conservador (PRC) contavam com nomes, como o de Antônio Azeredo, José Maria Metello, Antônio Aníbal de Toledo e o ex-presidente do estado, Joaquim Augusto da Costa Marques; do outro, o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG) era liderado por Pedro Celestino Corrêa da Costa e pelo próprio Caetano de Albuquerque (eleito pelo PRC). Para isso, buscava-se uma solução, quer fosse ela no campo da “legalidade”, quer fosse no das “armas”.

Após meses de trocas de acusações entre o então presidente de Mato Grosso e a cúpula

44 Desde a Proclamação da República até o começo da década de 1910, as disputas mais acirradas pelo controle político em Mato Grosso foram resolvidas por meio de enfrentamentos armados, a saber, ocorridos em 1892, 1899-1901 e 1906. Entendemos tais conflitos como parte do processo de (re)acomodação e rotinização das práticas políticas que marcaram o período inicial do regime republicano em Mato Grosso.

do PRC — noticiadas diariamente pela imprensa mato-grossense e pela imprensa carioca, que se interessava de perto em acompanhar a atividade do vice-presidente do Senado e líder do PRC mato-grossense, Antônio Azeredo —, o imbróglio acabou se resolvendo através da “legalidade”. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso, por unanimidade, decretou a perda do mandato do então chefe do Executivo estadual. Sua condenação à perda do cargo ocorreu por:

[...] [ter] cometido os crimes de prática de atos contra o livre exercício dos poderes políticos do Estado [...]; e de prática de atos contra a guarda e aplicação legal dos dinheiros públicos, criando comissões remuneradas sem autorização legal e abrindo créditos sem as formalidades e fora dos casos estabelecidos em lei; crimes previstos pela Constituição Estadual, artigo 6º e seus parágrafos 1º e 2º e pelo artigo 36, terceira alínea e “in fine” da Lei número 23 de 16 de novembro de 1892; revogadas as disposições em contrário.⁴⁵

A análise da bibliografia que aborda o contexto e de fontes, como os jornais *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), *O Matto Grosso* e *O Republicano* (Mato Grosso), nos permite argumentar que o impeachment do presidente do estado tem estreita relação com os seguintes aspectos: o primeiro diz respeito às disputas pelo controle do mando envolvendo os atores que passaram para o primeiro plano da cena política mato-grossense após as mortes de Generoso Ponce e Joaquim Murтинho; o segundo se refere à relação entre os *fomentadores* do desenvolvimento local — notadamente, a Companhia Matte Larangeira e a empresa *Brazil Land Packing Catlle Co.* — e os interesses político-econômicos do senador Antônio Azeredo — o qual atuava em favor dessas empresas. Por fim, observamos a inter-relação entre a política nacional e local que reflete em um processo de modernização/racionalização das práticas políticas no estado.

O período que abarca de 1906 — ano em que ocorreu o confronto armado que culminou com o assassinato do então presidente de Mato Grosso, Antônio Paes de Barros — a 1909 propiciou a ascensão de políticos que até então ocupavam posições secundárias no cenário político estadual e a renovação de muitas lideranças. Nomes como Pedro Celestino Corrêa da Costa, Joaquim Augusto da Costa Marques, Aníbal de Toledo, Caetano Manoel Faria de Albuquerque, José Murтинho Sobrinho e o já influente Antônio Azeredo passaram a ocupar o primeiro plano da política local.

Não se tratava, necessariamente, de uma renovação geracional. Era, sobretudo, um rearranjo de forças oligárquicas. Alguns dos nomes que passaram a ocupar o primeiro plano da política mato-grossense, como Caetano de Albuquerque e Pedro Celestino, eram conhecidos do meio político local desde a década de 1880. Todavia, à medida que figuras tradicionais como Joaquim Murтинho e Generoso Ponce perdiam espaço e/ou saíam de cena, abria-se espaço para que “novos” políticos ganhassem maior projeção.

Pedro Celestino Correa da Costa, por exemplo, era um velho aliado dos tradicionais políticos mato-grossenses e atuou ao lado tanto de Joaquim Murтинho quanto de Generoso Ponce. Na década de 1910, tornou-se uma das figuras centrais da política mato-grossense. Ao sair do PRC, em 1913, tornou-se um ferrenho opositor do senador Azeredo, de quem também já tinha sido aliado. No

⁴⁵ Ofício encaminhado ao coronel Manoel Escolástico Virgínio pela Assembleia Legislativa, em 13 de dezembro de 1916 apud ALVES, 2002, p. 61.

mesmo ano em que deixou seu antigo partido, Pedro Celestino estruturou a criação de uma nova agremiação — o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG) —, que reunia lideranças tradicionais do estado, como Antônio Aníbal da Motta, sobrinho de Antônio Maria Coelho, primeiro presidente do Mato Grosso republicano, Joaquim Sulpício de C. Caldas e João Pedro de Arruda. Também integraram o PRMG novos atores, como João Batista de Oliveira Brandão, representante do sul de Mato Grosso, região na qual crescia exponencialmente a influência de Pedro Celestino.

Um segundo elemento envolve a conjuntura que culminou com a deposição de Caetano Albuquerque e diz respeito ao desenvolvimento/modernização da economia de Mato Grosso na década de 1910. Como nota Lúcia Salsa Corrêa, a partir da leitura que a autora fez de Eric Hobsbawm, “a segunda metade do século XIX correspondeu, de modo efetivo, ao pleno desenvolvimento de um mercado mundial, em bases inéditas e dimensões sem precedentes” (CORRÊA, 1999, p. 142). Esse desenvolvimento atingiu até mesmo os recantos “mais longínquos do mundo”, como Mato Grosso.

Na esteira desses capitais que avançaram pelas fronteiras mais distantes do mundo, no começo do século XX, duas ferrovias foram construídas em Mato Grosso: a Madeira-Mamoré, concluída em 1912, no extremo norte do estado (região do atual estado de Rondônia) e, no sul (atual Mato Grosso do Sul), a ferrovia Noroeste do Brasil, concluída em 1914. Para além do desenvolvimento e da modernização, a construção das ferrovias Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil significou a integração de Mato Grosso ao “corpo” da Nação: a ocupação dos “espaços vazios” e a integração da Fronteira Oeste do Brasil — vista como um “sertão longínquo” situado nos “confins da civilização” — às regiões mais desenvolvidas do país. Em outras palavras, no que diz respeito a Mato Grosso, as ferrovias eram um “instrumento civilizacional, de integração e modernização” (TRUBILIANO, 2013, p. 30).

Também nesse período, diversas empresas estrangeiras se estabeleceram no estado, dentre as quais destacamos saladeiros ou charqueadas, formados a partir de grandes extensões de terras que “absorveram uma considerável fatia da produção bovina e movimentaram o mercado interno do boi” (CORRÊA, 1999, p. 183). Muitas fazendas destinadas à criação e ao beneficiamento dos subprodutos do gado estabeleceram-se próximas à ferrovia Noroeste do Brasil. Conforme as palavras de Virgílio Corrêa Filho, as terras destinadas à pecuária se transformaram em “terra da promessa” (CORRÊA FILHO, 2002, p. 346), e, dadas às facilidades, acreditava-se que a ferrovia ofereceria vantagens para transportar produtos como o charque para o mercado paulista, por exemplo, intensificando, assim, a “afluência de capitais” para Mato Grosso. Até a chegada desse aporte de capitais estrangeiros, um dos ramos de atividade mais rentáveis aos cofres do estado era oriundo da exploração da erva-mate, feito, sobretudo, pela Companhia Matte Larangeira.

O surgimento da exploração da erva-mate em Mato Grosso remonta à concessão de monopólio de exploração dos ervais nativos, localizados no sul da província, a Thomáz Larangeira, no ano de 1882. O interesse pela exploração dos ervais surgiu durante os trabalhos de demarcação da fronteira entre Brasil e Paraguai. Na ocasião,

[...] foi enviada para Mato Grosso uma Comissão de técnicos, encarregada de demarcar os seus limites com a fronteira vizinha. Dessa expedição participou como comandante o capitão Antônio Maria Coelho, tendo como interessado, no

fornecimento de gêneros alimentícios, um gaúcho de espírito “aventureiro” chamado Tomás Laranjeira [sic]. Ao término da missão, em 24 de março de 1874, Tomás Laranjeira apoderou-se, em Mato Grosso, de algumas áreas, próximas de Dourados, nas imediações do Estrela. Assim sendo, a partir de 1877, Tomás Laranjeira passou a interessar-se pela exploração dos ervais existentes no Sul de Mato Grosso. (BORGES, 2001, p. 55).

Por meio do Decreto Imperial, de 9 de dezembro de 1882, Laranjeira adquiriu o direito de explorar parte da área em que se encontravam ervais nativos no sul de Mato Grosso.⁴⁶ Posteriormente, em 1891, sua empresa foi incorporada pelo Banco Rio e Mato Grosso (BRMT), cujo maior número de ações pertencia à família Murtinho.⁴⁷ A exploração da erva-mate era a principal fonte de renda de Mato Grosso na virada do século XIX para o século XX.

Na década de 1910, quando novos empreendimentos chegaram a Mato Grosso, a interface entre as disputas políticas e o desenvolvimento da economia do estado passaram a sofrer uma interferência muito direta do senador Antônio Azeredo. Uma das empresas que se beneficiou do “apoio” de Azeredo foi a Cia Matte Larangeira (CML) no período em que pretendia aprovar junto à Assembleia Legislativa o contrato de renovação de arrendamento das áreas destinadas à exploração dos ervais, localizadas no sul de Mato Grosso. O episódio ficou conhecido como a “Questão do Matte”.

O contrato inicial celebrado entre a CML e o estado de Mato Grosso, ainda no governo de Manoel Murtinho (1892), estabelecia, entre outros pontos, que o prazo de arrendamento da área destinada à exploração dos ervais expiraria em 1916. Contudo, em 1912, a empresa se antecipou e enviou à Assembleia Legislativa de Mato Grosso uma proposta que contemplava um novo Acordo com o estado e previa a prorrogação do arrendamento.

À primeira vista, pareceu sem propósito o interesse da CML em tentar antecipar em quatro anos o pleito sobre a prorrogação do dito contrato. Todavia, ao observarmos o contexto com atenção, percebe-se que aquele era um momento-chave para a resolução do assunto. Primeiro, porque os diretores da CML tinham pleno conhecimento de que, com a construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), o preço das terras no sul de Mato Grosso (área dos ervais) aumentaria exponencialmente; depois, em consequência da construção da NOB, havia um fluxo cada vez maior de migrantes e novos empreendimentos para a região. Finalmente, mas não menos importante, havia uma pressão cada vez maior dos pequenos colonos para legalizar terras por eles ocupadas, contíguas aos ervais. Nesse sentido, esperar o fim do contrato, ou seja, mais quatro anos, poderia ser um risco para os interesses da empresa.

Por outro lado, embora estivesse em curso o processo de reordenamento das forças políticas, verificado após as mortes de Generoso Ponce e Joaquim Murtinho, o ambiente era favorável ao encaminhamento do pleito da CML, pois, na época em que a proposta foi enviada ao legislativo mato-grossense, o presidente do estado, Joaquim Augusto da Costa Marques era um importante aliado

46 A extensão da área explorada por Tomás Laranjeira e, posteriormente, pela Cia Matte Larangeira foi alterada diversas vezes, de modo que, genericamente, todo o extremo sul de Mato Grosso — que abrange, atualmente, desde o município de Porto Murtinho até Eldorado — teve seus campos arrendados para a exploração da erva-mate.

47 Há, em nosso entendimento, um vínculo estreito entre os interesses econômicos da Cia Matte Larangeira e a ação política da família Murtinho nos primeiros anos da República em Mato Grosso.

de Antônio Azeredo, que advogava pelos interesses da empresa. Essa situação, em tese, facilitaria a aprovação da proposta submetida pela empresa.

De acordo com Virgílio Corrêa Filho (1925), o trâmite da petição encaminhada pela CML à Assembleia Legislativa foi rápido e com parecer favorável. Porém, enquanto o projeto tramitava nas Comissões incumbidas de analisá-lo, vozes dissonantes começaram a se manifestar. Com a mesma velocidade em que o projeto passava pelas Comissões da Assembleia Legislativa, a chamada “Questão do Mate” mobilizou a “opinião pública” mato-grossense. O assunto extrapolou os limites do Parlamento e foi abordado pelos jornais *O Matto Grosso* e *O Debate*.

O projeto previa como condições centrais para o futuro arrendamento: “a prorrogação do privilégio [monopólio] por 22 anos, a começar de 1º de Janeiro de 1913”. E mais, além do direito de exploração da erva-mate propriamente dita, a CML pleiteava, ainda, o direito de explorar produtos florestais, industriais, agrícolas e minerais e o pagamento de quantias invariáveis de impostos, de acordo com uma escala crescente, a iniciar-se em 1913 com término em 1934, data em que o contrato expiraria (CORRÊA FILHO, 1925).

Em *O Matto Grosso*, uma série de artigos publicados pelo ex-presidente do estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, apresentou aos leitores mato-grossenses a proposta de contrato que a CML pretendia aprovar. No artigo intitulado “Questão Magna”, o ex-presidente do estado considerou que, em um momento como aquele, no qual Mato Grosso sofria com a queda de arrecadação dos impostos oriundos da exploração da borracha, “[seriam] os ervais a reserva, a fonte que substituir[ia] gradativamente o desfalque de receita produzido pela desvalorização da borracha” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1912a. p. 1-2).

As argumentações iam além: apresentavam uma série de ponderações contrárias aos termos da petição proposta pela CML. Em uma delas, os termos do contrato vigente entre a CML e o estado de Mato Grosso eram comparados às condições de exploração dos ervais vigentes no estado do Paraná. Mediante essa comparação, Pedro Celestino concluía, por meio de dados apresentados aos leitores, que os cofres do estado de Mato Grosso estavam e continuariam sendo lesados pela forma de arrecadação de impostos proposta pela CML.⁴⁸

Outro ponto discutido era o uso da ferrovia Noroeste do Brasil para o escoamento do mate produzido em Mato Grosso. De acordo com Pedro Celestino, o escoamento do mate pela Noroeste do Brasil implicaria o pagamento de taxas mais favoráveis de frete do que as praticadas pelo transporte fluvial e, conseqüentemente, permitiria maior controle sobre o produto escoado, evitando, assim, sonegação de impostos.

Na Assembleia Legislativa, as publicações de Pedro Celestino e a atuação de deputados, como Brandão Júnior, colocaram em xeque os interesses da empresa. Assim, o que seria um golpe certo, ou seja, aprovação rápida e sem questionamentos da prorrogação do contrato de arrendamento destinado à exploração dos ervais pela CML, resultou em um imenso debate. O resultado foi um

⁴⁸ Segundo Pedro Celestino, a área de exploração ervateira em Mato Grosso tinha extensão semelhante à existente no estado do Paraná. Ali a arrecadação de imposto sobre o mate não era prefixada como em Mato Grosso, o que contribuía para que o volume de impostos aumentasse na proporção da produção. Desse modo, o alvo principal das críticas de Pedro Celestino era a intenção da CML de tentar aprovar a prorrogação do contrato de arrendamento dos ervais, incluindo a exploração de outros produtos e, ainda assim, continuar mantendo taxas prefixadas de impostos como vinha fazendo desde 1894. Conferir: BIBLIOTECA NACIONAL, 1912b, p. 2.

fracasso tanto para a CML quanto para os aliados desta: 10 dos 22 deputados estaduais, capitaneados por Brandão Júnior, colocaram-se contra os termos da proposta da CML e obstruíram a pauta de votações na Assembleia Legislativa. Para não sofrer uma derrota, o representante da empresa optou por solicitar que a votação do novo contrato fosse “retirada” de plenário.

Quando a questão retornou à Assembleia, Caetano de Albuquerque já era o presidente do estado. Contrariando as expectativas dos representantes da CML, os termos do acordo aprovados pela Assembleia Legislativa e referendados pelo presidente do estado representaram um duro golpe aos interesses da empresa. De acordo com a Resolução nº 725, de 1915:

A área arrendada não excederia de 400 léguas quadradas (1.440.000 hectares), nem a exportação desceria de 6.000.000 de kilogramas por ano, pelos quais o Estado receberia pelos menos 350:000\$000, e mais \$800 por arroba que ultrapassasse aquela quantidade mínima [sic]. (CORRÊA FILHO, 1925, p. 83-84).

Mas, como ressalta Virgílio Corrêa Filho, a “maior inovação” que a resolução aprovada trazia era o fato de que:

[...] a cada um dos ocupantes de terras e pastagens e de lavoura situada dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantida, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de Julho de 1916, a preferência para aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais. (CORRÊA FILHO, 1925, p. 83-84).⁴⁹

A forma como foi encaminhada a chamada “Questão do Mate”, em 1915, revela, de forma aparente, que Caetano de Albuquerque não estava disposto a seguir *in totum* as orientações emanadas da cúpula do PRC, partido que o elegeu e que era dirigido por Antônio Azeredo, que apoiava os interesses da CML. A questão revela, ainda, que interesses econômicos passaram a ser dimensionados no âmbito do debate político — configurando uma maior integração de Mato Grosso com a economia de mercado. Esse processo de integração foi marcado, por um lado, pela presença do capital estrangeiro na região; por outro, por uma estreita e promíscua vinculação entre política e economia, gerando conflitos que, não raro, influenciaram na definição dos contornos da política mato-grossense.

A “Questão do Mate”, todavia, não foi o único caso envolvendo a influência do senador Antônio Azeredo junto ao governo de Joaquim Augusto Costa Marques e, posteriormente, de Caetano de Albuquerque em benefício de interesses privados. Nos bastidores, diversos foram os casos envolvendo a conveniência dos *fomentadores* da modernização mato-grossense — representantes de grandes empreendimentos estrangeiros que se estabeleciam no estado — e a interferência de Azeredo para satisfazê-los.

49 Embora os termos do contrato de arrendamento dos ervais aprovados em 1915 tenham significado uma vitória para os pequenos produtores que reivindicavam a legalização da área que ocupavam, “até 1920, as demarcações dos terrenos previstas na Resolução nº 715 ainda não haviam terminado”. Conforme apontou Gilmar Arruda, “demarcação das terras escolhidas pela Matte só se iniciou em 1919”. Quando a demarcação terminou, em 1921, verificou-se um excedente de 375.000 kg, que estavam sendo exploradas indevidamente pela empresa. A CML manteve sua influência política e econômica até a década de 1930, época em que o monopólio de exploração dos ervais foi extinto. Sobre o assunto, ver: ARRUDA, 1997, p. 53-54.

A chegada desses empreendimentos resultou em conflitos em torno da posse da terra. Houve casos em que “[se legalizaram] posses de origem mais ou menos duvidosa, para aproveitar os preços oferecidos pelos forasteiros”. Dentre esses, um dos que mais repercutiu na imprensa envolveu a compra da fazenda Taquarussu, na região de Paranaíba em Três Lagoas. De acordo com Lúcia Salsa Corrêa:

A empresa *Brazil Land* havia comprado terras da Fazenda Taquarussu nos anos de 1911-1912, num total de 500 mil hectares ao preço de 1 mil contos de réis. No ano de 1913, solicitou a legalização dessas terras e, ao iniciar as medições, enfrentou a hostilidade de fazendeiros vizinhos que alegavam ter títulos de posse de propriedade das mesmas terras.⁵⁰

A área adquirida pela *Brazil Land* era propriedade de uma tradicional e influente família da região, os Garcia. Como a área não era registrada, em razão da morosidade e burocracia para o processo de legalização fundiária junto à Repartição de Terras, mesmo sendo ocupada pelos Garcia, foi vendida à *Brazil Land*. Desse modo, ao passo que a empresa pressionava os antigos proprietários para deixar as terras, usando dos mais diversos expedientes para isso, o caso ganhava visibilidade na imprensa. Em pouco tempo, os embates envolvendo, de um lado, a *Brazil Land* e, de outro, a família Garcia, ultrapassaram os limites da economia e da geografia mato-grossense e repercutiram no Rio de Janeiro.

O caso envolvia o senador Azeredo, então vice-presidente do Senado que, segundo a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, queria favorecer o sindicato estadunidense proprietário da *Brazil Land* em detrimento do direito de propriedade alegado pela família Garcia, “uma das mais antigas e numerosas da região, a cujos avós deve a fundação de Sant’Ana do Paranaíba, riquíssimo centro de população e comércio” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 1) dizia o jornal. Essas manchetes repercutiram tanto em Mato Grosso, local dos fatos, como na capital federal, palco de atuação do “eminente” senador Azeredo.

O episódio da *Brazil Land* foi mais um dos motivos de atrito entre o senador Azeredo e o presidente de Mato Grosso, Caetano de Albuquerque. Embora tenha afirmado em seu discurso de posse a intenção de não deixar de ser “homem de partido”, à medida que as pressões intrapartidárias foram surgindo, muitas das quais envolvendo o interesse direto de Azeredo, como no caso da *Brazil Land* e da CML, Caetano de Albuquerque foi se afastando da orientação partidária. Segundo ele, “A (minha) administração será exclusivamente orientada no sentido do interesse do Estado, por isso mesmo estou disposto a não transgredir com os processos perturbadores e impatrióticos que tanto tem infelicitado o nosso Estado.”⁵¹

O fragmento acima demonstra que havia uma clara mudança de posição de Caetano de

50 A empresa *Brazil Land* estava ligada a um sindicato estadunidense controlado pelo empresário Percival Farquhar, o qual atuava em diversos empreendimentos no Brasil, entre eles, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, e seus interesses no Brasil eram defendidos pelos senadores José Gomes Pinheiro Machado e Antônio Azeredo. Conferir: LOVE, 1975, p. 158. Com relação, especificamente, às terras da *Brazil Land*, Lucia Salsa Corrêa, a partir do texto de Emílio Garcia Barbosa, informa que a disputa por essas terras se arrastou por muitos anos. Em 1918, a empresa ainda buscava legalizá-las e se valia de todas as formas para conseguir seu objetivo, por exemplo, apoio policial junto ao governo federal para afastar os supostos invasores de suas terras. O conflito só se resolveu na década de 1920, em favor da *Brazil Land*. Conferir: CORRÊA, 1999, p. 191.

51 *O Matto Grosso*. Cuiabá, 7 de maio de 1916 apud ALVES, 2002, p. 26.

Albuquerque em relação ao discurso de lançamento de sua candidatura; dizia ele: “não transigir com processos perturbadores e impatrióticos”. Para demonstrar sua reorientação político-administrativa, “exonerou funcionários públicos partidários do [PRC] e deixou de despedir outros, tidos como adversários políticos dos conservadores”. Não contente, interveio também no judiciário e “demitiu suplentes de Juiz de Direito e promotores”.⁵² Em outras palavras, Caetano de Albuquerque modificou a estrutura administrativa montada para fazer valer a política de Antônio Azeredo e aproximou-se de Pedro Celestino Corrêa da Costa, líder oposicionista e “chefe” do PRMG. Tal aproximação se tornou evidente com a nomeação do genro de Pedro Celestino para a Repartição de Terras, pasta destinada a conduzir todo o processo relativo à demarcação e à legalização fundiária no estado (CORRÊA FILHO, 1945, p. 123).

Em meados de 1916, a situação em Mato Grosso chegou ao limite. Em uma mesma edição, o jornal *O Matto Grosso* informava sobre o andamento dos conflitos de terras em Sant`Ana do Paranaíba e Três Lagoas, afirmando que “[...] a situação política do Estado, sob a **iminência de uma dolorosa conflagração** em riquíssima e adiantada zona de território” (ARQUIVO PÚBLICO, 1916a, p. 1, grifo nosso). Segundo informações reproduzidas por *O Matto Grosso*, o senador Antônio Azeredo intencionava ir a Mato Grosso com o objetivo de resolver as divergências com Caetano de Albuquerque e “dar melhor rumo à orientação do presidente de Mato Grosso”. Segundo a notícia do *Imparcial*, divulgada em Mato Grosso, a viagem de Azeredo era uma estratégia do senador com objetivo de “impressionar e amedrontar o governo do Estado [de Mato Grosso] com seu prestígio federal e impor-se aqui do centro [Rio de Janeiro] como chefe que tudo pode e manda em Mato Grosso” (ARQUIVO PÚBLICO, 1916b, p. 2).

O que se pode observar ao longo dos anos iniciais do século XX é que o processo de modernização da economia mato-grossense, caracterizado em parte pelo aumento da presença de capitais estrangeiros na região e também pela consolidação de interesses já estabelecidos no estado, não ocorreu dissociado da política e que essa prática resultou em conflitos entre as lideranças políticas da região, provocando sistemas e realinhamentos partidários.

O terceiro ponto que permeia o cenário daquele período diz respeito ao papel de Antônio Azeredo no plano político nacional, de um lado; e, de outro, a sua atuação como líder do PRC em Mato Grosso. No início dos anos 1910, Azeredo tornou-se a mais influente liderança política em seu estado natal; todavia, nas mais altas rodas da política republicana, ele ainda buscava se firmar. Ou seja, naquele momento, o objetivo pessoal do senador mato-grossense era consolidar-se como uma liderança junto ao núcleo central das lideranças republicanas, sem perder o controle sobre a política mato-grossense. Azeredo estava em seu primeiro mandato como vice-presidente do Senado e buscava a reeleição.

Ele vinha de uma longa e profícua aliança com o também senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado. Ao longo das décadas de 1900 e 1910, Pinheiro Machado se tornou um importante ator político no cenário nacional, responsável por articular, nos bastidores, campanhas presidenciais vitoriosas, como a do marechal Hermes da Fonseca.

A trágica morte de Pinheiro Machado, ocorrida em 1915, não abalou o prestígio e a

52 *O Matto Grosso*. Cuiabá, 7 de maio de 1916 apud ALVES, 2002, p. 28-29.

influência granjeados por Antônio Azeredo junto às altas esferas da política republicana. Mas, ao contrário do que ocorria na capital federal, em Mato Grosso crescia a resistência contra ele. Logo depois de ter assumido o cargo de presidente do estado, o general Caetano de Albuquerque, como vimos anteriormente, rompeu com o PRC mato-grossense e aproximou-se de Pedro Celestino Corrêa da Costa, chefe do partido oposicionista.

A queda de braços entre Caetano de Albuquerque e a cúpula do PRC (leia-se Antônio Azeredo) se deu, praticamente, ao longo de todo o seu curto mandato. Em junho de 1916, sob forte pressão da cúpula do PRC, solicitou afastamento de três meses à Assembleia Legislativa. Todavia, “os deputados queriam transformar esse pedido de licença temporário em definitiva” (ALVES, 2002, p. 39). Nesse contexto, ao mesmo tempo que se buscava uma saída legalista para a questão, começou a movimentação de tropas oficiais e particulares no sul de Mato Grosso (ARQUIVO PÚBLICO, 1916c, p. 1).

A crise resultou em alguns confrontos armados. Um deles ocorreu na localidade denominada Piavoré, próximo ao município de Cuiabá. Ali as tropas capitaneadas por Pedro Celestino conseguiram vencer as forças que lutavam em prol das lideranças do PRC. Ao mesmo tempo que ocorriam confrontos nos arredores de Cuiabá, deputados do PRC foram feitos prisioneiros em um hotel no centro de Cuiabá e a cidade foi sitiada. Para fugir de tal situação, os deputados ingressaram com um pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal e seguiram para Corumbá, sul de Mato Grosso, onde montaram uma Assembleia paralela à que continuou funcionando em Cuiabá (ALVES, 2002, p. 59).

No sul do estado, as hostilidades entre forças do PRC e do governo foram prolongadas até dezembro de 1916. Enquanto a batalha jurídica prosseguia sem definição, havia uma real possibilidade de enfrentamento aos moldes do que acontecera anteriormente no estado, ou seja, um levante para que se resolvesse, através das armas, quem seria o presidente do estado.

Diante da iminência de uma conflagração que incendiaria o estado e recolocaria Mato Grosso nas páginas dos jornais locais e da capital federal como “a terra do baraço e do cutelo”, onde as questões políticas eram resolvidas à bala, resultando em enorme desgaste para Antônio Azeredo no momento em que ele buscava reeleger-se à vice-presidência do Senado Federal, restava ponderar se seria seguida a velha cartilha dos enfrentamentos armados, correndo o risco de comprometer tanto interesses políticos como a própria continuidade de fluxos financeiros advindas dos empreendimentos que há pouco haviam se instalado no estado, ou se era chegado o momento de buscar uma saída negociada, mais afeita aos pressupostos da ordem.

A REDEFINIÇÃO DOS RUMOS DA POLÍTICA MATO-GROSSENSE

Ante o quadro complexo colocado à elite política mato-grossense em 1916 e a possibilidade de que a situação desembocasse em um enfrentamento armado, aos moldes do que havia ocorrido em 1892, 1899 e 1906, processou-se uma mudança importante: a resolução do impasse por meio do impeachment de Caetano de Albuquerque. Essa alternativa, ao contrário de se recorrer, uma vez mais, ao uso das armas, como foi feito em outras oportunidades, significou a adoção de uma resolução conciliatória e, ao mesmo tempo, influenciou na redefinição dos rumos da política mato-grossense.

Durante os anos de 1916-1917, enquanto Mato Grosso permaneceu sob intervenção federal, as suas principais lideranças estabeleceram negociações até que se chegasse a um consenso sobre o destino político do estado. O acordo assinado pelos representantes dos Partidos Conservador e Republicano Mato-grossense, realizado com a mediação do presidente da República, Wenceslau Brás, pactuava a divisão do poder nas eleições de 1917. Dentre as condições do acordo, estava a indicação do nome do Bispo D. Francisco de Aquino Corrêa para o cargo de presidente do estado para o quadriênio 1918-1922 (BARROS, 1996, p. 120).

Com a eleição de D. Aquino, podemos concluir que o episódio da Caetanada foi um momento no qual foi possível observar o redimensionamento de uma das práticas que até então havia caracterizado o fazer político em Mato Grosso — qual seja, o uso da violência como forma de resolução de conflitos irreconciliáveis no interior da cúpula política mato-grossense. Em outras palavras, verifica-se, daquele momento em diante, que o uso das armas para a resolução de dissidências e cisões irreconciliáveis, como ocorreu nos anos de 1892, 1899 e 1906, deixou de ser empregado. Embora tenha havido enfrentamentos armados em algumas localidades, a deliberação acerca de quem exerceria o controle do mando local nas eleições seguintes, realizadas em 1918, foi encaminhada a partir de um entendimento entre as lideranças.

A resolução conciliatória imprimiu um novo fazer ao comportamento da elite mato-grossense: em momentos de crise irreconciliável e/ou de ruptura intraoligárquica, a negociação passou a prevalecer sobre as armas. Aquele foi, portanto, um momento de redefinição e ajustamento dos fazeres da política local aos preceitos da ordem.

Não estamos dizendo com isso que a violência foi suprimida dos fazeres e práticas políticas em Mato Grosso. O que estamos afirmando é que, no âmbito do núcleo central, aquele que reunia as lideranças que estavam à frente das agremiações partidárias e que conduziam as disputas em âmbito estadual às soluções conciliatórias passaram a prevalecer sobre os enfrentamentos armados. Do mesmo modo, a solução da crise de 1916 também não significou a homogeneização das facções existentes na política mato-grossense em um só partido ou algo que o valha.

Diante do quadro verificado em Mato Grosso, uma das conclusões por nós aventada é que o episódio conhecido como Caetanada possibilitou às lideranças imprimirem outra rotina à política local. Em outras palavras, o que procuramos demonstrar é que os cenários socioeconômico e político, presentes naquele contexto, influenciaram para que chegasse ao fim o ambiente de instabilidades.

Os conflitos armados que ocorrem após a Caetanada tiveram caráter localizado, ou seja, ocorreram no âmbito das disputas pelo controle do poder nas cidades. Nos municípios, os enfrentamentos armados, por longo tempo, preservarão as características presentes nas disputas de esfera estadual até 1916.⁵³

Mais do que uma renovação geracional, o fim da ocorrência de enfrentamentos envolvendo a cúpula política mato-grossense representou uma mudança comportamental por parte dos membros dessa elite. Entendemos que essa era uma resposta às várias demandas presentes naquele contexto. Mesmo que tardiamente, o fazer político local passou a ser submetido aos pressupostos da ordem

53 Conferir: TRUBILIANO, 2013.

explícita no estamento legal e/ou implícita nas práticas que definiam a cultura política republicana brasileira, consagrada pelos arranjos oligárquicos. Em outras palavras, tornou-se rotinizado.

A adoção de medidas negociadas para a resolução das disputas pelo controle do mando local caracteriza, também, um sinal de racionalização do comportamento dos atores políticos. Embora essas medidas significassem, invariavelmente, a existência de acordos provisórios, a provisoriedade passou a não mais implicar, como no passado recente, a possibilidade de que rupturas e dissensões provocassem enfrentamentos armados.

Como aponta Norbert Elias, ao observar o processo civilizador do mundo ocidental, em dado momento, no decurso da transformação do guerreiro em cortesão, “a espada fora substituída pela intriga e por conflitos nos quais as carreiras e o sucesso social eram perseguidos por meio de palavras” (1993, p. 225). Em Mato Grosso, a substituição das armas pela negociação foi, sem sombra de dúvida, a marca de um processo de racionalização política, momento de uma dada experiência — o uso das armas — que, confrontada com um ambiente social determinado — a modernização dos anos 1910 —, perde seu sentido original e imprime à própria cultura novo ritmo, valores e significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lourembergue. *Caetanada: violência e luta armada como estratégia de obtenção e manutenção de poder*. São Paulo: Scortecci, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO (Mato Grosso). *O momento*. O Matto Grosso. Cuiabá, 18 de jun. de 1916. Cuiabá: Arquivo Público, 1916a.

ARQUIVO PÚBLICO (Mato Grosso). *Correspondência do Rio*. O Matto Grosso. Cuiabá, 18 de jun. de 1916. Cuiabá: Arquivo Público, 1916b.

ARQUIVO PÚBLICO (Mato Grosso). *O caso de Mato Grosso*. O Republicano. Cuiabá, 27 de jul. de 1916. Cuiabá: Arquivo Público, 1916c.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da Terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. UEL, 1997.

BARROS, Iolanda M. Pierin de. *D. Aquino: política, violência e conciliação*. Curitiba: Renascer, 1996.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Pedro Celestino*. Questão magna. O Matto Grosso. Cuiabá, 30 de jun. de 1912. Rio de Janeiro: 1912a.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Pedro Celestino*. Arrendamento dos herveaes. O Matto Grosso. Cuiabá, 5 de jul. de 1912. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1912b.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). X. Aos Senadores da Republica [sic]. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1916. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916.

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso — 1870-1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A propósito do boi pantaneiro. In: CORRÊA FILHO, Virgílio. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 2002. n.p.

CORRÊA FILHO, Virgílio. À sombra dos ervais Mattogrossenses. In: CORRÊA FILHO, Virgílio. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 1925. n.p.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zelio Valverde, 1945.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro)

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MENSAGEM do presidente do Estado de Matto Grosso, general Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, ao instalar a 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura, em 15 de maio de 1916. Cuiabá: Typografia da Gazetta Official, 1916. p. 5.

O Matto Grosso

O Republicano (Mato Grosso)

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. *A cidade em transformação: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939)*. Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Unesp. Franca: FAPESP, 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

REPRESENTAÇÕES VIRTUAIS DA FRONTEIRA E DE FRONTEIRIÇOS DA BOLÍVIA E DO BRASIL NO TEMPO PRESENTE

João Ivo Puhl

Resumo: Notícias veiculadas na mídia virtual pela internet sobre acontecimentos na fronteira e as populações fronteiriças foram as fontes deste estudo. Analisamos os discursos dessas fontes como práticas e representações que constituem a realidade de relações internacionais e interétnicas muito complexas entre Brasil e Bolívia. A fronteira é observada e representada, em geral, por agentes sociais de outros lugares que projetam, em suas versões sobre acontecimentos e fatos, polêmicas e debates que preocupam populações desses lugares. A polissemia das fronteiras se presta a múltiplos deslocamentos de problemas, polêmicas, confrontações, cobranças, denúncias e até acertos de contas que desconsideram as populações locais, ou seja, os fronteiriços e, muitas vezes, transfronteiriços em suas vivências cotidianas. Os bolivianos aparecem nessas representações como uma ameaça à integridade do território nacional, à segurança pública, à ordem social, pois desestabilizam relações com sua presença. Às vezes, encarnam atributos de negatividades, como: ladrões, traficantes, criminosos, contrabandistas, preguiçosos, sujos, estranhos, ameaçadores, viciados, aproveitadores etc. Estudamos como se construíram tais imagens, que são recíprocas. Analisamos tais discursos e práticas como estratégias da luta política de diferentes atores em múltiplos cenários enfrentando ou desviando a atenção de vários problemas de outras territorialidades que se projetam indevidamente sobre aqueles espaços e populações. Buscamos desenvolver uma narrativa e análise histórica, sociopolítica e cultural.

INTRODUÇÃO

Fronteiras podem ser identificadas em muitas realidades naturais e humanas. Elas sempre conformam situações de encontros e desencontros desumanizadores (MARTINS, 1999), embates, negociações, trocas, intercâmbios, aberturas e passagens (PESAVENTO, 2001) ou confrontações, tentativas de conquista, invasão, submissão, imposição ou apropriação, como J. Turner pensava a fronteira no século XIX, pelas mais diferentes razões e justificativas quando são estabelecidas pelos humanos.

A fronteira internacional entre Brasil e Bolívia — objeto de estudo neste texto —, no tempo presente, tem sido observada, abordada e interpretada nos milhares de meios de comunicação, como jornais e periódicos impressos e sites, blogs, links virtuais de pessoas, empresas e instituições, disponíveis na internet, noticiando acontecimentos e situações sobre essa fronteira e falando das populações fronteiriças e das que transitam por lá, indistintamente.

Analisamos parte dos discursos dessa mídia como práticas e representações (CHARTIER, 1990) que interpretam, mas também constituem a realidade complexa de relações internacionais e interétnicas.

A representação em Chartier é compreendida como “uma função mediadora que informa diferentes modalidades de apreensão de real, quer opere por meio dos signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião ou dos conceitos do conhecimento científico” (CHARTIER, 1990, p. 19). Ela reconhece uma diferença entre a realidade, sua apreensão nas representações e, ao mesmo tempo, uma relação mediadora que se opera em signos, figuras, rituais ou conceitos.

Nos meios de comunicação, a fronteira, em geral, está observada e representada por agentes sociais localizados em outros lugares dos espaços nacionais que projetam, em suas versões sobre acontecimentos, polêmicas e debates que preocupam populações situadas longe das fronteiras. Geralmente, desconhecem os que vivem e constroem suas vidas cotidianamente naqueles contextos.

Acontece que não informam, mas deformam. Não buscam interpretar, mas julgar. Dispensam diagnósticos, mas transferem seus esquemas e raciocínios válidos para outros lugares e situações. Querem falar dos seus lugares sociais de enunciação, e não enunciar as situações dos lugares a que se referem.

As margens ou bordas das sociedades nacionais oferecem uma polissemia por constituírem fronteiras que se prestam a múltiplos deslocamentos de problemas, polêmicas, confrontações, cobranças, denúncias e até acertos de contas que desconsideram as populações locais, os fronteiriços e, muitas vezes, constroem preconceitos contra estas e suas vivências.

A Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento Sustentável (ABIDES), que é “uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos”, propõe como objetivos:

Congregar pessoas interessadas no desenvolvimento do Brasil em bases sustentáveis; promover o debate das ideias que favoreçam o entendimento das questões relativas ao processo de desenvolvimento sustentável brasileiro; promover eventos e desenvolver ações na busca de seus objetivos. (EVERTON, 2011).

Em 10 de março de 2011, tal associação expôs, no site oficial, uma imagem fotográfica do arco fronteiro entre Corumbá e Puerto Suárez, com a seguinte manchete: “Fronteira Brasil–Bolívia: um desafio regional” (EVERTON, 2011).

Fig. 1 — Ilustra a manchete da ABIDES



Fonte: ABIDES, 2011

Por que essa fronteira era tida como um desafio regional? No texto, a resposta é: “Infelizmente, a fronteira Brasil/Bolívia tem ocupado manchetes dos principais jornais brasileiros e tem estado no centro das políticas governamentais brasileiras por um motivo dramático: o tráfico de drogas” (EVERTON, 2011).

A manchete e o texto apresentados não contextualizam o tráfico da cocaína, apenas apresentam a questão como um desafio à segurança pública, como se fosse um problema apenas policial. Não se referem a nenhum tipo de política do passado recente que favoreceu esse tipo de tráfico e ao porquê se tornou o segundo negócio mais volumoso e lucrativo do mundo, somente superado pelo tráfico de armas.

O aumento da produção da folha da coca na Bolívia explodiu no início da década de 1980, quando começou o processo de redemocratização neoliberal seguido no país e recomendado pelo receituário *reaganeano*⁵⁴ e *thatchereano*.⁵⁵

Essa receita liberalizante foi rigorosamente implementada na Bolívia desde 1983 pelo presidente Paz Estenssoro no seu primeiro mandato, depois dos vários governos ditatoriais militares que o depuseram, em 1964, do seu segundo mandato no período da Revolução Nacionalista, liderada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Ele, que havia estatizado as minas, criou a Companhia Mineradora da Bolívia (COMIBOL), fortaleceu a *Yacimientos Hidrocarbúricos* e outros setores da economia e das finanças do país, foi também quem as privatizou no início da década de 1980, revertendo tudo que havia feito anteriormente.

Aquele foi um caso exemplar na história das Américas. O mesmo partido e o mesmo presidente, nas décadas de 1950 e 1960, adotaram políticas antiliberais e estatizantes dentro de um projeto desenvolvimentista da economia. Alguns anos depois, no começo da década de 1980, exercendo novamente a presidência, inverteu todo processo estatizante nacionalista e reformista do partido (MNR) que havia criado e impôs uma derrota, sem precedentes, à burguesia nacional e aos trabalhadores da Bolívia, com políticas radicalmente neoliberais.

As consequências da venda das minas de cobre, de estanho e de outras empresas estatais às multinacionais foi desastrosa, em muitos sentidos. Fecharam-se milhares de postos de trabalho no setor operário mais organizado e politizado do país (a categoria foi reduzida de mais de 75 mil a menos de 20 mil mineiros), quebrando a espinha dorsal do sindicalismo da Federação Sindical dos Mineiros da Bolívia (FSMB) e da Central Obrera Boliviana (COB).

O desemprego dessa mão de obra gerou intenso movimento de realocação de trabalhadores em busca de alternativas de sobrevivência. Dois caminhos principais se apresentaram como soluções ou válvulas de escape. Primeiro, a emigração para o exterior rumo à Argentina, ao Brasil, ao Chile, à Espanha e a outros países.

A segunda via foi a migração interna rumo a Cochabamba, principalmente aos vales do Chapare, onde tradicionalmente se cultivava a folha da coca. Essa migração teve duas consequências

54 Consequência das políticas agressivas de Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos eleito pelo Partido Republicano em 1980, pressionou os governos latino-americanos a implementar políticas neoliberais com a privatização das empresas estatais e a desregulamentação do mercado.

55 Refere-se às políticas da dama de ferro Margaret Thatcher, do Partido Conservador, como primeira-ministra inglesa por mais de uma década, que foi aliada inseparável de Ronald Reagan na promoção da neoliberalização capitalista.

imediatas. Houve significativo incremento da produção da folha da coca, e os migrantes vindos das minas trouxeram a experiência de organização sindical que se construiu rapidamente na região boliviana de Cochabamba entre os cocaleros (URQUIDI, 2003).

Pesquisando a respeito das imagens e representações sobre os bolivianos nos jornais da cidade de Cáceres de antes de 1980, não se encontraram tantas expressões preconceituosas. Estas, a partir da década de 1980, se manifestaram com força contra os migrantes, e o tema do tráfico de drogas começava a frequentar as páginas das edições, como o *Correio Cacerense*, depois, o *Jornal de Cáceres* e o *Jornal d'Oeste* de circulação regional e com edição virtual.

Quanto mais avançamos na década de 1980 e 1990, brasileiros que moravam, trabalhavam e viviam na faixa da fronteira internacional ou bolivianos na mesma situação apareceram nessas representações como uma ameaça à integridade do território nacional, à segurança pública, à ordem social, pois desestabilizariam relações, normas e políticas públicas com sua presença incômoda, como se fossem intrusos e obstáculos, e não protagonistas do desenvolvimento local.

Dessa forma, muitas vezes, nas reportagens dessa imprensa, as populações fronteiriças são representadas pelos estereótipos, como se fossem: ladrões, traficantes, criminosos, contrabandistas, preguiçosos, sujos, estranhos, ameaçadores, viciados, aproveitadores!

Estudando como se construíram tais imagens que se encontram nos dois países, percebe-se que são representações recíprocas. Consideramos esses discursos e práticas como estratégias da luta política de diferentes atores em múltiplos cenários enfrentando ou desviando a atenção de vários problemas de outras territorialidades que se projetam indevidamente sobre aqueles espaços e populações.

Buscamos desenvolver uma narrativa e análise histórica, sociopolítica e cultural das imagens e representações que foram veiculadas nesses meios a que a população das duas nações tem acesso e consome, muitas vezes, acriticamente, reforçando preconceitos já operantes.

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA FRONTEIRA E DE FRONTEIRIÇOS

Chartier (1990) mostra que, na história cultural, as representações não só dão a ler uma determinada realidade ou acontecimento, mas também o constituem conformando seus contornos mediante as práticas interpretativas. Pode-se, então, dizer que quem escreve (prática) elabora uma interpretação dos acontecimentos e dos fatos históricos, produzindo deles algumas imagens que são representações que acabam dando forma ou performando tais realidades.

Os leitores terão acesso a essas imagens e representações, que serão lidas de forma autônoma e ativa (prática da leitura), pois se apropriam à sua maneira (conforme a cultura, ideologia, posição social etc.) do que lhes foi oferecido para ler. Toda leitura é interpretação, e não apropriação fiel do texto de um autor, por isso duas pessoas não leem um texto da mesma maneira. O mesmo leitor pode, em momentos diferentes, fazer novas leituras de um texto que lhe pareceu muito claro na primeira leitura.

Assim, uma chamada como esta: “Brasil poderá perder ‘pedaço’ de seu território para a Bolívia”⁵⁶, que serve para chamar a atenção do leitor, também pode induzi-lo a conclusões equivocadas.

⁵⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/03/brasil-pode-perder-parte-do-territorio-do-acre-para-bolivia.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

Fig. 2 — Rio Acre contornando a cidade de Brasiléia no Acre — BR, mostrando bairro ameaçado pela enchente e pela erosão



Fonte: Prefeitura Municipal de Brasiléia, 2014⁵⁷

A manchete escrita e a imagem do mapa necessitam da explicação de onde e de quem vem a ameaça de perda do território nacional. O leitor não afeito à realidade amazônica, dada a ler pela manchete e pela imagem do mapa, não entende que o perigo apontado vem da “Erosão nas margens do rio Acre, na divisa entre as duas nações, é que irá causar essa modificação” (MARCEL, 2013).

O período anual das chuvas que provocam cheias nos rios da bacia amazônica pode produzir, de tempos em tempos, grandes enchentes, que até modificam os cursos dos rios, de modo que a geografia hídrica da Amazônia é dinâmica, e o caso da manchete não é algo excepcional nesse contexto.

No início do ano de 2014, o jornalista político Carlos Evangelista, do estado do Paraná, no seu site, publicou a manchete: “Exército Brasileiro será desativado na fronteira Brasil/Bolívia”.⁵⁸

Na reportagem, o pretense jornalista político apresenta a notícia assim:

O governo brasileiro, atualmente comandado pelo PT parece ter mesmo aberto as fronteiras facilitando a entrada de estrangeiros, forasteiros, contraventores e porque não dizer aos narcotraficantes de drogas, principalmente na fronteira entre Brasil e Bolívia. [...] A evidência se dá diante dos conflitos que vem ocorrendo entre policiais bolivianos que invadem, assaltam e apavoram os agricultores brasileiros residentes nos Estados do Mato Grosso e Acre. [...] o governo de Dilma Rousseff ordenou desativar o 2º Batalhão de Fronteira (2º Befron), sediado em Corixa, em Cáceres

⁵⁷ Disponível em: <https://www.brasileia.ac.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2015. Atualmente, procurando no site da prefeitura, não é possível acessar os dados dos anos anteriores a 2019.

⁵⁸ Disponível em: <https://xxiv-hour-news.webnode.com/news/exercito-brasileiro-sera-desativado-na-fronteira-brasil-bolivia/>. Acesso em: 10 maio 2015.

no Estado do Mato Grosso, responsável pelo policiamento que vinha protegendo os moradores da referida fronteira, deixando agora vulnerável a principal entrada de carros roubados, drogas, contravenções e acesso fácil de estrangeiros que vem adentrando o Brasil.

A manchete apresentada dessa maneira e a notícia dada nesses termos estão afirmando que o II Batalhão de Fronteira do Exército Brasileiro (BFRON), sediado em Cáceres — MT (não na Corixa, como informa o autor do texto), seria desativado, o que não estava em jogo.

Aconteceu que o alto comando do exército brasileiro, revendo suas estratégias de presença e atuação na faixa de fronteira nacional e amazônica, em vez de Destacamentos pequenos com quinze soldados, criou os Pelotões Especiais, com sessenta ou mais soldados concentrados, em menor número de Destacamentos na fronteira, porém, mais bem-equipados com recursos tecnológicos.

O que estava acontecendo era o fechamento e a desativação de vários Destacamentos pequenos, como o de Santa Rita (Porto Esperidião), São Simão e Palmarito (Vila Bela), e, inicialmente, o da Corixa (Cáceres) também constava na lista dos que seriam desativados, mas depois foi mantido.

Ressaltamos algumas expressões utilizadas pelo autor para representar os frequentadores da fronteira: “contraventores” e “narcotraficantes”. Tais expressões sempre estavam relacionadas à entrada de estrangeiros ou forasteiros pela faixa de fronteira, “policiais bolivianos que invadem, assaltam e apavoram os agricultores brasileiros” de Mato Grosso e do Acre.

O autor afirma que a desativação do II BFRON desprotegeria totalmente a população residente, pois o exército teria sido até ali o “responsável pelo policiamento que vinha protegendo os moradores da referida fronteira”. Pior, deixaria, a partir de agora, totalmente “vulnerável a principal entrada de carros roubados, drogas, contravenções”.

O referido autor confunde, propositalmente ou por desconhecimento, as funções constitucionais do exército com as da polícia federal ou estadual. Além disso, induz os seus leitores a acreditarem que a função de controle do “acesso fácil de estrangeiros que vem adentrando o Brasil” seria tarefa do exército, e não da polícia federal.

Houve 48 comentários de leitores que visitaram aquele site, e a maioria acreditou na notícia veiculada e relacionou-a negativamente ao governo e à presidente Dilma no contexto em que ela concorria à reeleição. Talvez esse fosse o real objetivo desse cientista político: induzir os eleitores a não votarem na presidente responsável por tais aberrações.

Somente alguns militares, que conheciam ou atuavam no II BFRON em Cáceres, questionaram a notícia e criticaram o autor por não ter buscado fonte segura para produzir a reportagem. A notícia induzia os leitores a posicionamentos políticos fundamentados em desinformação e/ou preconceitos ideológicos.

Um dos comentários dizia:

Sirvo no 2º Batalhão de Fronteira e este continua o mesmo de sempre, sem “desativações”. Na realidade, alguns Destacamentos de Fronteira foram desativados sim, mas isso foi para serem criados os Pelotões de Fronteira (inclusive na região de Corixa, como citado na matéria) [...] Sim, devem ser feitas as desativações dos

Destacamentos para a criação dos Pelotões (com efetivo maior que os Destacamentos) [...] Burocracia prevista e nada além disso. [...] Por favor, faça sua pesquisa de forma correta e esgote os meios de pesquisa antes de publicar o que lhe parece conveniente. Inclusive, perguntar quando se tem uma dúvida jamais será ofensivo ou demonstração de fraqueza. O compromisso de um jornalista, acredito eu, deve ser, antes de qualquer coisa, com a verdade. [...] Agora, cabe à [sic] nós, usuários de redes sociais, não divulgar esse tipo de notícia que pretende ser sensacionalista (como muitos têm feito).⁵⁹

A notícia equivocada sobre a fronteira serviu para o deslocamento de polêmicas políticas em período eleitoral, reforçando as posições oposicionistas ao governo, porque não estaria protegendo as fronteiras internacionais, deixando entrada livre às drogas e às armas para o crime organizado, que atormenta a vida das populações urbanas dos maiores centros do país.

Não questiona as políticas de segurança pública dos estados e suas polícias que não conseguem combater a criminalidade nas cidades e acusa o governo federal, como se o exército tivesse responsabilidades policiais e de segurança pública interna.

Num lançar de olhos sobre os milhares de verbetes que vêm à tona na internet quando se busca por fronteira entre Brasil e Bolívia, mostram-se um quadro de representações extremamente negativas. Nas raras notícias positivas sobre acontecimentos na fronteira entre os dois países, encontramos a manchete do *Site Guia da Cidade* copiado do *Site GE*: “Na fronteira Brasil–Bolívia, basquete tira crianças da zona de risco em RO”.⁶⁰

A positividade que aparece é a ação de um professor de Educação Física, em Guajará-Mirim — Rondônia, que desenvolve um projeto esportivo com crianças e adolescentes dos dois países para retirá-los das ruas e da influência dos traficantes de drogas, por meio do basquete e de outras modalidades de entretenimento.

A notícia também relaciona a ideia de risco e violência nas ruas e cidades da fronteira ao espaço das drogas e às consequências destas. São escassas as notícias positivas sobre a vida dos transfronteiriços nos meios de comunicação virtuais e impressos a que a população tem acesso.

Esse tipo de noticiário vai produzindo, ao longo do tempo, o imaginário do perigo, do medo, da bandidagem e de outros estereótipos que se vinculam às pessoas que vivem naqueles espaços, sem envolvimento com essa categoria de práticas, mas que são tidas como atributos universais ou gerais de quem lá vive.

No dia 12 de agosto de 2015, o portal federativo do governo federal do Brasil publicava uma reportagem, da qual transcrevemos os seguintes fragmentos:

Autoridades políticas do Brasil e da Bolívia se reuniram na cidade boliviana de San Matias para buscar soluções para conflitos e planejar investimentos na região. As principais cidades envolvidas são San Matias e Cáceres (MT) localizadas na divisa entre os dois países. [...] Localizado no sudoeste do Mato Grosso o município de Cáceres está a 80 km de San Matias. A cidade matogrossense fica às margens do

59 Comentário publicado por Daniel Carvalhal em 10 de março de 2014. Disponível em: <https://xxiv-hour-news.webnode.com/news/exercito-brasileiro-sera-desativado-na-fronteira-brasil-bolivia>. Acesso em: 10 maio 2015.

60 Disponível em: <http://ge.globo.com/ro/noticia/2012/10/na-fronteira-brasil-e-bolivia-basquete-tira-criancas-da-zona-de-risco-em-ro.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

rio Paraguai e é polo de uma microrregião que engloba 22 municípios. A localização estratégica na fronteira seca com a Bolívia faz de Cáceres o ponto de saída para o Pacífico, via Mato Grosso. A rota comercial adentra o território boliviano por San Matias até chegar às cidades portuárias chilenas. Segundo o prefeito de Cáceres, Francis Maris Cruz, essa situação é suficiente para motivar que haja o estreitamento dos laços de amizade e relações comerciais entre os municípios dos dois países.⁶¹

O portal da Secretaria de Governo noticiou a reunião que aconteceu em San Matias no dia 11 de agosto, informando que ela teria como objetivos “buscar soluções para conflitos e planejar investimentos na região”.⁶² Porém, o texto não nomeia os conflitos que existiriam nessa fronteira e nem os tipos de investimentos a serem realizados.

Ele ressalta, ainda, a posição estratégica de Cáceres como polo de uma microrregião de 22 municípios mato-grossenses na fronteira seca com a Bolívia, por onde a rota comercial se conectaria com as cidades portuárias do Chile e, por isso a importância do estreitamento de laços de amizade e relações comerciais entre os municípios dos dois países, no entendimento do prefeito de Cáceres.

É uma das raras notícias com abordagem positiva das questões da fronteira com a Bolívia, o que se deve ao fato de ser uma informação do governo brasileiro, interessado direto nessa política e cuja representante presente no evento deve ter sido a portadora de tal política nos espaços governamentais.

O noticiário predominante, no entanto, está centrado na ação da polícia estadual, principalmente do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON), para mostrar a sua eficiência no combate ao narcotráfico. Assim, o portal da repetidora da Rede Globo em Mato Grosso, o *G1 MT*, trazia a seguinte reportagem no dia 19 de maio de 2015:

Um boliviano foi preso nesta segunda-feira (18) ao entrar no país com 53 porções de pasta base de cocaína no estômago. Ele passava de táxi pelo Distrito de Corixa, em Cáceres, a 220 km de Cuiabá, na divisa com a Bolívia, quando foi abordado por policiais militares do Grupo Especial de Segurança de Fronteira (Gefron). O boliviano apresentou dois nomes diferentes aos policiais, sendo que um deles constava no documento falso. Segundo a polícia, ele disse que seguia para Cáceres para visitar uma sobrinha que estava doente. Os policiais notaram que o estômago dele estava alto e o encaminharam para o hospital regional de Cáceres. Na unidade, o boliviano passou por exames. Primeiro, foi feito um raio-X, que não apontou nenhuma anormalidade. Mas, depois, foi submetido a um exame de tomografia que identificou a existência da droga. Somadas, as cápsulas armazenavam mais de um quilo de pasta base de cocaína. Para que a droga fosse expelida, foi dado laxante para o homem. [...] Droga foi expelida após suspeito tomar laxante (Foto: Assessora/Gefron-MT). No hospital, o boliviano disse que receberia 200 dólares pelo transporte. Com o dinheiro, pretendia retornar ao país de origem. Nesta terça-feira (19), ele foi encaminhado para a cadeia pública de Cáceres. Esse mesmo boliviano já tinha sido preso em 2009 pelo mesmo crime.⁶³

61 Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/arquivos-privados/noticias/internacionais/municipios-da-fronteira-entre-brasil-e-bolivia-discutem-acoes-integradas-para-melhorar-servicos-publicos>. Acesso em: 15 agosto 2015.

62 Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/arquivos-privados/noticias/internacionais/municipios-da-fronteira-entre-brasil-e-bolivia-discutem-acoes-integradas-para-melhorar-servicos-publicos>. Acesso em: 15 agosto 2015.

63 Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/05/boliviano-e-preso-com-53-porcoes-de-droga-no-estomago-na-fronteira-de-mt.html>. Acesso em: 15 agosto 2015.

No texto, aparecem diversas representações da pessoa que foi presa com papé debates de cocaína no estô mago. Diz-se, pelo menos cinco vezes, que ele é um boliviano. A identidade nacional desse indivíduo foi ressaltada como tendo enorme importância nesse caso. Em três vezes, o texto se refere ao preso como “ele”, e uma vez como “dele” e “esse”, e uma só vez se diz “o homem” e o “suspeito”. Pode-se observar que o meio de comunicação se esmerou em produzir a total objetivação do preso por tráfico de droga.

No contraponto, a referência direta aos policiais em ação aparece quatro vezes: “foi abordado por policiais militares do GEFRON”; “o boliviano apresentou dois nomes diferentes aos policiais”; “os policiais notaram” e “encaminharam ao hospital”; “foi encaminhado para a cadeia pública de Cáceres”.

A estruturação do texto da notícia mostra a eficácia da ação da polícia diante do preso pego em flagrante delito, que passou a ser classificado, enquadrado, nomeado, identificado, desnudado em sua trajetória e vida pregressa. Transformou-se em verdadeiro objeto sob o punho do redator da missiva.

Esse boliviano foi preso quando entrava no país de táxi pelo “distrito” da Corixa (que não é distrito) em Cáceres, na divisa com a Bolívia. A Corixa é apenas a localidade onde se encontra instalada a barreira sanitária do Instituto de Defesa Animal (INDEA/GEFRON), o posto da alfândega da Receita Federal, o destacamento do Exército, o posto da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA), uma escolinha e aproximadamente trinta famílias de posseiros no entorno.

Fig. 3 — Cápsulas de cocaína evacuadas por preso



Fonte: Assessora/Gefron-MT, 2015⁶⁴

O preso teria usado documentos falsos e mentido aos policiais. Os policiais notaram que o estô mago dele estava alto e conduziram-no para exames de raio X e tomografia no Hospital Regional de Cáceres, onde descobriram a droga ingerida que foi expelida após o uso de laxante. Quando

⁶⁴ Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=34332¬icia=boliviano_e_preso_em_caceres_com_53_porcoes_de_droga_no_estomago. Acesso em: 10 ago. 2015.

contaram, eram 53 envelopes com a droga que, na primeira frase do texto, já foi anunciada a respeito de um preso que até ali era apenas suspeito.

No hospital, ainda teria confessado que receberia 200 dólares pelo transporte da cocaína, com os quais retornaria ao seu país, mas foi encaminhado à cadeia de Cáceres. Conclui-se o trecho dizendo que o preso já era reincidente no mesmo crime, pelo qual já estivera preso em 2009.

Toda a narrativa e o seu desfecho parecem que confirmam o que os leitores mato-grossenses já devem saber: os bolivianos são traficantes. A mensagem subjacente aos enunciados parece clara, reforça o senso comum e os preconceitos contra as populações fronteiriças e contra os bolivianos em nosso país.

Pergunta-se: a quem interessa essa versão dos fatos? Por que não associar essa infração à daquele que receptaria a encomenda da droga? Por acaso, seria este também um boliviano ou, muito possivelmente, um brasileiro?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações encontradas nesses poucos casos analisados da imprensa virtual no Brasil ilustram o tratamento superficial, preconceituoso e estereotipado que se dá às populações e a seus territórios pela mídia e por grande parte das autoridades policiais. Manchando a imagem do infrator ou possível infrator, a polícia e a mídia buscam uma licença da sociedade para agir desumanizando os sujeitos revistados ou flagrados em delito.

Constata-se um círculo vicioso, em que o discurso e a prática da polícia são repercutidos pela mídia, e essa imprensa, conseqüentemente, encontra suas notícias mais vendáveis na polícia, por isso elas mutuamente se reforçam e disseminam na opinião pública o senso comum, anulando a crítica e a análise das causas e conseqüências dos fatos que noticiam de forma sensacionalista. Então, conclui-se que a polícia não existe para extinguir a violência na sociedade, mas para induzi-la ou até mesmo estimulá-la.

Como historiadores e investigadores, cabe-nos a tarefa de analisar essas representações discursivas que constroem ou destroem as pessoas e os fatos. Por que se constroem e operam tais representações? Como funciona tal prática discursiva da mídia e da polícia? A quem interessam tais representações? Como os meios de comunicação selecionam o noticiário que merece ser publicado? O que silenciam com tais representações?

Conhecendo o funcionamento da sociedade e da opinião pública, sabe-se que aquilo que não alcança a dignidade da divulgação (desses meios) não existe, porque não ganha mediação e publicidade para formar uma opinião distinta e mais crítica.

Acordos diplomáticos internacionais, cartas de intenções formuladas em encontros binacionais, propostas de integração em mercados comuns, intercâmbios culturais de amizade e de irmandade entre povos esbarram nas burocracias estatais ao se cruzarem as linhas que assinalam os limites dos domínios nacionais e se esfacelam nas barreiras policiais, sanitárias ou alfandegárias.

A atuação dos agentes da Receita Federal (aduana/alfândega), a barreira sanitária (ANVISA/

INDEA/GEFRON), as abruptas mudanças das regras nas ordens do dia e a rigidez dos funcionários na interpretação das funções que cada órgão exerce pretendem que a fronteira esteja sob rígido controle estatal e se torne impermeável à contravenção.

Esse tipo de atuação e presença do Estado trata a todos os que transitam, vivem ou frequentam esses espaços, mesmo de passagem, como se fossem infratores da lei até que se prove o contrário. A sua ação fiscalizadora pressupõe a apresentação de documentos pessoais, exibição das mercadorias ou vistoria dos veículos, mas não autoriza a prepotência e as acusações sem provas.

Se às populações das sociedades nacionais, aos comerciantes, a alguns políticos, a grupos étnicos, a famílias e a estudantes dos dois países interessa ampliar o movimento de intercâmbios pelo turismo, pela economia, cultura, pesquisa, qualificação técnica etc., parece que às referidas autoridades estatais interessa acabar com essas interações, por isso as reprimem, restringem, censuram, combatem ou obstaculizam ao máximo para que os agentes dessas iniciativas tenham medo, desanimem, desistam ou diminuam a frequência dos fluxos das relações e dos negócios.

Essas práticas precisam ser denunciadas e revistas pelas autoridades dos dois países para que o projeto de integração no Mercosul se efetive em benefício das populações locais com o desenvolvimento de condições de vida melhores e com a presença de políticas públicas para além da segurança e repressão policial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLIVIANO é preso com 53 porções de droga no estômago na fronteira de MT. *G1*, [s. l.], 19 maio 2015. http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=34332¬icia=boliviano_e_preso_em_caceres_com_53_porcoes_de_droga_no_estomago. Acesso em: 15 ago. 2015.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

EVERTON. Fronteira Brasil — Bolívia: um desafio regional. *ABIDES*, Cuiabá, 10 mar. 2011. Disponível em: <http://abides.org.br/fronteira-brasil-%e2%80%93-bolivia-um-desafio-regional/>. Acesso em: 10 maio 2015.

EXÉRCITO Brasileiro será desativado na fronteira Brasil/Bolívia. *XXIV Hour News*, Minas Gerais, 2 mar. 2015. Disponível em: <https://xxiv-hour-news.webnode.com/news/exercito-brasileiro-sera-desativado-na-fronteira-brasil-bolivia/><https://xxiv-hour-news.webnode.com/news/exercito-brasileiro-sera-desativado-na-fronteira-brasil-bolivia/>. Acesso em: 10 maio 2015.

MARCEL, Yuri. Brasil pode perder parte do território do Acre para a Bolívia. *G1*, [s. l.], 24 mar. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2013/03/brasil-pode-perder-parte-do-territorio-do-acre-para-bolivia.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MUNICÍPIOS da fronteira entre Brasil e Bolívia discutem ações integradas para melhorar serviços públicos. *Gov.br*, Brasília, DF, 12 ago. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/portalfederativo/arquivos-privados/noticias/internacionais/municipios-da-fronteira-entre-brasil-e-bolivia-discutem-acoes-integradas-para-melhorar-servicos-publicos>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÉIA. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.brasileia.ac.gov.br/2014>. Acesso em: 10 ago. 2015.

URQUIDI, Vivian Fernández-Dávila. O movimento cocalero na Bolívia. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *América Latina — Encruzilhadas da História Contemporânea*. São Paulo: USP: Prolan: Xamã, 2003. p. 197-214.

VIEIRA, Larissa; ALENCAR, Shara. Na fronteira Brasil - Bolívia, basquete tira crianças da zona de risco em RO. *GE*, Porto Velho, 3 out. 2012. Disponível em: <http://ge.globo.com/ro/noticia/2012/10/na-fronteira-brasil-e-bolivia-basquete-tira-criancas-da-zona-de-risco-em-ro.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

FRONTEIRA, FRONTEIRAS: DO SINGULAR AO PLURAL

João Edson de Arruda Fanaia

Resumo: O presente artigo tem como objeto central abordar o conceito de fronteira e, sobretudo, verificar a forma como determinados pronunciamentos da elite mato-grossense o utilizam em seus discursos de modo a construir uma determinada percepção sobre a região fronteira. O recorte temporal remete à Primeira República, momento em que a nação é repensada a partir da intensificação de práticas corolárias da denominada modernidade civilizatória.

INTRODUÇÃO

A história é o que os historiadores fazem.

(Isaiah Berlin, 2002)

Pode provocar certa estranheza utilizar a palavra fronteira no singular e no plural, mas cabe de antemão afirmar que não há, no nosso entendimento, um paradoxo, ao contrário, apenas procuramos salientar que distintas leituras podem ser formuladas sobre o tema, a partir do fato de que atores sociais diversos a percebem de forma diferenciada, e não de uma maneira unívoca. Esse é o ponto de partida. Para melhor recortar a temática, privilegiamos as falas dos que dispunham dos recursos necessários no sentido de dar voz aos seus interesses específicos e de sedimentá-los. Não descuramos, entretanto, que, quando um grupo social específico nomina a fronteira, estabelece os parâmetros que a categoriza e a tipifica.

É evidente, nesse processo, o ocultamento ou mesmo o silenciamento de outras percepções, mas cabe ressaltar que esse segundo aspecto não é abordado neste trabalho. A formulação de um ideário de fronteira não pode ser descolada do universo político, econômico e social em que o tema está imerso. Esse dado, por si só, já delimita o campo de disputa sobre o que é dito e como é dito acerca da vasta área de fronteira existente em Mato Grosso.

Os pronunciamentos das elites políticas⁶⁵ de Mato Grosso na Câmara e no Senado Federal, do final do século XIX às primeiras décadas do XX, constituem importante material de pesquisa no sentido de melhor perceber como um determinado viés vai ser sedimentado acerca da espacialidade oeste do estado. Propomo-nos a verificar a forma como as questões fronteiriças estavam inseridas no script discursivo parlamentar não como um problema eminentemente local, mas, sobretudo, de corresponsabilidade do governo federal.

Assim, o esforço em nacionalizar questões de natureza regional significava a real possibilidade de captar recursos e investimentos do Tesouro Federal para o estado, minimizando o oneroso custo no sentido de potencializar uma presença mais efetiva, de modo a garantir o que então era entendido

⁶⁵ Quando utilizamos a categoria de elites, fica subentendido os seguintes aspectos: a existência de relações sociais desigualmente estabelecidas, a concentração de poder decisório em grupos restritos responsáveis pelo acionamento de mecanismos que lhes garante tomadas de decisão, tanto no plano do Executivo, como Legislativo e o fato de que constituem uma minoria organizada no exercício do poder. (BOBBIO *et al.*, 1983, p. 391).

como vital para a soberania na região; isso significa dizer e pensar a fronteira a partir do ponto central que podemos sintetizar em apenas uma palavra: *segurança*. Esta era, e podemos antecipar que ainda o é, a pedra de toque dos debates e discussões sobre a região fronteira no século XXI.

A FRONTEIRA COMO CONCEITO HISTORIOGRÁFICO

Não é problemática simples operar com os conceitos historiográficos; no caso específico do tema fronteira, cabe-nos destacar que seu uso transcende um campo específico do conhecimento, sobretudo nas Ciências Humanas, o que acrescenta aspectos de complexidade ao objeto em foco.

Entendemos como pertinente, nesta primeira parte do texto, tomar como ponto de partida o sentido e o entendimento sobre como o conceito é conformado, seus elementos constitutivos e o cuidado necessário quando os utilizamos na construção da abordagem no campo dos estudos historiográficos. Em um dos seus trabalhos, Koselleck trata com acuidade dessa questão e, de modo claro e preciso, salienta:

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela. (KOSELLECK, 2011, p. 109).

Compreendemos que, nessa perspectiva, lidar com o conceito de fronteira é, sem dúvida, tratar de uma questão complexa e pulsante, seja do ponto de vista das pesquisas empíricas, (independentemente da temporalidade), seja do ponto de vista teórico. Consideramos, ainda, a presença transdisciplinar de tal conceito ao ser tratado historiograficamente pela ciência política, pela ciência social, pela antropologia e pelos estudos geográficos, apenas para citar algumas áreas sem desconsiderar a recorrência do tema no âmbito dos debates que envolvem direitos internacionais. Isso significa dizer para onde voltamos as nossas vistas e o nosso interesse de estudos, a fronteira nos desafia e coage. Outro ponto não menos importante remete à mutabilidade do conceito no tempo.

É evidente que, quando abordamos a questão denominada fronteira, não podemos perder de vista a necessidade de considerar uma determinada cronologia e o lugar de onde partem os discursos que modulam a percepção, o entendimento e a visão sobre o espaço fronteiro. Não podemos pensar a fronteira na contemporaneidade como ela foi desenhada no final do século XIX e nas décadas iniciais do XX. O tratamento dispensado pelos agentes sociais detentores do “poder da fala” atribuía sentidos, perseguia propósitos, depurando o que devia ser dito e, concomitantemente, omitido. Aqui cabe apenas ressaltar que retornaremos a esse ponto na segunda parte do trabalho, momento em que vamos deixar os atores falarem para que possamos melhor pensar sobre como liam a fronteira em Mato Grosso e os propósitos inerentes a ela que permeavam seus argumentos.

Ao revermos escritos apresentados em encontros de estudos precedentes e ao tomarmos contato com trabalhos que procuram apresentar uma leitura, no mínimo, distinta do espaço e da região, essas reflexões nos alertam para o cuidado necessário em analisar a fronteira e o conjunto de

reflexões que o tema demanda. É um grande desafio considerando que há na contemporaneidade uma predominante internalização e reprodução, por veículos midiáticos, de discursos sedimentados ao longo de décadas, que afirmam o que a fronteira é e, ao mesmo tempo, o que ela não é.

E, dessa forma, desconsidera-se uma imensa possibilidade de relações sociais entre diferentes grupos humanos, que desmontam formulações a priori e em certa medida, por isso ousamos dizer, correndo o risco de carregar nas cores, que, através de suas práticas cotidianas, a fronteira simplesmente não existe ou não é reconhecida, “subvertendo” seu estatuto linearmente construído, instituído e modelado. Esse distanciamento existente do que é dito sobre a fronteira e o universo que a permeia não é recente. Na passagem do século XIX para o XX, podemos constatar, nos discursos dos representantes de Mato Grosso, um padrão em que fronteira é limite e, como tal, constitui um problema não apenas do estado, mas da nação e requer soluções que passam por investimentos, segundo os contemporâneos, que iam muito além da capacidade do Tesouro Estadual em bancá-los.

Ao tomarmos por referência as falas de deputados e senadores como ponto de convergência na configuração dos aspectos definidores do espaço fronteiriço, fazemo-lo exatamente para demonstrar a não presença “na ordem do dia” das diversas dificuldades vivenciadas secularmente pelos seus habitantes. A invisibilidade da população e as agruras cotidianas ficam patentes em oposição aos temas que adquirem centralidade nas discussões e que, na perspectiva dos parlamentares, requerem medidas urgentes. No topo da agenda dos debates, figurando como problemas a serem superados, podemos citar o contrabando, o roubo de gado, o trânsito de bandos armados e a evasão fiscal, apenas para destacar parte das ilegalidades mencionadas na tribuna do Parlamento Federal.

A partir da ótica então predominante, a presença do Estado, do ponto de vista institucional, significa tão somente acionar os mecanismos de controle, através da repressão e punição, sem que seja mencionado em momento algum que a inexistência histórica de políticas públicas esteja vinculada à geração dos mesmos problemas que devem ser combatidos. Cabe destacar que, neste trabalho, a forma como a concepção de fronteira é percebida, lida e representada nos discursos, evidentemente, é datada, e perder de vista essa referência significa abordar de modo anacrônico o objeto em foco, porém, isso não deslegitima a necessidade de nuançar a longa construção de estereótipos reatualizados e ressignificados no tempo. Dito de outra forma, os posicionamentos externados sobre o espaço fronteiriço no final do século XIX e início do XX insistem em reverberar no século XXI.

Em texto elaborado pelo historiador Durval Muniz sobre fontes históricas, é apresentada, de modo muito preciso, a importância em percebermos nos discursos e pronunciamentos as nomeações por eles formuladas, como constituidoras de verdades e o que estas representam. Ao destacar esse ponto, o autor aborda a questão nos seguintes termos:

Os discursos e pronunciamentos, ao serem vistos como monumentos, não são apenas ornamentos retóricos, nem argumentos de provas no discurso do historiador. Não são apenas fontes através das quais pesquisamos, estudamos um dado objeto ou acessamos as ideias, sentimentos, desejos ou objetivos de dados sujeitos, mas

eles se tornam matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos que deles falam, mas são constituídos por eles. Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, ou seja, somente ao expressar suas ideias, pensamentos, emoções, desejos, afetos, posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma dada identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu. O sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 235).

No caso de Mato Grosso, não podemos desconsiderar alguns aspectos que chamam a atenção nos discursos dos deputados federais e senadores, entre os quais destacamos: reforçar o ideário da urgente ocupação territorial e o seu correspondente, a necessária segurança nacional, atrelada ao ideário de progresso e civilização bem ao gosto do pensamento cientificista, no início do século XX, que se quer planetário. O forte apelo civilizatório, propalado a partir da Europa Ocidental, foi abraçado pelas elites políticas locais mato-grossenses, que defendiam a urgente necessidade de o estado atingir patamares mais evolutivos, de modo a inserir Mato Grosso no movimento econômico global capitaneado principalmente pelos países europeus. Uma inserção que desconsiderava as especificidades históricas e culturais das populações nativas regionais que, via de regra, eram excluídas ou marginalizadas. Nicolau Sevckenko percebeu com acuidade este momento em nosso país ao afirmar que:

Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização “a qualquer custo”. (SEVCENKO, 1998, p. 27).

No caso específico da fronteira, podemos perceber o modo como esse espaço é apresentado à nação e a evidente distância entre uma dinâmica que lhe é peculiar e a busca por ações exógenas pautadas nos pronunciamentos que negligenciam o *habitus*⁶⁶ que permeia as relações humanas locais. Podemos afirmar que a espacialidade fronteiriça ao ser congelada, entendida apenas como limite, desconsidera em sua totalidade o cotidiano da população. As falas dos que possuíam acesso aos recursos midiáticos da época, especialmente aos periódicos, acabavam por projetar representações⁶⁷ que pouco tinham em vista, na devida consideração, questões da vivência diuturna dos habitantes fronteiriços. Nas palavras de Bourdieu

66 O conceito é aqui utilizado tomando como ponto-chave o fato de entrementes injunções e formas de condicionamentos exteriores aos grupos sociais que habitam o espaço de fronteira, a população local desenvolve mecanismos que lhes são próprios de mediação, o *habitus* é entendido como individual e social, de tal modo que os agentes gerem práticas sociais particularizadas que procuram, em última instância, desenvolver mecanismos de adaptação frente às contínuas mudanças com as quais lidam cotidianamente.

67 Esse conceito também importa para os propósitos deste estudo, pois, como afirma Chartier: “As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado, é efetivamente o que dizem que é” (CHARTIER, 2009, p. 52).

Trata-se de um debate extremamente complicado, mas a noção de *habitus* tem várias propriedades. Ela é importante para lembrar que os agentes têm uma história, que são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva, e que em particular as categorias de pensamento, as categorias do juízo, os esquemas de percepção, os sistemas de valores, etc. são o produto da incorporação de estruturas sociais. (2011, p. 58).

Se acrescentarmos a essa problemática a monumentalidade de informações disponíveis atualmente sobre o território da fronteira, teremos, sem dúvida, grandes desafios do ponto de vista conceitual ou da percepção construída sobre essa espacialidade pelos distintos atores envolvidos. Habitantes originários, populações de migrantes, agentes públicos e suas respectivas áreas de atuação que geram disputas entorno de interesses conflitantes, econômicos, territoriais e culturais.

Diante de tão volumosa massa de informação, pensamos em trazer como ponto de reflexão um aspecto que nos parece nodal. Em que medida, sobretudo, os veículos midiáticos não estariam no tempo presente reforçando determinadas nomeações para fronteira, sem tomar o devido cuidado de ao menos verificar a predominância de uma perspectiva, de certa maneira, hegemônica sobre esse objeto de pesquisa? Considerando as dimensões deste artigo, fica aqui apenas o registro dessa questão pautada pelo reforço do ideário da região fronteira como espaço onde predomina o imponderável, marcado pela instabilidade.

O contato com reflexões e textos desenvolvidos pelo historiador Durval Muniz nos chamou atenção, especialmente as observações sobre como o pesquisador lida com o que denominamos espaço. Para o autor, operar com esse objeto significa pensá-lo não de forma estática, mas, ao contrário, com uma dinâmica que lhe é peculiar, segundo ele, trilhar o caminho oposto das visões desistoricizadas da espacialidade. Essa afirmação nos incita a pensar se não é exatamente essa representação que cada vez mais é cristalizada, reforçada e disseminada como verdade. Afirmar o que a fronteira é, sem considerar o que ela foi e as múltiplas práticas acionadas nesse lócus desde as instituídas pelo Estado, suas repercussões e a forma como foram ressignificadas, é, em última instância, simplificar o complexo.

Em um dos seus trabalhos, intitulado *Nos destinos de fronteira* (2008), Durval Muniz Albuquerque Júnior desenvolve uma reflexão que nos auxilia a perceber, com mais acuidade, a problemática do espaço com a qual lidamos ao afirmar que:

O espaço passa a ser visto em toda sua mobilidade e infixidez, pois passa a ser definido também pelas relações móveis que se estabelecem entre objetos e sujeitos: o espaço passa a ser histórico em si mesmo. O espaço deixa de ser localização e extensão para ser relação, pertencimento a uma trama, elemento que participa dos diversos afrontamentos e acontecimentos que se dão no social. Cada atividade humana carrega em si uma dimensão espacial que a ela pertence e por ela é definida. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 72).

E, na sequência de sua análise, o autor reforça essa perspectiva ao utilizar uma expressão interessante que ele denomina de “[...] uma geografia circunstancial [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 73).

A partir de suas abordagens, entendemos que um aspecto importante é procurar observar as máscaras da fronteira emolduradas a partir dos discursos que reiteram o que ela é, com o intuito de atender a propósitos específicos e diversos, sejam políticos, sejam sociais, sejam econômicos, entre outros. Nesse sentido, por similaridade, a fronteira deve perder sua fixidez, na medida em que é distintamente pensada, historicizada e construída.

Nessa linha de raciocínio, o Estado não é espaço exclusivo de emanção do poder, mas apenas um dos pontos de confluência de poderes distribuídos, oriundos de diversas espacialidades em que as distintas práticas os constituem entre os quais, a fronteira.

Não é crível pensar que os deslocamentos obedeçam apenas a uma lógica preestabelecida a partir de projetos e iniciativas estatais, sem considerar particularidades e interesses diversos dos diferentes grupos sociais que habitam a denominada fronteira.

Podemos afirmar que, mesmo antes da Primeira República (1889-1930), a “verdade” denominada fronteira estava construída. Os pronunciamentos estão carregados de argumentos que os responsáveis por sua emissão o fazem com “autoridade e competência” nominando o que a fronteira é e o que não é. Numa linha cartesiana em que a racionalidade se sobrepunha e restringia o espaço do pluralismo, a palavra assume o patamar de mestra e atua de modo coercitivo. Não sem razão, o binômio **segurança — ocupação** ecoa no presente.

São os que habitam espaços de fronteira que, consciente ou inconscientemente, possuem uma relação que reforça o estatuto de separação, entre o que institucionalmente se diz que ela é, naturalizando-a e a transforma num per si, de um espaço de sentimentos e também lugar de tudo que recobre o cotidiano dos que ali vivem. Para esses homens e mulheres, a fronteira não é fixa nem imóvel.

Uma questão que fica é se essa construção é introjetada tal qual a nominam ou o elemento predominante é a forma como a fronteira é dinamicamente ressignificada, reapropriada, retirando-lhe sua ossatura estática traduzida e materializada numa linha imutável, suplantando-a enquanto um dado posto e cristalizado.

Sobre essa discussão, afirma Baller:

Nos dois casos, a nossa perspectiva sobre a fronteira é a de que ela é um complexo mosaico que se altera constantemente pelas ações humanas; uma membrana viva, um caleidoscópio que quanto mais é movido mais cria configurações. Um modo de explicação que se aproxima disso é a noção de dispositivo, pois a fronteira é também uma prática discursiva e não discursiva para o historiador, para a sociedade, para o Estado. Serve tanto para legitimar, quanto para negar a relação da fronteira com o social, dessa forma ela mostra a complexidade de suas funções sociais. (BALLER, 2014, p. 90).

Complementamos sua afirmação ao dizer que o risco de a fronteira criar identidade e petrificar-se só pode ser combatido retirando-lhe o sentido, descolando seu papel pelo estado dos seres humanos que habitam, circulam e refazem suas experiências cotidianas, criando alternativas que negam o limite. Teimam (consciente ou inconscientemente) em evitar o aplainamento de sua

imponderabilidade. A invisibilidade nos discursos de parte expressiva da população fronteiriça reforça a perspectiva da face violenta desse espaço. Não se trata evidentemente de construir uma visão idílica ou ingenuamente paradisíaca da fronteira, mas, por outro lado, não podemos permitir que o estigma ocupe lugar de destaque em detrimento dos que ali vivem, com os problemas que os afligem, mas também com a esperança de que o cotidiano não é pautado apenas pelas experiências negativas e pelas ilegalidades cometidas. Silenciar ou não perceber o pulsar da população é negar a possibilidade de ver e de perceber outras faces que constituem a região de fronteira.

A FRONTEIRA OESTE É O QUE DIZEM QUE ELA É

A extensa área fronteiriça em Mato Grosso foi palco de disputas que remontam a séculos, mas este texto não tem o propósito de perscrutá-las. Tal como esse espaço sensível, o território mato-grossense foi campo profícuo para as mais diversas experiências mais ou menos coercitivas fomentadas no período republicano desde o nascedouro do regime. Foi um estado fecundo para manifestações criadoras de horizontes de expectativa e projetos “civilizadores” que objetivavam em meio a cenários de virulentas disputas políticas construir um devir sintonizado com a modernidade do século XX planetariamente instalada de modo compulsório ou não. De forma bastante apropriada, a historiadora Angela de Castro Gomes traduz esse clima de investida em relação ao “desconhecido” querendo, de todas as formas, abarcá-lo quando afirma:

A República, portanto, deveria incluir entre suas principais preocupações a garantia de seu território, não só do ponto de vista das providências políticas necessárias à delimitação segura e definitiva de suas fronteiras externas, mas também do ponto de vista do conhecimento de suas potencialidades e problemas. Só assim uma efetiva ocupação poderia se realizar. De fato, desde o início da República existiu um forte consenso quanto à necessidade de produzir informações sobre o imenso espaço geográfico ocupado pelo país, para o que se tornava estratégica uma série de ações que poderiam e deveriam envolver viagens científicas, de reconhecimento, de estudos históricos, etnográficos e geográficos sistemáticos [...]. (GOMES, 2002, p. 158).

O estado de Mato Grosso prestava-se por excelência a esse propósito. Nesse sentido, é preciso verificar em que medida deve ser discutido se essa verdadeira “missão” impregnada de cientificismo positivista de que estava imbuído o regime atingiu os próprios objetivos como suporte indispensável ao encaminhamento de políticas públicas. É importante, porém, ressaltar que é inegável o acúmulo de informações proporcionadas aos dirigentes governamentais em seus diferentes níveis, econômico, histórico, geográfico, entre outros. Essa massa de dados e de (re)conhecimento do território nacional, com destaque para Mato Grosso, reforçava e garantia a convergência dos argumentos contidos nos pronunciamentos dos parlamentares do estado, formando um conjunto coerente.

Cabe, ainda, destacar que, se havia um tema responsável por unir os representantes estaduais, sem dúvida, este remetia às ações necessárias para ocupar e garantir a segurança das terras fronteiriças, sem evidentemente considerar as peculiaridades locais, muito menos sua população nativa. A tribuna federal era utilizada sistematicamente para dar visibilidade ao debate transformando

os interesses de grandes proprietários de terras e comerciantes exportadores e importadores nos anseios de toda uma população, direcionando-os ao público em geral através dos periódicos da capital federal, assim como os do estado, que replicavam com frequência as matérias produzidas no Rio de Janeiro. Dito de outra forma, era a elite política estadual com assento no Parlamento Federal a responsável por dar ressonância às demandas de Mato Grosso.

Dentro dessa perspectiva, no conjunto dos discursos, assumiu primazia o esforço em estabelecer uma vinculação entre a necessidade de investimentos em Mato Grosso e a imperiosa premência de melhoria das condições de segurança de um estado com extensa área limítrofe. No nosso entendimento, a bancada federal assim procedia com o objetivo de descaracterizar as demandas no Congresso Nacional como meramente locais. Foi a alternativa encontrada para dar um sentido de relevância às solicitações feitas via Parlamento Federal e obter se não o apoio dos pares, ao menos, uma posição não hostil que inviabilizasse o seu encaminhamento.

No ano de 1902, repercutiu, na Câmara dos Deputados, a questão do contrabando e, na oportunidade, foi tratada a temática da fronteira. Esses pronunciamentos permitem vislumbrar o ponto central da questão, o problema da fiscalização, melhor dizendo, sua ausência e evasão de divisas através do não recolhimento de impostos. Podemos afirmar que o problema estava bem delimitado, o discutível são as ações que geralmente passam pelo incremento do aparato repressor, sem dúvida, necessário, mas não suficiente na medida em que não estava inserido em um conjunto mais amplo de ações.

Com isso, podemos perceber que, em todas as manifestações, o espaço de fronteira adquire visibilidade somente como um grande problema, e é possível extrapolar, sem risco de equívoco, que essa percepção não tem, do ponto de vista cronológico, forte presença apenas na Primeira República. As ilegalidades ocorriam e ocorrem. Não há como negar sua prática, mas, ao fazermos uma aproximação do objeto de estudo, seria apenas esse aspecto a caracterizar a Fronteira Oeste. Nesse sentido, entendemos como fundamental voltarmos nossa atenção para o modo como essa perspectiva de abordagem vai ser construída ao longo tempo, adquirindo patamares de verdade inquestionável e estabelecendo o reforço da vigilância como possibilidade única de trato diuturno do problema. É uma via de mão única. O risco da generalização descuidada e perigosa não agrega qualidade ao debate, simplifica-o e, com esse viés, implementa medidas que não são de todo desnecessárias, mas que acabam apenas pontualmente por mitigar os problemas.

Como apontamos, reproduzimos, a seguir, partes de pronunciamentos distintos quanto ao tema e à cronologia. Essa opção está ancorada, de um lado, na necessidade de apresentar ao leitor que, independentemente da natureza da demanda, o substrato de sua justificativa se assentava no tripé: povoamento, segurança e produção (progresso) e, de outra parte, observar a reprodução desse viés no tempo.

A partir desse ponto, deixemos que falem nossos personagens através de pequenos trechos contidos em seus pronunciamentos e, mesmo não sendo a fronteira necessariamente o dado central dos discursos, o tema era inserido em meio aos debates como modo de corroborar e cancelar os argumentos da bancada mato-grossense, principalmente ao solicitar mais recursos financeiros e de pessoal para o estado.

Iniciamos esse percurso com o parlamentar Lindolpho Serra, que vai direto ao ponto quando afirma: “Senhor Presidente, pela extensa fronteira do Paraguai com Mato Grosso dá-se, em larga escala o comércio ilícito do contrabando”.⁶⁸

Mais adiante, complementa sua fala ao ler o memorial que lhe foi entregue em Corumbá pelo inspetor da alfândega, no qual consta o seguinte:

Fronteira do Apa — Serviço de repressão do contrabando — A nossa fronteira com o Paraguai, pela via do Apa, estendesse a mais de 100 léguas; esse rio oferece por toda parte franca passagem a carros e animais carregados e **toda a fronteira, nas duas margens do rio, é ocupada por gente que, tendo escapado à ação da justiça, ali vive fora da lei, que não reconhece e menos respeita, sendo a União, como o Estado, escandalosamente espoliada.**⁶⁹ (grifo nosso).

Manifestações com esse teor não são incomuns nos Anais do Parlamento; em 1902, o mesmo deputado retoma sua abordagem denunciando o fato de que importantes casas comerciais, sem citar os nomes, lucram através do não pagamento dos tributos devidos ao estado. Cabe notar que, quando o parlamentar faz referência de forma genérica aos que habitam o espaço fronteiriço, utiliza a palavra “gente”, expressão que carrega forte conotação depreciativa, marcada pelo estigma. Essa percepção reforça e imprime à grande parte da população uma representação negativa. Já é conhecida da historiografia a relação estreita mantida entre os denominados bandos armados que atuaram em Mato Grosso na Primeira República e grandes proprietários de terras, assim como os que estavam vinculados a atividades comerciais de exportação e importação (CORRÊA, 1981). A simbiose existente entre grandes latifúndios, o Poder Judiciário, as forças repressivas estaduais e locais, assim como os grupos armados, reforçava a sensação de insegurança na fronteira. Para sanar o problema, na perspectiva das elites no estado, a questão poderia ser resolvida somente com a ampliação do aparato de segurança. Essa linha argumentativa vai ser fortalecida ao solicitar corpos do exército, com o aumento do número de guardas, para materializar o reforço da fiscalização.

Como veremos adiante, ao se abordar a necessidade de vias mais rápidas de comunicação, fluvial, ferroviária, estradas de rodagem ou telégrafo, o ponto de congruência dos argumentos remete à fronteira tratada e vista permanentemente como um grande problema. Um espaço tensionado, seja pelos potentados locais, em boa medida resguardados e amparados pela lei que lhes garante legitimidade de ação, seja pela “gente” que “escapa da justiça”, esses últimos, que emergem nos discursos como o “fora da lei”. Há de se pensar que margem de ressignificação, dadas as relações de poder imperantes, cabe aos *invisíveis da fronteira*, aos desprovidos do capital econômico agravado pela ausência do simbólico.

Isso não significa que estamos elegendo o poder estatal como lócus por excelência de onde emana o poder, o estado e seus corolários, mas como um componente importante, sim; exclusivo, não, diante das práticas cotidianas na Fronteira Oeste. Esse campo de investigação permanece aberto aos estudos que pretendem melhor perceber como agem e reagem os habitantes desse espaço ao longo do tempo. As elites políticas mato-grossenses, ao silenciar em seus pronunciamentos sobre a

68 ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de dezembro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 563.

69 ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de dezembro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 563.

parcela majoritária da população fronteiriça e nuançar apenas os personagens que atuam no campo dos ilegalismos, evidencia o propósito de destacar o que se apresenta como elemento corroborador de uma determinada perspectiva de como a região de fronteira é apreendida e, nesse caso, as denominadas “soluções” para superar os problemas passam majoritariamente pelo acionamento dos recursos coercitivos.

Também, no ano de 1902, mais precisamente no mês de outubro, o *Jornal do Brasil* noticiou a repercussão na cidade de La Paz acerca da iminente invasão da Bolívia a partir do Acre, que teria resposta imediata do governo boliviano invadindo território mato-grossense. O jornal *La Capital*, da cidade de Sucre, afirma que, caso ocorresse a incursão em seu país, o estado de Mato Grosso sofreria represálias das forças bolivianas. A propalada invasão do estado de Mato Grosso, não ocorreu e não nos cabe discutir acerca da plausibilidade dela ou não. De concreto, o resultado foi a assinatura do Tratado de Petrópolis no dia 17 de novembro de 1903, entre o Brasil e a Bolívia, que entre outras questões incluiu a construção da ferrovia Madeira-Mamoré em território mato-grossense.⁷⁰ Nosso foco é salientar que esses rumores eram potencializados e ecoavam na Câmara dos Deputados, nesse caso, a dissensão entre os dois países consubstanciava as demandas por investimentos federais em Mato Grosso, e a oportunidade não foi desperdiçada. Coube ao parlamentar Manoel Alves repercutir da tribuna as informações contidas no telegrama oriundo da capital boliviana e, segundo o representante estadual, isso demonstrava que “[...] não se cuida de um caso de imaginação [...]”⁷¹, dito de outra forma, não se tratava de especulação. A afirmação patenteia, de forma clara, o objetivo do deputado no sentido de inserir, via debate sobre a Fronteira Oeste, o estado de Mato Grosso na agenda das questões nacionais, afinal, não era apenas o estado que corria risco, mas a nação.

É importante salientar esse aspecto na medida em que o espaço fronteiriço é visto como ônus para Mato Grosso, franqueia aos parlamentares utilizá-lo com frequência exatamente com o objetivo de requerer recursos financeiros, infraestrutura, pessoal e tudo o mais que couber e for passível no sentido de atender às necessidades da região. Se, de um lado, a tríade povoamento, segurança e crescimento econômico valoriza a necessidade da vigilância e do controle como garantidores da utilização das terras para produção de produtos de primários exportáveis ou destinados ao mercado interno, na outra ponta, não faz referência acerca de políticas públicas que possam garantir condições mínimas de bem-estar para a população que já habita o estado e menos ainda para os que desejam migrar para os espaços fronteiriços.

Não era apenas a Bolívia que nos “ameaçava”, o Paraguai merecia a atenção dos deputados mesmo que pequenas rugas ocorressem nos limites com essa nação. No ano de 1909, um incidente envolvendo forças paraguaias desencadeou contundentes manifestações do deputado federal Costa Marques, ao tratar da abordagem de embarcações brasileiras por autoridades do país vizinho. Observemos o que diz o parlamentar.

Agora, porém, terminado o período revolucionário, restabelecida a calma naquela República, eis que de novo oficiais do mesmo vapor de guerra paraguaio *Triunfo* intimam e fazem parar a lancha brasileira *Juanitta*, em frente do Porto Maria, em águas brasileiras, perto do Porto Murtinho, invadindo-a e dela tirando violentamente

⁷⁰ Sobre os problemas fronteiriços com o Acre, ver: BUENO, 2003, p. 309-326.

⁷¹ ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 1 de novembro de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 563.

um dos seus tripulantes, que levaram para bordo do *Triunfo*, restituindo-o depois, porque não era a mesma pessoa que procuravam, sendo esta restituição feita por um soldado que, em nome de seus superiores, pediu desculpa ao comandante da lancha *Juanitta*.⁷²

Entre as dimensões do ocorrido e os recursos de retórica utilizados no discurso, fica evidente que há uma distância desproporcional. Pequenos atritos são apropriados e transformados, a partir da tribuna, em acontecimentos de grande monta, pois, segundo Costa Marques, o Brasil não “[...] tolera, nem poupará como não tem poupado, sacrifícios de espécie alguma na repulsa de qualquer desrespeito ou ofensa aos seus foros de nação soberana, independente e poderosa” (MARQUES, 1909, p. 494). Durante a Primeira República, o Paraguai presenciou constantes violações por bandos de brasileiros armados diretamente ligados às forças oligárquicas estaduais que rompiam a fronteira sem cerimônia, mas eram eximidos de maior responsabilidade principalmente caso estivessem a serviço dos interesses políticos das elites regionais, sobretudo quando do controle do Poder Executivo estadual (CORRÊA, 1981). Não se trata de minimizar o incidente, assim como não devemos descolar a ênfase das palavras ao abordarem esses acontecimentos dos propósitos embutidos em pronunciamentos de teor similar.

Para além das ocorrências pontuais, como a relatada pelo parlamentar, havia as denúncias do quadro de insalubridade do país vizinho. O deputado Caetano de Albuquerque, em seu pronunciamento, afirma “[...] e é coisa que não se ignora que Mato Grosso avizinha com o Paraguai e que normalmente as condições sanitárias desta República constituem uma ameaça para aquele Estado de nossa Federação”. Após discorrer sobre Mato Grosso ter enfrentado no período imperial ameaça similar, logo a seguir, no mesmo discurso, arremata suas observações nos seguintes termos: “[...] Sr. Presidente, é muito sabido que há despesas que podem ser adiadas. Esta de que trata é de natureza urgente”.⁷³ Entendemos que os argumentos que modulam os discursos atuam com o firme propósito de tipificar a fronteira para além dos problemas que lhe são peculiares, constituindo-a, também, como o espaço do “medo”, da apreensão, do instável e do inseguro. A fronteira é, em última instância, mesmo com todas as suas “mazelas” e exatamente por conta dos seus problemas, uma importante moeda de troca. A visibilidade atribuída a esse espaço surge com uma carga negativa para, em seguida, ser desenhado o seu porvir promissor, desde que seja ocupado e vigiado, para se tornar produtivo, mas, para esse desiderato, os investimentos necessários ultrapassam a capacidade do estado, logo, só com o apoio do Tesouro Federal, o inóspito poderá se tornar habitável e economicamente rendoso.

Ao perscrutar os pronunciamentos que tomam a fronteira como ponto central do debate, ou mesmo não sendo esse espaço a questão prioritária, percebemos que toda e qualquer possibilidade de inseri-lo era utilizada. Entendemos que a visão do espaço fronteiriço demanda estudo historiográfico de longa duração e nos concita no sentido de verificar as mutações ou não acerca da percepção desse objeto. Por mais que estejamos atentos, não é tarefa simples ao percorrer os discursos produzidos

72 ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 24 de novembro de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 492.

73 ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de junho de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 607.

no período em tela, perceber o não dito, tornando-o mais relevante do que os aspectos visíveis. De algum modo, os pronunciamentos se apresentam mais férteis do ponto de vista historiográfico, menos pelo que falam do que pelo silêncio presente.

Outro exemplo de fala que reforça a perspectiva incontestada das afirmações contidas nos discursos produzidos sobre o tema da fronteira remete com frequência à ideia de abandono. É o que podemos observar no seguinte trecho do parlamentar Paes Barreto ao abordar a questão da fronteira e evidentemente cobrar medidas imediatas do governo federal nestes termos:

Estamos limitados unicamente à via marítima e fluvial, que exige um percurso extensíssimo e por demais demorado. Entretanto, por aqueles lados temos fronteiras com a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, com as Guianas Inglesa e Francesas.

As tropas desta Capital (Rio de Janeiro) tivessem de seguir para oeste, pelo interior, teriam de atravessar Mato Grosso; se porém, durante a invasão paraguaia, não pudemos socorrer eficazmente o centro e o sul de Mato Grosso, como poderemos, através daquele Estado, socorrer as mais longínquas fronteiras do vale amazônico?

Aquelas fronteiras estão hoje quase completamente abandonadas, e, o que é mais, nenhum socorro poderão receber desta Capital, senão por via marítima e, assim mesmo, se o inimigo que tivermos não nos puder interceptar este caminho, caso em que nenhum socorro absolutamente lhes poderemos levar.⁷⁴

O trecho transcrito é parte de um pronunciamento cujo tema central é a necessidade de equipar Mato Grosso de malha ferroviária que atenda às suas necessidades em termos de escoamento da produção e, principalmente, dote não apenas o estado, mas também a nação da infraestrutura necessária no sentido de dar uma rápida resposta no caso de invasão estrangeira. É interessante observar que, se a tentativa de convencimento dos pares na Câmara Federal não se apresentava suficientemente eficaz, era comum dar uma dimensão para além do estado, nesse caso, o território amazônico e por decorrência de interesse do governo federal. Essa não é uma fala isolada, ao contrário, está presente em dezenas de manifestações dos representantes mato-grossenses.

Sem dúvida, uma estratégia que tem no conflito ocorrido com o Paraguai e no reaparecimento constante nos Anais do Parlamento dessa questão o objetivo explícito de defender a demanda por ferrovia não como preocupação que deveria ser dominante apenas do ponto de vista regional. A palavra *abandono* simboliza a percepção de espaço *vazio* e cabe frisar que sua força simbólica não esteve restrita ao período da Primeira República, estendeu-se pela ditadura do presidente Vargas e foi reapropriada em distintos momentos, nos quais o reforço do sentido de ausência de ocupação deu suporte a diferentes programas governamentais e privados que atingem a contemporaneidade.

A questão é saber a que interesses ou a que grupos está se referindo o deputado federal quando fala em *abandono*, afinal, não há nenhuma linha em seu longo discurso que faça referência sobre eventuais políticas de povoamento, que sinalize como forma de incentivo a programas de migração para Mato Grosso com as garantias mínimas e necessárias à sobrevivência da população

74 ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 22 de novembro de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 1490.

interessada. Ao contrário, ao tratar desse delicado ponto, o mesmo parlamentar deixa em suspenso o tempo presente e lança ao futuro suas expectativas, uma forma de não debater a ausência de iniciativas palpáveis e concretas no sentido de tornar o estado atraente para o eventual futuro colono. Segundo Paes Barreto:

Não pretendo vir esconder as condições em que trabalha nossos patrícios que se acham internados nos seringais.

O extrator da borracha é o maior proprietário que existe neste país, e todos os dias se proclama que ele é um verdadeiro escravo.

Afastemos, entretanto, os olhos do presente e contemplemos o futuro.⁷⁵ (grifo nosso).

A elegância das palavras não esconde o caráter inoportuno que eventual debate sobre o tema poderia desencadear, logo, a alternativa de deslocar o problema para um tempo indefinido é a opção mais segura, sobretudo em um regime que aposta no ideário do progresso, como já comentamos.

Para esses parlamentares, a visão estereotipada predominante entre os demais representantes das respectivas unidades federativas dificultava o esforço no sentido de construção de uma imagem empreendedora de Mato Grosso, onde os direitos constitucionais estavam plenamente garantidos e o interesse dos investidores assegurados. O desafio era, sem dúvida, considerável, tanto do ponto de vista político, marcado pela constante instabilidade permeada por intensos confrontos oligárquicos, como pela ausência de gestão por parte do governo mato-grossense, com vistas a tornar atrativa a possibilidade do carreamento de recursos para o estado. Assim sendo, o esforço a partir da tribuna ficava em parte comprometido em virtude das informações veiculadas na imprensa, obrigando os deputados e senadores do estado a se utilizarem de contundência ao rebatê-las ou do devir como argumento, verdadeiro contorcionismo discursivo.

Ainda que não seja propósito deste trabalho utilizar periódicos como uma das fontes de pesquisa, indubitavelmente, eles constituem importante fonte de informação sobre as questões fronteiriças. Eram também importantes veículos propagadores das percepções que estigmatizavam esse espaço. Nesse aspecto, entendemos como procedente a análise do historiador Adson de Arruda ao refletir sobre a cidade de Cáceres, localizada na fronteira com a Bolívia, tendo como recorte cronológico a Primeira República e que lança mão de jornais, entre outros documentos, para abordar o tema. Em uma das passagens de sua pesquisa, afirma o autor:

Porém, mais importante ainda foi a narrativa sobre a fronteira, revelando um conjunto de imagens muito características. O jornal inicia o relato definindo um lugar: a “zona da fronteira boliviana”. Nele, as “depredações” e os “crimes” eram acontecimentos que faziam parte do cotidiano desse território. Em seguida, a fronteira é estigmatizada como “theatro de sangue”. Assim, em meio a essa atmosfera dominada pelos “crimes”, o território da fronteira vai aos poucos adquirindo um significado próprio, marcado pela violência. (ARRUDA, 2002, p. 90).

75 ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 22 de novembro de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 1488.

Em boa medida, os pronunciamentos dos parlamentares e os textos produzidos pelos periodistas em Mato Grosso se retroalimentavam quando o tema a ser tratado dizia respeito à fronteira ao reforçar a visão perpassada e marcada pela presença da barbárie. Uma fala homogeneizadora que desconsidera as particularidades do modo como os viventes lidam com as questões que caracterizam o seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira, ao mesmo tempo que remete a um conteúdo concreto, apresenta *plasticidade no tempo*, temos, nesse sentido, um triplo desafio, estar atento ao ator ou personagem histórico que constrói uma determinada representação sobre esse espaço, o significado atribuído ao conceito utilizado em uma conjuntura específica e uma cronologia particularizada que nos remete a um terceiro aspecto, ou seja, às mutações que ocorrem no tempo alterando as visões sobre esse objeto. Sem ter em conta as distintas dimensões que guarda cada um dos aspectos mencionados, podemos cair numa perspectiva interpretativa fragmentada e desconexa das diversas forças postas em jogo. O termo fronteira adquiriu o status de conceito historiográfico em função de “uma pluralidade de significações e experiências” (PROST, 2008, p. 117), com as devidas especificidades desse campo de estudo. Como bem nos lembra Canguilhem ao ser utilizado na introdução do livro *A Arqueologia do saber*:

[...] a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração. (FOUCAULT, 2012, p. 5).

Temos, portanto, um enorme desafio do ponto de vista das reflexões e de como lidar com essa questão candente em nossa região, que perpassa o período colonial, atravessa nossa fase imperial e republicana e vem bater no tempo presente.

Cruzar as diversas possibilidades de investigação e narrativas oriundas desse rico e instigante campo historiográfico nos coage a melhor entendê-lo e interpretá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de dezembro de 1901. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 563.

ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 1 de novembro de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 563.

ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de junho de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. p. 607.

ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 22 de novembro de 1907. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 1488-1490.

ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 24 de novembro de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. p. 492.

ARRUDA, Adson de. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)*. 2014. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/03/LEANDRO-BALLER.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOBBIO, Norberto *et al.* *Dicionário de Política*. Brasília, DF: UnB, 1983.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: Os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CORRÊA, Valmir B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1989-1943)*. 1981. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. *In*: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 157-216.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2011.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, Fernando A. (dir.); SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

ORGANIZADORES

IONE APARECIDA MARTINS CASTILHO PEREIRA

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — PUC — RS. Pesquisadora Júnior Pós-Graduada do Pró-Prata (Projeto Internacional de Pesquisas Interdisciplinares do Rio da Prata Oriental). Site do projeto: www.proprata.com. A presente pesquisa foi realizada com apoio da Capes. Bolsista CNPq.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6172-4972>

E-mail: ione_castilho@yahoo.com.br

JOÃO EDSON DE ARRUDA FANAIA

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor aposentado da Universidade do Estado de Mato Grosso e membro do Grupo de Pesquisa Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade (Departamento de História/UNEMAT).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1448-3272>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5083054909884733>

E-mail: jefanaia@gmail.com

AUTORES

ARNO ALVAREZ KERN

Professor titular da UFRGS e da PUC — RS. Pesquisador nível 1A do CNPq. Possui doutorado e pós-doutorado em Arqueologia, e mestrado em História.

Email: aakern40@gmail.com

LUÍS CÉSAR CASTRILLON MENDES

Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso e pós-doutor em Estudos de Linguagem pela mesma instituição. Professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História — PPGH/UFMGD. Pesquisador do Grupo de Estudos em Gênero, História e Interculturalidade (FCH/UFMGD) e do Grupo de Pesquisa Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade (Departamento de História/UNEMAT).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7888-8535>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8467284121434242>

E-mail: luismendes@ufgd.edu.br

GABRIELA PRATES PAES DA SILVA

Graduada em História, Licenciatura Plena, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

E-mail: gabrielapratespaes@gmail.com

GILMARA YOSHIHARA FRANCO

Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Unesp — Franca. Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia — Unir, campus de Franca.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6094-9283>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1914393246460112>

JOÃO IVO PUHL

Doutor em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor adjunto aposentado da Universidade do Estado de Mato Grosso, membro colaborador do Programa de Pós-Graduação ProfHistória — UNEMAT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade (Dept. de História/UNEMAT).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7918-6455>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7168276051584994>

E-mail: jivopuhl@gmail.com

JOÃO EDSON DE ARRUDA FANAIA

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor aposentado da Universidade do Estado de Mato Grosso e membro do Grupo de Pesquisa Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade (Departamento de História/UNEMAT).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1448-3272>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5083054909884733>

E-mail: jefanaia@gmail.com

LOIVA CANOVA

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

E-mail: canovaloiva@gmail.com

ROBERT H. JACKSON

Investigador jubilado, actuó en la Texas Faculty Association, con trabajos producidos acerca de los impactos de la colonización española en las poblaciones indígenas, tanto en la América do Norte como en América do Sul.

Correo electrónico: robertvianey@gmail.com

UNEMAT

Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado



EDITORA
UNEMAT

